18ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

3ª Sessão Legislativa

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXVI FLORIANÓPOLIS, 18 DE OUTUBRO DE 2017 NÚMERO 7.185

MESA

Silvio Dreveck
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Mário Marcondes
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
2ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lima
3ª SECRETÁRIA

Maurício Eskudlark
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder: Darci de Matos
Vice–Líder: Valdir Cobalchini

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Mauro de Nadal

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Milton Hobus

BLOCO PARLAMENTAR PP, PR, PSB
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Dóia Guglielmi

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Cesar Valduga

PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Jean Kuhlmann - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
José Nei A. Ascari
Darci de Matos
Dirceu Dresch
João Amin
Marcos Vieira
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
João Amin - Presidente
Marcos Vieira – Vice-Presidente
Manoel Mota
Milton Hobus
Cesar Valduga
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
José Milton Scheffer –Vice- Presidente
Antonio Aguiar
Dóia Guglielmi
Manoel Mota
Gabriel Ribeiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Serafim Venzon - Presidente
Cesar Valduga – Vice-Presidente
Dirceu Dresch
Manoel Mota
Fernando Coruja
Jean Kuhlmann
Altair Silva

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
José Nei A. Ascari - Presidente
Serafim Venzon – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Antonio Aguiar
Romildo Titon
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta –Vice- Presidente
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Gelson Merisio
Altair Silva
Marcos Vieira

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Antonio Aguiar – Vice-Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Milton Hobus
Gabriel Ribeiro
José Milton Scheffer
Patricio Destro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL
Natalino Lázare - Presidente
Mauro de Nadal – Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Dóia Guglielmi
Valdir Cobalchini
Pe. Pedro Baldissera
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA
Cleiton Salvaro - Presidente
Dirceu Dresch – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Jean Kuhlmann
Nilso Berlanda
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Valdir Cobalchini - Presidente
Ricardo Guidi – Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Neodi Saretta
João Amin
Dóia Guglielmi
Cesar Valduga

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Antonio Aguiar - Presidente
Narcizo Parisotto Vice- Presidente
Luciane Carminatti
Fernando Coruja
Gelson Merisio
Ismael do Santos
Altair Silva
Cleiton Salvaro
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
Mauro de Nadal - Presidente
Cesar Valduga – Vice-Presidente
Fernando Coruja
Dalmo Claro
Dirceu Dresch
Nilso Berlanda
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Romildo Titon - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Patricio Destro
Serafim Venzon
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini – Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Serafim Venzon
Ricardo Guidi
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Cesar Valduga - Presidente
Pe. Pedro Baldissera – Vice-Presidente
Darci de Matos
Romildo Titon
Manoel Mota
Altair Silva
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE SAÚDE
Neodi Saretta - Presidente
Antonio Aguiar – Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Serafim Venzon
Fernando Coruja
Dalmo Claro
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL
Patricio Destro - Presidente
Milton Hobus –Vice- Presidente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos –Vice- Presidente
Valdir Cobalchini
Fernando Coruja
Neodi Saretta
Nilso Berlanda
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS
Ismael dos Santos - Presidente
Luciane Carminatti –Vice- Presidente
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Romildo Titon
Dalmo Claro
Natalino Lázare

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:
Responsável pela revisão dos documentos, bem como editoração, diagramação e distribuição.

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:
Responsável pela impressão.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXVI
NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS
TIRAGEM: 4 EXEMPLARES

ÍNDICE

Plenário
Ata da 021ª Sessão Especial realizada em 09/10/2017 2
Ata da 095ª Sessão Ordinária realizada em 11/10/2017 6
Ata da 009ª Sessão Extraordinária realizada em 11/10/2017 8
Atos da Mesa
Ato da Presidência DL.....9
Ato da Mesa DL.....9
Ato da Mesa 9
Publicações Diversas
Atas de Comissões Permanentes 10
Audiências Públicas 13
Aviso de Licitação 29
Extrato.....29
Mensagens Governamentais .. 29
Parecer.....31
Portarias.....32

PLENÁRIO

ATA DA 021ª SESSÃO ESPECIAL

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2017, EM COMEMORAÇÃO AO DIA ESTADUAL DO SOCORRISTA EMERGENCISTA DE SANTA CATARINA PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor secretário de estado da Defesa Civil, Rodrigo Antonio Ferreira Foster Soares Moratelli;

Ilustríssimo senhor chefe de estado maior da 14º Brigada de Infantaria Motorizada do Exército Brasileiro, coronel Ronaldo Sérgio de Vasconcelos Lins Junior, neste ato representando o comandante, general Sérgio Tratz;

Ilustríssimo senhor comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel PM Paulo Henrique Hemm;

Ilustríssimo senhor comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, Coronel BM Onir Mocellin;

Senhor delegado-geral da Polícia Civil do estado de Santa Catarina, Artur Nitz;

Ilustríssimo senhor gerente estadual do Samu, coronel BM João Batista Cordeiro Júnior;

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão, foi convocada por solicitação da mesa e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares em homenagem ao Dia Estadual do Socorrista Emergencista de Santa Catarina.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional Brasileiro pela Banda da Polícia Militar de Santa Catarina, sob a regência do maestro primeiro-sargento Alvanir Poster De Ávila.

(Procede-se à interpretação do hino).

Ainda, convido para compor a mesa o excelentíssimo senhor secretário de estado da Saúde, deputado Dr. Vicente Caropreso;

Registramos a presença das seguintes autoridades:

Ilustríssimo senhor comandante das unidades especializadas da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel PM Milton Kern Pinto;

Ilustríssimo senhor chefe da Casa Militar da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, coronel PM Luciano Walfredo Pinho;

Senhor superintendente substituto da Polícia Rodoviária Federal, Admar Luciano Filho, neste ato representando o senhor superintendente Carlos da Cruz Júnior;

Ilustríssimo senhor comandante da Base Norte do Batalhão de Aviação da Polícia Militar de Joinville, tenente-coronel Alessandro José Machado;

Ilustríssimo senhor comandante do 2º Batalhão de Polícia Militar de Chapecó, tenente-coronel Ricardo Alves da Silva;

Ilustríssimo senhor comandante da 4º Companhia da Polícia Militar Rodoviária da região norte do estado de Santa Catarina, major Marcelo Venera;

Excelentíssimo senhor presidente da Câmara de Vereadores do município de São Francisco do Sul, vereador Dioclésio Izidoro Antunes;

Excelentíssimo senhor primeiro-secretário da Câmara de Vereadores do município de São Francisco do Sul, vereador Odair José de Carvalho;

Senhora vice-presidente da Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, Dolores Carolina Tomasseli, neste ato representando o senhor presidente Moacir G. Thomazi;

Senhor bombeiro voluntário de Joinville, Jaekel Souza;

Senhor bombeiro voluntário de Ilhota, Carlos Rampelotti;

Senhor assessor parlamentar Anibor Prochnow, neste ato representando o excelentíssimo senador da república Paulo Bauer;

Senhor médico-consultor da Fiesc, Claudio José Franchini, neste ato representando o senhor presidente da Fiesc, Glauco José Côrte;

Ilustríssimo senhor subdiretor do Hospital de Guarnição de Florianópolis, coronel Pedro Henrique Moreira de Couto, neste ato representando o ilustríssimo senhor diretor, coronel Alexandre Artur;

Ilustríssimo senhor subcomandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel Araújo Gomes.

A seguir, teremos apresentação de um vídeo especialmente elaborado pela equipe da TV Alesc, com o objetivo de rememorar os tristes episódios representados pelas três maiores tragédias ocorridos em nosso estado na última década. Primeiro, a tragédia do Morro do Baú em Blumenau e região, em 22 de novembro de 2008. Na sequência, o acidente rodoviário da serra Dona Francisca em 14 de março de 2015, e o tornado da região de Xanxeré em 22 de abril de 2015.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

[Degravação: Tayliny da Silva]

Registramos ainda as seguintes presenças:

Ilustríssimo senhor subcomandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, coronel BM João Valério Borges;

Ilustríssimo senhor comandante da 1ª Região de Bombeiros Militar, coronel César de Assunção Nunes.

Neste momento, convido o mestre de cerimônias para proceder à nominata dos homenageados desta noite, pertencentes a diversas instituições e corporações, cada um especialmente escolhido como destaque por sua participação nas ações de resposta, resgate e salvamento dos eventos apresentados.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial, presta homenagem aos homens e mulheres profissionais socorristas emergencistas que tiveram destacada atuação nos eventos trágicos de nosso estado na última década.

Convidamos o excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, deputado Silvio Dreveck, para fazer a entrega das homenagens.

Convidamos para receber as homenagens os profissionais do Exército Brasileiro:

Senhor primeiro-tenente Carlos Henrique Leite;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor subtenente Mário Augusto Lemes Cambraia;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor subtenente Marcos Aurélio Justino;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor primeiro-sargento Eder da Silva Pinto;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor segundo-sargento Rudi do Nascimento Rosa;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor segundo-sargento Glenn Prussek Martinho;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor segundo-sargento Alessandro Euler Tavares;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor segundo-sargento Ivan de Andrade;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor segundo-sargento Márcio Freire da Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor terceiro-sargento Elington Dione Steinbach;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor cabo Caio Gustavo Guibes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas) [Degravação: Sara]

No ano de 2008, um desastre ambiental atingiu o complexo do morro do Baú e cidades da região do vale do Itajaí. O excesso de chuvas destruiu a região, causando deslizamentos e alagamentos, derrubou casas e deixou milhares de desabrigados.

Esses militares do Exército Brasileiro foram destacados por suas ações dedicadas e competentes às missões de controle, recebimento e triagem de donativos, segurança de abrigos provisórios e retirada de população em locais de risco, em atuação conjunta e coordenada com os órgãos da Segurança Pública e Defesa Civil. Também contribuíram em operações especiais de evacuação e transporte aeromóvel, com helicópteros, além de serviços de recuperação e manutenção de repetidoras de rádios para o restabelecimento da rede de comunicações na área do desastre.

Polícia Rodoviária Federal:

Senhor Manoel Fernandes Bittencourt.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

À época da tragédia no morro do Baú era o chefe da 4ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal, em Itajaí, tendo tido participações direta nas ações de apoio e suporte para a logística de atendimento às emergências e em colaboração com os demais agentes da Segurança Pública e Defesa Civil.

Polícia Militar do Estado de Santa Catarina:

Ilustríssimo senhor major Édio Francisco Fiorentini Junior;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Ilustríssimo senhor terceiro-sargento Carlos Roberto da Luz;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Ilustríssimo senhor terceiro-sargento Lucianeo da Silva;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor cabo Tarcisio da Silva Joaquim.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Esses policiais militares permaneceram por várias semanas na região do Baú operando a partir do posto de comando implantado na prefeitura de Luiz Alves. Auxiliaram diretamente na montagem e gerenciamento das operações aéreas dos helicópteros que foram destacados para o local. Além de terem atuado pessoalmente em inúmeras ações de resgate e salvamento, também receberam a missão de acampar nas áreas afetadas e prestar assistência às famílias organizando abrigos, cozinhas comunitárias e abastecimento de medicamentos e gêneros alimentícios. Com as estradas de ligação às comunidades totalmente obstruídas foi preciso abrir passagens e atalhos atuando diretamente na retirada e evacuação das áreas impactadas, bem como no socorro a feridos e remoção de vítimas fatais.

Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina:

Ilustríssimo senhor coronel Aldo Batista Neto;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Ilustríssimo senhor subtenente Dirceu Rodrigues;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Ilustríssimo senhor terceiro-sargento Silvio Krause.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Esses bombeiros militares trabalharam incansavelmente nas semanas que se sucederam à tragédia do morro do Baú e foram responsáveis pelo controle e gerenciamento das ações de primeira resposta nos locais afetados, contribuindo para o salvamento e resgate de centenas de vítimas. Em algumas ações enfrentaram situações reais de alto risco, porém logo superadas por sua coragem e determinação valendo-se do diferencial da experiência e dos conhecimentos técnicos que dispunham.

Polícia Civil:

Senhor delegado Eduardo André Senna;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor agente Roberto Wagner;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhora agente Tanira da Silva Cardinal.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Esses policiais civis foram tripulantes operacionais lotados no Serviço Aeropolicial. Foi uma das primeiras aeronaves a chegar ao Morro do Baú, dando início a uma intensa jornada de resgate e socorro em auxílio às populações locais evacuando enfermos, mulheres grávidas, crianças e idosos. Também auxiliaram no transporte de vítimas mais graves para os hospitais locais em apoio material ao Corpo de Bombeiros.

Agradecemos aos homenageados.

(Palmas) [Degravação: Silvia]

Corpo de Bombeiros Voluntário de Ilhota:

Senhor Carlos Osnildo Rampelotti;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor Cidnei Coninck;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor Ederson José Luz da Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Estes bombeiros voluntários foram designados para o local da tragédia já nas primeiras 24 horas, tendo atuado em operações de buscas e resgates, priorizando os locais de difícil acesso. Cuidaram e gerenciaram o primeiro auxílio à população afetada, preparando o terreno para a chegada dos reforços solicitados.

Para a segunda homenagem desta noite, o acidente rodoviário da serra Dona Francisca, em 14 de março de 2015.

Convidamos para receber a homenagem os profissionais das seguintes instituições:

Polícia Rodoviária Federal:

Senhor André Luiz Ortega.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

À época da tragédia na serra Dona Francisca, era o chefe da 3ª Delegacia da PRF em Joinville/SC, tendo participação direta nas ações de apoio e suporte para a logística de atendimento às emergências e em colaboração com demais agentes de Segurança Pública e Defesa Civil.

Comando da Polícia Militar Rodoviária de Santa Catarina:

Ilustríssimo senhor primeiro-sargento Sandro Ludovico Moecke;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor cabo Itamar Endler;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor cabo Juliano Celso Duarte.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Estes policiais militares rodoviários foram os primeiros profissionais emergencistas a chegarem ao local do acidente. Para alcançar o ponto em que se encontravam as vítimas, foi preciso descer a pé aproximadamente 100 metros de uma ribanceira de mata fechada, onde puderam acudir aos feridos, iniciando a retirada e a triagem de vítimas, priorizando o atendimento especializado as mais graves. Também foram responsáveis por sinalizar e isolar o local do acidente, gerindo e controlando o tráfego, bem como abrindo espaço para a chegada das ambulâncias e dos socorros de urgência.

Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina:

Ilustríssimo senhor major José Ananias Carneiro;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Ilustríssimo senhor primeiro-sargento Antônio Zauri Correa Vilmizem;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Ilustríssimo senhor terceiro-sargento Claimir Bonassi de Paula.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Esses bombeiros militares integraram as primeiras equipes de socorro no local da tragédia e foram responsáveis pela montagem do Sistema SCO (Sistema de Comando em Operações), bem como também pela aplicação da metodologia de triagem *Start*, empregada para o socorro rápido à grande quantidade de vítimas. Contribuíram diretamente para a sinalização, isolamento, resgate e transporte de vítimas, promovendo o encaminhamento para ambulâncias, aeronaves e IML.

(Palmas)

Polícia Civil de Santa Catarina:

Senhor delegado Dirceu Augusto Silveira Junior;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor delegado José Celso Correa;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor agente Raul Burgardt, neste ato representado pelo delegado José Celso Correa.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Esses policiais civis foram imediatamente deslocados ao local do acidente, após a confirmação de sua extensão, em face do grande número de vítimas fatais, e passaram a atuar em apoio às operações, coordenando os trabalhos de identificação de feridos conduzidos aos hospitais e dos óbitos declarados, bem como os encaminhamentos de logística e trabalhos periciais na cena da ocorrência. *[Degravação: Taquígrafa Sara]*

Secretaria de Estado da Defesa Civil:

Senhor Antonio Edival Pereira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Como servidor e gerente local da Defesa Civil na área de coordenação de Joinville, atuou diretamente nas operações de socorro e resgate do acidente da serra Dona Francisca, tendo contribuído com as tarefas de gestão do cenário crítico da ocorrência, suporte de materiais, isolamento e segurança de viaturas e ambulâncias, logística de fornecimento de energia para os atendimentos e especial atuação para a viabilização de caminhão frigorífico para acondicionamento de vítimas fatais.

Administração Estadual do Samu em Santa Catarina:

Senhor Evelin Grein Ramos Vieira;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhora Tatiane Célia Noga;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor Adilson Reichert.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Todos os profissionais socorristas emergencistas de Samu, Joinville, naquela noite foram acionados para deslocar com as ambulâncias em máxima urgência até um trecho de curva acentuada da serra Dona Francisca, onde as informações pontuavam a ocorrência de um grave acidente de ônibus e múltiplas vítimas. Auxiliaram no desencarceramento das vítimas em conjunto com os bombeiros voluntários e apoiaram o atendimento pré-hospitalar para as que se encontravam em estado grave, muitas em quadro de parada cardiorrespiratória, coordenando a preparação para o resgate e embarque nos helicópteros e ambulâncias.

Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville:

Senhor Jackson Aurélio Anzini;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhora Flavionei de Braga;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor Valdinei Valdir de Borba.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Esses bombeiros voluntários integraram as primeiras guarnições deslocadas para o local do acidente, momento em que se responsabilizaram pela identificação e triagem das vítimas em maior estado de gravidade, promovendo o resgate e o atendimento pré-hospitalar. Posteriormente, passaram a apoiar os esforços das demais instituições de segurança pública, permanecendo em atividade até o completo desfecho da ocorrência.

Para a terceira e última homenagem desta noite, "o tornado na região de Xanxerê, em 22 de abril de 2015," convidamos os profissionais das seguintes instituições:

Exército Brasileiro:

Ilustríssimo senhor primeiro-tenente Newton Pereira dos Santos Neto;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Ilustríssimo senhor terceiro-sargento Paulo Amandio Machado Delpino;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Ilustríssimo senhor terceiro-sargento Fábio Luis Bispo da Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Esses militares do Exército Brasileiro atuaram com excelência e grande desprendimento nas operações desenvolvidas em apoio à população atingida, contribuindo com atividades de coordenação de segurança para proteção de residências desabitadas, recolhimento, armazenamento e entrega de donativos, organização de abrigos e alojamento temporários e segurança executiva da missão de visita presidencial ao local da tragédia.

Polícia Rodoviária Federal:

Senhor Ivo Heidrich Silveira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

À época da tragédia do tornado em Xanxerê, era o chefe da 8ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Chapecó-SC, tendo tido participação direta nas ações de apoio e suporte para a logística de atendimento às emergências e em colaboração com os demais agentes da Segurança Pública e Defesa Civil. *[Degravação: Taquígrafa Elzamar]*

Polícia Militar de Santa Catarina:

Senhor cabo Ronier Diego do Nascimento;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor soldado Dilmar dos Santos;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor soldado Carlos Rafael Mainardi Gomes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Na tarde do dia 20 de abril de 2015, na cidade de Xanxerê, momentos após a passagem dos tornados, esses policiais militares que se encontravam em serviço, precisaram adentrar aos escombros de uma residência e resgatar duas crianças que se encontravam feridas, sendo uma delas reanimada no próprio local e posteriormente transportada para o hospital em uma viatura PM. Realizaram esse trabalho em meio a estruturas colapsadas, cabos energizados, vazamento de gás, ventos fortes e chuvas, colocando suas próprias vidas em risco eminente.

Bombeiros Militar de Santa Catarina:

Ilustríssimo senhor major Walter Parizotto;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor soldado Leonardo Prudêncio.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor soldado Julio leão de Oliveira Nogueira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Esses bombeiros militares atuaram na tragédia do tornado em Xanxerê durante nove dias ininterruptos, empenhados diretamente nas operações de socorro e resgate. Posteriormente, foram designados para missões subsidiárias de corte de árvores, abastecimento de água, recuperação de rede elétrica, transporte inter-hospitalar, auxílio de órgãos públicos e apoio à Defesa Civil.

Polícia Civil de Santa Catarina:

Senhor delegado Albino Souza de Araújo;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor agente Valdecir Debastiani;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor agente Darlan Emir Reitz, neste ato representado pelo senhor delegado Eduardo Andre Senna.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Esses policiais civis deram grande contribuição ao aparato de segurança e socorro implementado para auxílio às vítimas do tornado de Xanxerê. Atuaram conjuntamente com a Comissão de Defesa Civil Municipal, organizando abrigos e gerenciando a distribuição de doações. Também tiveram participação nas operações de campo realizadas pelo Serviço Aéreo Policial de Fronteira, ajudando a identificar locais isolados,

a prover o resgate de vítimas e na orientação para equipes de restabelecimento de linhas elétricas, pontes e estradas.

Secretaria de Estado da Defesa Civil:

Senhor Luciano Peri.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Servidor da Defesa Civil, que, não obstante ter tido também pessoas da família atingidas, trabalhou ininterruptamente por mais de 48 horas em tarefas de coordenação e apoio logístico para as operações de salvamento, reabilitação e reconstrução das áreas afetadas, realizando atendimento para mais de 2.100 famílias de Xanxerê.

Administração Estadual do Samu em Santa Catarina:

Senhora Rosane Márcia Mettler;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhor Joelcir José Gheno;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Senhora Leoni Terezinha Pohl.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Esses profissionais do Samu/Xanxerê da Unidade de Suporte Básico 04 foram rapidamente acionados naquele fatídico dia 20 de abril de 2015. Em deslocamento pela cidade, atenderam a inúmeros pedidos de socorro e resgate. Dentre as ocorrências atendidas, destacamos o salvamento de um senhor de idade que estava preso nos escombros de uma construção, sendo que para que fosse alcançado foi necessário cavar o chão com as mãos e debaixo de chuva. *[Degravação: Taquígrafa Cristiany]*

Agradecemos ao senhor presidente, deputado Silvio Dreveck e ao secretário, pela entrega das homenagens.

Esta sessão está sendo transmitida ao vivo pela TVAL, e durante a semana será reprisada. Acompanhe a programação!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Convido para fazer uso da palavra, em nome das instituições homenageadas, o secretário de estado da Defesa Civil, senhor Rodrigo Antônio Pereira Foster Soares Moratelli.

O SR. RODRIGO ANTÔNIO PEREIRA FOSTER SOARES MORATELLI - Boa-noite a todos!

É com muita honra que estou hoje frente aos senhores. Gostaria de agradecer ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Silvio Dreveck, pelo momento que estamos vivendo, entregando as homenagens aos socorristas do estado.

Cumprimento o delegado-geral de Polícia, dr. Artur Nitz, o comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, o coronel Paulo Henrique Hemm, o subcomandante, coronel Araújo Gomes, pela parceria e pelo trabalho junto à Defesa Civil. Também saúdo o chefe do estado maior da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada, o coronel Ronaldo Sergio de Vasconcellos Lins Júnior, representado pelo general Sergio Prates; o meu colega de colegiado, secretário da Saúde e também deputado da Casa, Dr. Vicente Caropreso;

Quero saudar o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Onir Mocellin, e o subcomandante, coronel Borges, pela parceria junto à Defesa Civil; o gerente estadual do Samu, coronel João Batista Cordeiro Júnior, amigo de longa data, principalmente nos Batalhões de Operações Aéreas, e cumprimento as demais autoridades militares, civis, nominadas pelo protocolo, as homenageadas e os homenageados.

Senhores e senhoras, hoje é um momento ímpar em que paramos para homenagear aqueles que em algum momento socorrem as pessoas que necessitam de ajuda, e os socorristas estão sempre aptos e prontos para atender. Isso sempre será importante para nós, catarinenses, e a Assembleia Legislativa faz isto com muito mérito, porque representa todos nós, e esta sessão especial é para enaltecer o trabalho dos senhores, mulheres e homens que dedicam o seu labor em favor das instituições para atender aos catarinenses em situações de emergências.

Ser um socorrista emergencista é ser um profissional habilitado para atendimento de acordo com padrões e treinamentos que foram exaustivamente realizados nas suas corporações e, antes de tudo, é uma decisão de vida os senhores tomaram a decisão de seu trabalho, proteger a vida de terceiros, principalmente daqueles que mais clamam por ajuda.

Em nome das pessoas que foram atendidas pelos senhores, em nome daqueles que padeceram durante o atendimento ou que nós o trouxemos para o seio de suas famílias para que fossem dignamente enterrados e em nome dos catarinenses, gostaria de agradecer a todos pelo trabalho que os senhores prestam a todos os cidadãos. Na oportunidade, quero dizer que hoje, dia nove de outubro, também é um dia que marca a história dos catarinenses, quando em três desastres foram vítimas, há dez anos, neste mesmo momento, e alguns de nossos companheiros se abateram em atendimento.

No dia nove de outubro de 2007, na BR-282, entre Maravilha e São Miguel do Oeste, mais precisamente em Descanso, seis socorristas se somaram às vitimas, no total de 27 mortos em um acidente, principalmente no segundo quando estavam em atendimento.

Em posição de respeito, solicito um minuto de silêncio, presidente Silvio Dreveck, aos seis profissionais que perderam a vida: o cabo bombeiro militar, Leonir Francisco Bagatini; o cabo bombeiro militar, Roberto Inácio Borgheti; o cabo bombeiro militar, Evandro Daltoé; o soldado bombeiro militar, Carlos Roberto Françozi; o bombeiro comunitário, Elio Moss e o socorrista do Samu, Clóvis Fluke.

(Procede-se a um minuto de silêncio.)

[Degravação: Taquígrafa Ana Maria]

Senhores, precisamos todos os dias, sempre estar em pé, vigilantes e aptos para responder ao cidadão catarinense ou ao visitante que se encontra em nosso território.

Esperamos que os registros de vítimas sejam, a cada dia, retirados de nossa agenda; que possamos em conjunto com tudo que estamos fazendo no estado tornar Santa Catarina resiliente e apta a atender qualquer crise que possa se abater em nosso território e, ao final, possamos contar, sim, as histórias daquilo que somamos positivamente, e não mais de vítimas ou eventos recorrentes em nossa história.

Muito obrigado a todos.

Boa noite!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Convido para fazer uso da palavra o secretário de estado da saúde, deputado Dr. Vicente Caropreso.

O SR. VICENTE CAROPRESO - Senhor presidente da Assembleia Legislativa, deputado Silvio Dreveck, em razão de processo de tempo, respeitosamente cumprimento cada um dos senhores componentes da mesa.

O recado, como gosto de passar, sendo calabrês e virginiano, agradecer a todas as corporações aqui homenageadas, a cada um dos senhores homenageados. Tenho certeza de que muitos outros colaboraram naquele evento, o DNA catarinense está aqui representado. Eficiência e coração, coisas que carimbam o nosso passaporte por aí afora. Temos dificuldades com o tempo, com as intempéries, mas sempre dando uma prova de superação. Estava falando com o coronel que servi como médico no 23º Batalhão de Infantaria em julho de 1983, onde pude sentir o que muitos dos senhores sentiram, e a sensação que saímos do atendimento e do serviço cumprido é talvez a maior experiência que se possa ter na vida.

A sensação do dever cumprido, a leveza da alma e, acima de tudo, o espírito de humanidade. Eu, aqui como membro do governo, só tenho que agradecer ao Rodrigo Moratelli, a todas as forças que com certeza haverão de cada vez mais compor este atendimento pré-hospitalar, com toda a perícia e com todo coração, que, como disse, é o carimbo catarinense, e faremos de tudo, a saúde juntamente com todas as forças de governo e também da sociedade civil organizada haveremos de cada vez mais fazer este atendimento pré-hospitalar e continuar ser o melhor do território nacional.

Parabéns e muito obrigado, em nome da saúde catarinense.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Minha saudação às autoridades que compõem a mesa! Tive a oportunidade de saudá-los no início da cerimônia. Quero cumprimentar todos os homenageados, homenageadas, convidados e familiares presentes nesta noite.

O Poder Legislativo de Santa Catarina nesta noite realiza esta sessão especial para prestar homenagens ao Dia Estadual do Socorrista Emergencista, uma data comemorativa instituída pela Lei Estadual 15.398/10 combinada com a Lei Estadual 16.719/15.

Muitos foram os momentos marcantes e trágicos em Santa Catarina na última década, fatos relacionados com tragédias climáticas, acidentes graves com múltiplas vítimas, vidas perdidas e pessoas feridas. Esta Casa Legislativa deseja lembrar esses episódios, porque lembrando tomamos a consciência de suas causas e consequências, renovando nossos deveres e compromissos com as mudanças e práticas de prevenção.

Mas há, sobretudo, uma razão especial por esta lembrança em todos os eventos trágicos acontecidos, sempre contou com a participação ativa de instituições públicas deslocadas para a atuação direta na cena da ocorrência, prestando resposta imediata, promovendo o socorro e o resgate de vidas humanas. Muitos dos profissionais deslocados atuaram diretamente na função de socorristas emergencistas, responsabilizando-se pelas operações de resgate, assistência e salvamento.

São essas pessoas, profissionais de diversas instituições que queremos destacar e homenagear na noite de hoje, valendo-se desta data especial comemorativa ao Dia Estadual do Socorrista Emergencista de Santa Catarina.

Selecionamos três eventos de maior repercussão na última década, reconhecidos como grandes tragédias que se abateram sobre nosso estado: a tragédia do morro do Baú, Blumenau e região, iniciada em 22 de novembro de 2008, em que 135 pessoas perderam as vidas; a tragédia da serra Dona Francisca, em 14 de março de 2015, o maior acidente rodoviário da história de Santa Catarina, foram registradas 51 mortes; o

tornado na região de Xanxerê, ocorrido em 22 de abril de 2015, provocando duas mortes diretas e 6 mil pessoas desabrigadas.

Como proponente desta sessão especial, sinto-me especialmente agradecido pelo acolhimento da proposta por meus colegas, deputado Vicente Caropreso e, mais ainda, pela presença de todos os homenageados que se fazem acompanhar de seus comandantes e dirigentes das instituições que representam.

Agradeço ao Exército Brasileiro, à Polícia Rodoviária Federal, à Polícia Militar, ao Corpo De Bombeiros Militar do estado, à Polícia Civil do estado, à Coordenação estadual do Samu, à secretária de estado da Defesa Civil e às Corporações de Bombeiros Voluntários de Ilhota e Joinville.

Essas instituições estiveram presentes e atuantes em todos os eventos que trouxeram dor e sofrimento aos catarinenses, e mesmo em meio a tantas adversidades, sempre se agiram com absoluto desprendimento, destacada capacidade técnica e elevado espírito de sacrifício e entrega.

Em nome do Legislativo catarinense, senhores comandantes, senhores secretários e dirigentes, recebam nossa gratidão e o nosso reconhecimento. Na impossibilidade de homenagear todos os integrantes, fazemos de forma simbólica e representativa na pessoa dos profissionais que os senhores indicaram e aqui se fazem presentes perante seus comandantes, familiares e convidados.

Claro que nosso desejo e nossas orações são para que não ocorra mais nenhuma tragédia em solo catarinense, mas não podemos nos furtar as lições aprendidas no passado, nem precedidas às necessárias medidas estruturais e prevencionistas ao cargo do poder público por suas instâncias de governo nas esferas municipal, estadual e federal.

Neste campo, Santa Catarina avança a passos largos, com visão de futuro, projetando investimentos necessários e prioritários em defesa civil, em segurança pública, nas áreas de monitoramento, alerta e resposta.

Há ainda um longo caminho a percorrer, mas o que nos conforta é saber que, em qualquer situação, poderemos contar sempre com corporações, instituições empoderadas em conhecimento e experiência, devotadas e vocacionadas para auxílio e socorro à população.

Parabéns mais uma vez a todos os homenageados. Sintam-se abraçados por todos os catarinenses, nosso muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Presidência agradece a presença das autoridades e a todos que nos honraram com seu comparecimento.

Neste momento, teremos a execução do Hino de Santa Catarina pela Banda da Polícia Militar de Santa Catarina, sob a regência do maestro primeiro-sargento Alvanir Poster de Ávila.

(Procede-se à execução do hino.)

Antes de encerrar a presente sessão, a Presidência convoca outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. *[Degravação: Iago Zilli] [Revisão: Taquígrafa Elzamar].*

ATA DA 095ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2017
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Milton Hobus - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:

Silvio Dreveck

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

****

Breves Comunicações

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Faz referência sobre a moção que vai apresentar a Casa, em repúdio ao artigo da *Revista Veja*, do jornalista J.R.Guzzo, que fala sobre a fé evangélica, dizendo que os evangélicos são pessoas que incomodam. Demonstra indignação ao texto, são palavras de ataques, de preconceito, quando o mesmo afirma que são bobos, tipo moreno, que fazem mal as pessoas de bem do país e que são inimigos da democracia.

Critica a revista e o jornalista por publicar nota tão agressiva, dizendo que a Igreja Evangélica tem vários centros de recuperação para viciados, escolas para crianças, hospitais, que faz assistência social, papel que muitas vezes o serviço público do estado não faz, salientando que a revista vive de propaganda e do dinheiro do governo.

Finaliza mencionando que o padre Fábio de Melo, publicou nas redes sociais que estamos vivendo uma esquizofrenia social, e que exige respeito para com as instituições religiosas, as etnias e classes sociais, porque são as igrejas que estão fazendo o que o estado e a imprensa não conseguem. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Reporta-se à data comemorativa do Dia do Professor, narrando o decreto baixado por D.Pedro I, em 1827, para consagrar a educadora Santa Tereza D'Ávila. Em 1947 foi realizada a primeira comemoração da data ginásio Caetano de Campos, até a oficialização em 1963, pelo Decreto Federal n. 52.682/1963, instituído pelo então presidente João Goulart.

Demonstra seu respeito e carinho aos profissionais da educação ao lembrar que apesar das dificuldades que enfrentam atualmente, os professores exercem um fundamental papel na sociedade brasileira. Assim, criou o projeto 'Vamos pra Escola', que visitará todas as regiões do estado para ouvir e colher sugestões por acreditar que a educação é primordial na construção da cidadania e desenvolvimento do país. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Repercute revogação do Ofício n. 316/2017, da secretaria de estado da Educação que alterava as normas para a distribuição de aulas nas escolas catarinenses, salientando que a conquista da reivindicação dos professores contou com o apoio da Casa Legislativa, promovendo amplo diálogo junto ao secretário Eduardo Deschamps.

Tece comentários sobre a notícia publicada na edição do jornal *Diário do Iguaçu,* na presente data, sobre os efeitos da liminar concedida pelo juiz da 20ª vara da Justiça Federal que restringe a Portaria n. 2.488/2011, do ministério da Saúde, na definição da política nacional de atenção básica para a estratégia de saúde da família, realizado por profissionais de Enfermagem em atendimento do SUS e o programa de agentes comunitários, atingindo pacientes que buscam as unidades básicas de saúde.

Defende o Sistema Único de Saúde ágil voltado para a prevenção e com liberdade para que os enfermeiros possam desempenhar suas funções em apoio aos profissionais de Medicina sempre em prol de um bem maior que é a saúde da população.

Cumprimenta o deputado Darci de Matos pelo evento realizado na Casa Legislativa com os lotéricos que buscam seus direitos, implantando jogos no estado no intento de efetivar políticas públicas.

Deputado Ismael dos Santos (Aparteante) - Corrobora o pronunciamento do deputado na intervenção do Parlamento que fundamentou o recuo positivo da secretaria da Educação. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO DALMO CLARO (Orador) - Cumprimenta os lotéricos presentes na Casa, ressaltando que prestam inestimáveis serviços à população, e deseja que tenham êxito nas reivindicações feitas na audiência pública.

Registra o evento realizado na semana anterior, pelo Grupamento de Resgate Aéreo de Urgência de Blumenau, que faz parte do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, para marcar os dois anos de atividade, saudando e parabenizando toda a equipe.

Em breve histórico, relata que o serviço nasceu em 2010, em Florianópolis, com um helicóptero alugado, em parceria do Corpo de Bombeiros Militar e a Secretaria da Saúde, ressaltando a importância do atendimento para a população, pois faz resgates quando há necessidade de rapidez, em lugares de difícil acesso, e é complementado pelo serviço de atendimento médico do Samu. Posteriormente, em 2012, a Secretaria da Saúde disponibilizou recursos, complementando verba do Corpo de Bombeiros, para a aquisição de aeronave própria, sediada em Florianópolis. Registra que entre 2012 e 2017 o serviço evoluiu, contando com dois helicópteros, um sediado em Florianópolis e outro em Blumenau, e com a perspectiva de crescimento para outras regiões do estado. Menciona que a aeronave sediada em Blumenau já fez 740 atendimentos, e todo o serviço de resgate aéreo do Corpo de Bombeiros e Secretaria da Saúde, das unidades de Blumenau e Florianópolis, em sete anos, já efetuaram seis mil atendimentos.

Explica que, segundo avaliação do Ipea, o custo de uma vida perdida, somente em termos de produção, é, em média, de R$ 400

mil, valor que já justifica plenamente o custo de manutenção do sistema de resgate aéreo, e considera que tal despesa é totalmente recuperada e compensada pelo número de vidas que são salvas, destacando que é um serviço extremamente importante para a população, e muito gratificante para aqueles que dele participam. *[Taquígrafa: Sara]*

****

Partidos Políticos

Partido: PSD

DEPUTADO DARCI DE MATOS (Orador) - Manifesta-se sobre uma audiência pública com a presença de dezenas deputados estaduais, representantes do setor produtivo e do Ministério Público de Santa Catarina para debater temas relevantes do segmento dos lotéricos do estado. Ressalta a relevância do segmento dos lotéricos que não apenas buscam lucro, mas cumprem também um papel social, atendendo as pessoas mais carentes nos bairros onde o banco não faz o serviço.

Relata que o deputado Cesar Valduga apresentou um projeto que propõe um mecanismo para a vigilância armada nas agências lotéricas, e por entendimento de que o segmento não pode arcar com tal custo acrescentou uma emenda no sentido de que o serviço de vigilância seja custeado pela Caixa Econômica Federal.

Apresenta dados, demonstrando que milhões de reais deixam ir para o estado e vão para os cofres da União. Enaltece a criação da Copersorte, e espera, com a implantação de um portal *online* de vendas de assinaturas mensais de jogos utilitários e venda de bolões de produtos oficiais da Caixa Econômica Federal, com a criação da Raspadinha física e virtual, que mais recursos possam ser direcionados legalmente à Saúde pública e ao esporte de Santa Catarina.

Deputado João Amin (Aparteante) - Reforça que nas lotéricas o cidadão pode pagar suas contas e acha importante haver vigilância nas referidas agências.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Relata que vem acompanhando a questão da outorga dos jogos, concordando que recursos poderiam ser direcionados para a Saúde, e entende a importância de haver segurança nas lotéricas, apoiando o projeto. *[Taquígrafa: Cristiany]*

Partido: PP

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) - Presta contas da sua viagem à Brasília, em data anterior, que teve como objetivo tratar de várias obras que estão sendo realizadas no estado, principalmente na cidade de Florianópolis, estando presentes o vice-prefeito de Biguaçu e o prefeito de Tijucas, o Elói.

Comenta sobre os transtornos causados quando ocorrem chuvas fortes em bairros da cidade de Biguaçu e as ruas ficam inundadas prejudicando a população. Cita que a responsabilidade é de obras que estão sendo realizadas no contorno viário de Florianópolis, apresentando vídeo com fotos para ilustrar o seu pronunciamento.

Critica mais um adiamento oficial para a conclusão do contorno viário de Florianópolis, que agora está previsto para 30 de dezembro de 2020, e também a dificuldade de trânsito com relação ao acesso a cidade de Tijucas.

Finaliza afirmando que os entraves de reformas e construções inacabadas estão prejudicando várias cidades desta região, esperando que a situação seja resolvida para a população não sofrer tanto. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PR

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Comenta sobre os recursos que o estado perde por não resolver a questão das casas lotéricas, os quais poderiam ser aplicados, por exemplo, na Saúde, devido a atual crise por que passa.

Discorre sobre a vida profissional do policial Carlos Roberto Bastos Miguel, ao citar iniciativa sua e da deputada Ana Paula Lima para homenagear o referido militar que prestou relevantes serviços à sociedade catarinense, denominando o Complexo de Segurança Pública da Polícia Civil do município de Rio do Sul com o seu nome. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PMDB

DEPUTADO MANOEL MOTA (Orador) - Cumprimenta o deputado Darci de Matos pelo evento realizado na Casa Legislativa, pleiteando uma loteria em nível estadual em prol dos Cooperjos - Jogos de Integração Cooperativista.

Manifesta preocupação sobre o fechamento da unidade industrial da JBS, em Morro Grande, previsto para o dia 30 de outubro, situação que provocará um verdadeiro impacto na arrecadação municipal e desemprego à população do vale do Araranguá, e sugere uma ação judicial para evitar o fechamento da fábrica que se beneficiou com 60% do dinheiro público.

Deputado Mário Marcondes (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo relevante tema, e ressalta que a isenção fiscal dada pelo estado catarinense provoca situações como a da JBS, em detrimento do controle social.

Deputado Kennedy Nunes (Aparteante) - Parabeniza o deputado por tratar de um assunto sério da região, ressaltando um caso semelhante ocorrido na empresa Busscar, de Joinville. Recomenda apoio junto ao Ministério Público Federal, uma vez que tal empresa usou dinheiro público. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Partido: PSDB

DEPUTADO MÁRIO MARCONDES (Orador) - Comenta sobre a carga de responsabilidade financeira repassada pela CEF às lotéricas, que hoje têm o estilo de agência bancária, e exigem grande manutenção em segurança.

Destaca a falta de lotéricas em bairros de grande população, sugerindo que a CEF permita a abertura de processo licitatório de concessões para mais casas lotéricas. Sugere que os próprios municípios se organizem para que os grandes loteamentos aprovados tenham um espaço destinado à abertura de uma casa lotérica, evitando que as pessoas tenham que sair do seu bairro para pagar contas. Também fala da importância do atendimento pessoal dado pelas lotéricas àquelas pessoas que têm dificuldade de usar os caixas eletrônicos, tendo em vista que nas agências bancárias alguns serviços só são conseguidos desta forma. Enfatiza que pela importância dos serviços prestados à população, as lotéricas deveriam ser mais valorizadas e melhor remuneradas, principalmente quanto ao valor das autenticações. Parabeniza o deputado Darci de Matos pela iniciativa da discussão do assunto.

Questiona, ainda, os procedimentos da Autopista Litoral e ANTT em relação ao trânsito às margens das cidades, principalmente o que está acontecendo em Tijucas, pois para a entrada e saída da cidade foi acrescentado um grande percurso. *[Taquígrafa: Sara]*

Partido: PT

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (Oradora) - Convida a todos para o lançamento da plataforma digital Brasil que o Povo Quer, evento realizado pelo Partido dos Trabalhadores e Fundação Perseu Abramo, que ocorrerá na Assembleia Legislativa na semana subsequente, com o objetivo de elaborar uma estratégia para o futuro do país, ouvindo os cidadãos brasileiros.

Critica o processo que vem acontecendo no Brasil desde o movimento que houve na Avenida Paulista para derrubar a honesta presidente Dilma Rousseff, entendendo que o movimento tinha o objetivo de enganar o povo brasileiro. Afirma que agora a população está abismada com o crescimento dos impostos, com o aumento no preço dos combustíveis, com a reforma trabalhista equivocada e com outras barbaridades que vemos no país. Também reclama do aumento no preço do gás de cozinha, que está custando R$ 78,00, em Blumenau. *[Taquígrafa: Cristiany]*

Partido: PCdoB

DEPUTADO CESAR VALDUGA (Orador) - Trata sobre a involução dos números na indústria brasileira, destacando que a *Revista Valor Econômico* publicou matéria, alertando que os números caíram em seis dos 14 locais pesquisados entre os meses de julho e agosto, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia.

Comenta que a queda mais intensa ocorreu no estado de São Paulo, e que em Santa Catarina, por enquanto, a produção ficou estável, não cresceu, mas também não recuou. Entende a necessidade da construção de um novo plano nacional de desenvolvimento, com foco na indústria, geração de emprego e renda, e na melhoria nas condições de vida da população.

Conclui salientando que precisamos unir todas as forças comprometidas com o país, de forma ampla, buscando um caminho para o crescimento, e que se faz urgente uma construção comum com todas as forças progressistas da nação. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

****

Ordem do Dia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Dá início à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0381/2016.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0162/2017, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que denomina Ulisses Volpato a ponte sobre o Rio Cocho II, localizada na comunidade de Bom Sucesso, entre os km 78 e 79, da rodovia SC-355, trecho Iomerê até Treze Tílias.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0206/2017, de autoria do deputado Natalino Lázare, que denomina Afonso Dresch o trecho da rodovia SC-355 entre a ponte sobre o Rio São Bento, no município de Iomerê e o município de Treze Tílias. Dentro deste projeto foi apensado o PL n. 0284/2017.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0280/2017, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que denomina Valentin Antonio Marcon a via marginal da rodovia SC-480, no trecho compreendido entre o km 145,2 e o km 147, lado oeste, na localidade de Rodeio Chato, no município de Chapecó.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Neste momento, a Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h08, dando prosseguimento à pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Sílvia].*

ATA DA 009ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2017
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

Às 16h08, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mário Marcondes - Maurício Eskudlark - Milton Hobus - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

PRESIDÊNCIA - Deputados:
Silvio Dreveck
Kennedy Nunes

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

****

Ordem do Dia

Sílvia

DEPUTADO SILVIO DREVECK (Presidente) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0162/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0206/2017. Dentro deste projeto foi apensado o PL n. 0284/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0280/2017.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0204/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, ao ministro da Casa Civil e aos senadores e deputados federais catarinenses, manifestando contrariedade à proposta de redução dos recursos financeiros para a área de assistência social prevista no projeto de lei orçamentário anual para 2018.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0205/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao sr. Guido Francisco Follmann do município de Itapiranga, manifestando aplausos pela trajetória de luta em prol da preservação e do desenvolvimento cultural do extremo oeste catarinense, em especial na área de canto coral.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0206/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada à presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer do município de Caibi, manifestando aplausos pelo trabalho desenvolvido na prevenção e combate ao câncer e em prol da saúde da mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0207/2017, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao sr. Mauro Guimarães Passos, manifestando aplausos pela atuação na implantação das energias renováveis na matriz energética nacional e pelas relevantes pesquisas nas áreas de energia solar.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0208/2017, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada ao professor Ricardo Rüther, manifestando aplausos pelas relevantes pesquisas e contribuições nas áreas de geração solar fotovoltaica, solarimetria, armazenamento de energia e veículos elétricos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0209/2017, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao presidente do Conselho Federal de Enfermagem e ao juiz da 20ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, manifestando contrariedade à decisão proferida nos autos n. 1006566-69.2017.4.01.3400, que suspendeu parcialmente a Portaria n. 2.488/2011, do Ministério da Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0210/2017, de autoria do deputado Mário Marcondes, a ser enviada à Guarda Municipal de São José, parabenizando pela passagem de seus treze anos de existência.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0211/2017, de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser enviada ao presidente da Editora Abril, manifestando repúdio pela postura preconceituosa, tendenciosa e inconstitucional com que a revista *Veja* foi conivente ao publicar o artigo *"Essa Gente Incômoda".*

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0947/2017, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0948/2017, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0949/2017, 0950/2017, 0951/2017 e 0952/2017, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0953/2017, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0954/2017, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; e, 0955/2017, de autoria do deputado Patrício Destro.

Igualmente, a Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0704/2017, de autoria do deputado Cesar Valduga; 0705/2017, de autoria do deputado Darci de Matos; 0706/2017 e 0707/2017, de autoria do deputado Gabriel Ribeiro; e, 0708/2017, de autoria do deputado Neodi Saretta.

A Presidência, antes de suspender a sessão, faz a leitura da mensagem do senhor governador do estado:

(Passa a ler.)

"Mensagem n. 940, do governador do estado.

Encaminho a essa Secretaria a mensagem do senhor governador do Estado acima referenciada, pela qual solicita regime de urgência ao projeto de lei de origem governamental, que "Altera as Leis n.s: 3.938, de 1966; 5.983, de 1981; 7.543, de 1988; 10.297, de 1996; 12.646, de 2003; 13.136, de 2004; 13.992, de 2007; e 15.856, de 2012; e estabelece outras providências.

Atenciosamente, Nelson Antônio Serpa - Secretário de Estado da Casa Civil." [*sic*]

Finda a pauta da Ordem do Dia.

A Presidência suspende a sessão, por até 10 minutos, para que possa usar a tribuna o sr. Robson Jean Back**,** prefeito municipal de São Martinho, acompanhado da rainha Wanesa Ester Defreyn, e das princesas Luciana Buss e Helena da Rosa Steiner, e divulgar a 24ª edição da Festa do Produto Colonial. *[Taquígrafa: Sílvia]*

****

Explicação Pessoal

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Explicação Pessoal.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (Orador) - Registra a audiência pública promovida pela comissão de Economia, Minas e Energia, sobre

as lotéricas e jogos no estado de Santa Catarina, e lamenta a extinção da Codesc, que poderia coordenar o processo ora pleiteado.

Menciona a passagem dos 50 anos da Cooperativa Regional Alfa, Cooperalfa, que atua no oeste catarinense, manifestação dos anseios de seus pioneiros em relação ao sindicalismo, ao associativismo e ao cooperativismo, trazendo uma diferenciação econômica e social para a região. Parabeniza a direção, em nome do presidente Romeu Bet, e também todos os seus colaboradores.

No segundo momento, pontua a redução do preço do leite pago ao produtor, causando prejuízo aos pequenos agricultores e dificuldade de manutenção de suas famílias. Informa que, na próxima segunda-feira, haverá uma reunião no ministério da Agricultura para rever as importações. Entretanto, conforme dados, evidencia-se que o centro da crise é a redução do consumo de produtos lácteos, gerada pela conjuntura política que a partir de 2014 criou uma crise econômica.

Enfoca que há necessidade de retomada no crescimento do país, criando oportunidades para melhores condições de vida aos agricultores familiares e ao povo brasileiro. *[Taquígrafa: Elzamar]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Fala sobre o descerramento oficial da placa que denomina Carlos Roberto Bastos Miguel o complexo da Polícia Civil de Rio do Sul. Tal homenagem considera que o "Inho" foi um policial vibrante, atuante, que em 10 anos de carreira fez uma bela história na Polícia Civil de Santa Catarina, mas infelizmente faleceu vítima de acidente de trânsito no dia 08 de setembro de 2015. Destaca que a homenagem é também a todos os policiais civis, reconhecendo o trabalho da instituição como um todo.

Comenta sobre a indignação que estão sentindo os Policiais Civis pela falta de promoções da categoria, ressaltando que aos Policiais Militares, Bombeiros Militares e IGP foram concedidas promoções. Afirma que é importante que o governo do estado resolva esta questão, dando a todas as categorias um tratamento igualitário, pois os policiais civis têm feito o seu trabalho com muita competência.

Deputado Milton Hobus (Aparteante) - Lamenta a impossibilidade de comparecer ao evento, ressaltando que o "Inho" e seus pais, que também são da Polícia Civil, prestam um grande trabalho ao povo de Rio do Sul. Afirma que acompanhou este momento delicado da perda do filho e do dedicado policial que seguiu a carreira dos pais, e sente-se orgulhoso por esta homenagem tão merecida. *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Registra que a Defesa Civil disponibilizará um cadastro para que todos os catarinenses possam receber alertas sobre o tempo por SMS, e incentiva que as pessoas façam seus cadastros a fim de receberem as informações em tempo real, que são importantes para a proteção da família, bem como do patrimônio.

Anunciou que o governo entregou ordens de serviços para elaboração de projetos executivos para a pavimentação de estradas no Alto Vale do Itajaí, especificamente a pavimentação do acesso a Presidente Nereu e Vidal Ramos, que são 18 km; o projeto do contorno viário leste de Ituporanga, com cerca de 9 km; e o contorno oeste de Rio do Sul, e ponderou que sem projeto, nada acontece. *[Taquígrafa: Cristiany]*

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Presidente) - Não havendo mais oradores a fazer uso da palavra, encerra a sessão, convocando outra, especial, para o dia 16 de outubro, às 19h, em comemoração dos 500 anos da Reforma Luterana.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 030-DL, de 2017

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Gelson Merisio, nos dias 24, 25 e 26 de outubro do corrente ano, sem remuneração, para tratar de interesse particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 17 de outubro de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK**
Presidente

GABINETE DO DEPUTADO GELSON MERISIO

OFGABGM/407/2017 Florianópolis, 17 de Outubro de 2017.

Ao Excelentíssimo

SILVIO DREVECK

Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, informo-lhe que estarei ausente do País no período de 21 a 30 de outubro deste ano, em assunto particular. Bem como, solicito que o período correspondente a esta ausência nas sessões plenárias sejam sem remuneração.

Respeitosamente,

Gelson Merisio
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 18/10/17

*** X X X ***

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 051-DL, de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gelson Merisio para ausentar-se do País, no período de 21 a 30 de outubro do corrente ano, para tratar de interesse particular.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 17 de outubro de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputada Ana Paula Lima - 3ª Secretária
Deputado Maurício Eskudlark - 4º Secretário

GABINETE DO DEPUTADO GELSON MERISIO

OFGABGM/407/2017 Florianópolis, 17 de Outubro de 2017.

Ao Excelentíssimo

SILVIO DREVECK

Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, informo-lhe que estarei ausente do País no período de 21 a 30 de outubro deste ano, em assunto particular. Bem como, solicito que o período correspondente a esta ausência nas sessões plenárias sejam sem remuneração.

Respeitosamente,

Gelson Merisio
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 18/10/17

*** X X X ***

ATO DA MESA

ATO DA MESA Nº 548, de 18 de outubro de 2017

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado a importância de R$ 2.165.443,25 (dois milhões, cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais e vinte cinco centavos), na atividade abaixo discriminada, os seguintes elementos de despesa:

01000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	**01.122.0920.0002.1144**		
Elemento/Fonte	33.50.41 - 100	R$	20.000,00
Elemento/Fonte	33.90.31 - 100	R$	200.000,00
Elemento/Fonte	33.90.32 - 100	R$	200.000,00
Elemento/Fonte	33.90.35 - 100	R$	300.000,00
Elemento/Fonte	33.90.37 - 100	R$	545.443,25
Elemento/Fonte	33.91.39 - 100	R$	300.000,00

Elemento/Fonte	44.90.30 - 100	R$	100.000,00
Elemento/Fonte	44.90.39 - 100	R$	100.000,00
Elemento/Fonte	44.90.52 - 100	R$	300.000,00
Elemento/Fonte	44.90.92 - 100	R$	100.000,00
Total		**R$**	**2.165.443,25**

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementado na atividade abaixo discriminada, o seguinte elemento de despesa:

01000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Atividade	**01.122.0920.0002.1144**		
Elemento/Fonte	33.90.93 - 100	R$	1.620.000,00
Elemento/Fonte	33.90.92 - 100	R$	545.443,25
Total		**R$**	**2.165.443,25**

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
Deputado Maurício Eskudlark - Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às onze horas, na Sala das Comissões, sob a Presidência do senhor Deputado Natalino Lázare, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 7ª Reunião Ordinária da Comissão Agricultura e Política Rural, referente à 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes Deputados: Natalino Lázare, José Milton Scheffer, Padre Pedro Baldissera, Mauro de Nadal, Valdir Cobalchini, Cesar Valduga e Dóia Guglielmi. Havendo quórum regimental, o senhor **Presidente** abriu a reunião e passou à discussão e votação da ata da sexta reunião ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. A seguir, o senhor **Presidente** colocou em discussão e votação o requerimento do senhor **Deputado Altair Silva** solicitando a realização de Audiência Pública, em Chapecó, para discutir as dificuldades do setor leiteiro, especialmente a importação do leite do Uruguai. O requerimento da audiência foi aprovado por unanimidade. A seguir, o senhor **Presidente** colocou em discussão e votação o requerimento do senhor **Deputado José Milton Scheffer** solicitando a realização de Audiência Pública, em Araranguá, para tratar da adequação da Guia de Trânsito Animal (GTA) para abelhas. O requerimento da audiência foi aprovado por unanimidade. A seguir, o senhor **Presidente** realizou um convite para o Quinto Dia de Mercado de Grãos, que está sendo realizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, a Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina e o Sindicato Rural de Chapecó, no dia quinze de setembro de dois mil e dezessete. A seguir, o senhor **Presidente** realizou um convite para um evento no Paraguai que terá como objetivo discutir a compra de milho do Paraguai e da Argentina. O senhor **Presidente** ressaltou que esse trabalho esta sendo organizado pelas cooperativas do Estado. A seguir, o senhor **Presidente** relatou que a compra de milho em outros países deixa de valorizar o mercado nacional, sendo reflexo da falta de políticas públicas. Em seguida, o senhor **Presidente** passou a palavra para o senhor **Deputado Mauro de Nadal**, que destacou a importância de incentivos para a produção de milho. O senhor **Deputado Mauro de Nadal**, ressaltou que a reunião no Paraguai será para estabelecer novas rotas de transportes para o milho. A seguir, o senhor **Presidente** passou a palavra para o senhor **Adriano da Cunha**, vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina, para apresentar o Intercambio de Cooperação Técnica e Científica com o Estado de Israel, o qual destacou que este intercâmbio com Israel é fundamental para buscar tecnologias e inovações na área agrícola para o Estado de Santa Catarina. O senhor **Adriano** ressaltou que a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina não consegue cobrir as despesas deste intercâmbio; com isso estão solicitando apoio da Comissão de Agricultura e Política Rural para criar um caminho a fim de otimizar o intercâmbio. A seguir, o senhor **Presidente** sugeriu que sejam feitos encaminhamentos para a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de buscar apoio ao intercâmbio. Em seguida, o senhor **Presidente** passou a palavra para o senhor **Deputado Mauro de Nadal** que sugeriu que sejam realizados encaminhamentos para o senhor Luiz Ademir Hessmann, presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, e para o senhor Blairo Maggi, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A seguir, o senhor **Presidente** passou a palavra para o senhor **Deputado Valdir Cobalchini** que sugeriu que a Comissão de Agricultura e Política Rural participe deste intercâmbio. Em seguida, o senhor **Presidente** passou a palavra para o senhor **Deputado Cesar Valduga** que ressaltou a importância deste intercâmbio para reavaliar a forma que esta sendo realizada a produção de alimentos no Brasil. A seguir, o senhor **Presidente** informou que está representando a Comissão de Agricultura e Política Rural na Secretaria Especial de Agricultura da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE) como vice-presidente. Nada mais havendo a tratar, o senhor **Presidente** agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, secretária da Comissão, Michelli Burigo Coan da Luz, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Estadual Natalino Lázare
Presidente
*** X X X ***

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas e vinte minutos, em cumprimento aos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor **Deputado Jean Kuhlmann**, os Deputados Membros da Comissão de Constituição e Justiça: Darci de Matos, José Nei Ascari, Marcos Vieira, Rodrigo Minotto e Valdir Cobalchini. **O presidente** fez a leitura do ofício nº 110/2017 expedido pelo gabinete do Senhor Deputado João Amin que justifica a ausência do parlamentar e que designa o Senhor Deputado Natalino Lázare como seu substituto. A ausência do Senhor Deputado Dirceu Dresch foi justificada através do ofício nº 170/2017 expedido pelo gabinete do parlamentar. Foi comunicada também a ausência do Senhor Deputado Mauro de Nadal, justificada através da comunicação interna nº 17/2017 expedido pelo gabinete do parlamentar, designando o Senhor Deputado Fernando Coruja como seu substituto. Havendo quorum regimental, **o presidente** abriu a reunião e submeteu à apreciação a Ata da 29ª Reunião Ordinária, que posta em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Na sequência, **o presidente** concedeu a palavra aos membros, obedecendo a ordem de chegada, para discussão de matérias. **O SENHOR DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI DELIBEROU ACERCA DAS SEGUINTES MATÉRIAS: PL./0379.0/2017**, de autoria do **Deputado Kennedy Nunes**, que introduz a classificação indicativa em exposições, amostras, exibições de arte e eventos culturais no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências. Requereu diligência às Secretarias de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, da Assistência Social, Trabalho e Habilitação (Diretoria de Recursos Humanos) e da Justiça e Cidadania, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0179.5/2017**, de autoria do **Deputado Kennedy Nunes**, que dispõe sobre a proibição do corte dos serviços do fornecimento de energia elétrica, água e gás em Santa Catarina e adota outras providências. Devolveu vista da matéria sem manifestação; **PL./0100.4/2017**, de autoria do **Deputado Gelson Merisio**, que dispõe sobre as formas de cancelamento automático de serviços prestados de forma contínua, relacionadas aos direitos do consumidor. Exarou parecer pelo apensamento da matéria ao PL./0075.9/2017 para tramitação conjunta, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0075.9/2017**, de autoria do **Deputado Cesar Valduga**, que dispõe sobre a inserção de "link" que possibilite ao consumidor realizar a suspensão ou o cancelamento do contrato de prestação de serviço via internet, na forma que especifica. Devolveu vista da matéria sem manifestação; **PL./0276.5/2016**, de autoria **do Governador do Estado**, que altera o art. 7º da Lei nº 9.764, de 1994, que disciplina a admissão de professores em caráter temporário, sob regime administrativo especial, para exercício na Academia da Polícia Civil e dá outras providências. Requereu diligência à Secretaria de Estado da Segurança Pública, que posto em discussão

e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0395.0/2016**, de autoria do **Deputado Valmir Comin,** que institui a Política Estadual de Produção de Energias Renováveis, contemplando as fontes primárias, solar, eólica, hidráulica, maré-motriz, processo de geração de energia oriundos do bagaço de cana-de-açúcar, casca de arroz, cavacos de madeira, lixo orgânico e demais fontes primárias, cujo avanço tecnológico diversifique a matriz energética no Estado de Santa Catarina. Requereu diligência à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0211.0/2015**, de autoria do **Deputado Darci de Matos**, que dispõe sobre garantia do atendimento prioritário e a acessibilidade de pessoas com obesidade em grau III, aos serviços dos estabelecimentos bancários, comerciais, órgãos públicos e outros que importem em atendimento por filas, senhas ou outros métodos similares no Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências. Requereu nova diligência à Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL) e à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMÉRCIO), que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0187.5/2016**, de autoria do **Deputado Mario Marcondes**, que regulamenta a atividade de consultoria jurídica nas estatais, conferindo garantias aos advogados e delimitando responsabilidades e adota outras providências. Requereu diligência à Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina (OAB/SC), que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O SENHOR DEPUTADO MARCOS VIEIRA DELIBEROU ACERCA DAS SEGUINTES MATÉRIAS: PL./0381.5/2016**, de autoria do Deputado **Serafim Venzon**, que dispõe sobre a realização gratuita do exame Tomografia por Emissão de Pósitrons (PET SCAN) na rede pública de saúde do Estado de Santa Catarina. Exarou parecer pela rejeição da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria tendo voto contrário dos Deputados Fernando Coruja e Rodrigo Minotto; **PL./0185.3/2015**, de autoria do **Deputado Rodrigo Minotto**, que dispõe sobre o emprego de cães pelas Polícias Civil e Militar de Santa Catarina, para realizar policiamento em manifestações populares, no Estado de Santa Catarina. Devolveu vista da matéria sem manifestação. **O SENHOR DEPUTADO NATALINO LÁZARE DELIBEROU ACERCA DAS SEGUINTES MATÉRIAS: PRS./0008.9/2015**, de autoria da **Mesa**, que aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando incluir o art. 211-A à Constituição Federal, para instituir o ensino público básico integral e federal. Devolveu vista da matéria sem manifestação. O parecer do relator (Deputado Jean Kuhlmann) favorável a matéria foi posto novamente em discussão, sendo concedida vista em gabinete ao Deputado Valdir Cobalchini; **PL./0461.4/2013**, de autoria da **Luciane Carminatti**, que declara de utilidade pública a Associação Software Livre Santa Catarina (SOLISC), de Florianópolis. Requereu nova diligência à referida Entidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O SENHOR DEPUTADO VALDIR COBALCHINI DELIBEROU ACERCA DAS SEGUINTES MATÉRIAS: PL./0342.9/2017**, de autoria do **Deputado Gabriel Ribeiro**, que concede Título de Cidadão Catarinense ao Senhor José Antônio Torres Marques. Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0366.6/2017**, de autoria do **Deputado Nilso Berlanda**, que institui o Dia Estadual do Reflorestamento e Uso Consciente da Flora Catarinense. Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0363.3/2017**, de autoria da **Deputada Dirce Heiderscheidt**, que dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho em agências de emprego e de vagas nas escolas da Rede Pública Estadual para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar e seus filhos, e adota outras providências. Requereu diligência à Secretaria de Estado da Casa Civil, à Secretaria de Estado da Administração, à Secretaria de Estado da Educação, à Procuradoria Geral do Estado, à Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina e à Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0120.8/2016**, de autoria do **Deputado Cleiton Salvaro**, que dispõe sobre a instalação de bloqueador de ar, mediante solicitação do consumidor, pelas empresas concessionárias do serviço de abastecimento de água no âmbito do Estado de Santa Catarina. Exarou parecer pela rejeição da matéria, bem como, ratificou a manutenção do parecer exarado anteriormente pela rejeição ao PL./0056.6/2015 que tramita conjuntamente, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria tendo voto contrário do Deputado Fernando Coruja. **O SENHOR DEPUTADO JEAN KUHLMANN DELIBEROU ACERCA DAS SEGUINTES MATÉRIAS**: **PL./0317.8/2017**, de autoria do **Deputado Valdir Cobalchini**, que institui o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências. Requereu diligência à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e à Fundação do Meio Ambiente, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PLC./0024.4/2017**, de autoria do **Governador do Estado**, que altera a Lei Complementar nº 668, de 2015, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, instituído pela Lei Complementar nº 1.139, de 1992, e estabelece outras providências. Exarou parecer favorável a matéria com Emenda Aditiva bem como acolhendo a Emenda Aditiva de fl. 14 e rejeitando as Emendas Modificativas de fls. 12 e 13, que posto em discussão, foi concedida vista coletiva; **PL./0346.2/2017**, de autoria do **Deputado Mario Marcondes**, que dispõe sobre a obrigatoriedade da expressão com 2 (duas) casas decimais, no painel de preços e nas bombas medidoras, ao consumidor de combustíveis no Estado de Santa Catarina. Exarou parecer pela rejeição da matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0285.6/2017**, de autoria do **Deputado Gelson Merisio**, que declara de utilidade pública a Associação São Francisco de Assis (ASFA), de São Pedro de Alcântara. Requereu diligência à referida Entidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0375.7/2017**, de autoria dos **Deputados Mario Marcondes e Silvio Dreveck**, que institui o Dia Estadual da "Sukyo Mahikari" no Estado de Santa Catarina. Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0255.0/2017**, de autoria do **Governador do Estado**, que estabelece prazo para a prescrição do direito de ação contra atos relativos a concursos para provimento de cargos e empregos na Administração Pública Estadual Direta e Indireta. Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete aos Deputados Marcos Vieira e Mauro de Nadal à pedido do Deputado Fernando Coruja; **PL./0367.7/2017**, de autoria do **Deputado Ismael dos Santos**, que declara de utilidade pública o Centro Musical, Assistencial e de Projetos Sócio-Educativos Tom Maior, de Indaial. Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O SENHOR DEPUTADO DARCI DE MATOS DELIBEROU ACERCA DAS SEGUINTES MATÉRIAS: PL./0020.5/2016,** de autoria **do Deputado Gean Loureiro**, que dispõe sobre as condições gerais relativas à venda de bilhetes de passagem nos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros e adota outras providências. Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Jean Kuhlmann; **PL./0351.0/2017**, de autoria do **Governador do Estado**, que autoriza a cessão de uso compartilhado de imóveis no Município de Campo Alegre. (Posto de fiscalização pela ADAPAR). Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; **PL./0353.1/2017**, de autoria do **Deputado Patrício Destro**, que estabelece critérios para oportunização e acesso ao primeiro emprego através de empresas prestadoras de serviço aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado de Santa Catarina. Requereu diligência à Secretaria de Estado da Administração, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O SENHOR DEPUTADO DARCI DE MATOS DELIBEROU EXTRAPAUTA ACERCA DA SEGUINTE MATÉRIA: PL./0301.0/2017**, de autoria do **Deputado José Nei Ascari**, que altera a Lei nº 348, de 1958, que "Altera a divisão territorial do Estado", para fazer a correção ortográfica do nome do Município de Grão Pará. Exarou parecer favorável à matéria, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, **o presidente** agradeceu a presença dos Senhores Deputados e dos demais presentes e encerrou a presente reunião, da qual, eu Robério de Souza, Chefe de Secretaria da Comissão, lavrei esta Ata que, após lida e aprovada por todos os membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 10 de outubro de 2017.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia onze de outubro de dois mil e dezessete, sob a Presidência do **Deputado Marcos Vieira**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Antônio Aguiar, Fernando Coruja, José Milton Scheffer, Gabriel Ribeiro, Luciane Carminatti, Milton Hobus e Rodrigo Minotto. O Deputado Patrício Destro justificou sua ausência mediante ofício. Aberto os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 21ª reunião ordinária, que em votação, foi provada por unanimidade. Em seguida o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: **o Deputado José Milton Scheffer** relatou OF./0201.4/2015, que encaminha a Prestação de Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referente ao exercício de 2014, seu parecer foi favorável ao Ofício, posto em discussão foi cedido vistas em gabinete aos Deputados Antonio Aguiar, Fernando Coruja, Gabriel Ribeiro, Luciane Carminatti, Marcos Vieira, Milton Hobus, Patricio Destro e Rodrigo Minotto. **O Deputado José Milton Scheffer** relatou o PL/0335.0/2017, que autoriza a doação de imóvel no Município de Piratuba (instalação de serviços públicos municipais), seu parecer foi favorável ao projeto

posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Rodrigo Minotto** relatou o PL./0355.3/2017, que Autoriza a doação de imóvel no Município de Tangará (melhoria malha viária), seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Rodrigo Minotto** relatou o PL./0133.2/2017, que autoriza a doação de imóvel no Município de Timbé do Sul (instalação de unidades de educação infantil e de ensino fundamental), seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Fernando Coruja** relatou o OF./0736.8/2016, que encaminha o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao 3º trimestre de 2016, seu parecer foi favorável ao Oficio, posto em discussão foi cedido vista em gabinete a Deputada Luciane Carminatti. **A Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0486.2/2015, que estabelece a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária - Compra Coletiva/SC, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vistas em gabinete aos Deputados Milton Hobus, José Milton Scheffer e Gabriel Ribeiro. **O Deputado Gabriel Ribeiro** relatou o PL./0228.8/2017, que autoriza a doação de imóvel no Município de Joinville (atividades educacionais de Ensino Fundamental), seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão, foi cedido vista em gabinete a Deputada Luciane Carminatti. **O Deputado Gabriel Ribeiro** relatou o PL./0487.3/2015, que dispõe sobre a gestão da fauna nativa brasileira e exótica no âmbito do Estado e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão foi cedido vista em gabinete a Deputada Luciane Carminatti Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Vilson Elias Vieira Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

Sala das Comissões, onze de outubro de dois mil e dezessete.

Deputado MARCOS VIEIRA

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO, REFERENTE À 2ª SESSÃO DA 18ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às treze horas e trinta minutos, no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, sob a Presidência do senhor Deputado João Amin, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, reuniram-se os membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, com a presença dos Deputados: João Amin, Luciane Carminatti, Cesar Valduga, Valdir Cobalchini, Milton Hobus, Marcos Vieira e Manoel Mota. Após a verificação de quorum regimental, o Presidente da Comissão Deputado João Amin, abriu os trabalhos, cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Ato continuo, apresentou para discussão e votação, os seguintes Projetos de Leis: 1 - Projeto de Lei nº 0162.7/2017, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que "denomina Ulisses Volpato a ponte sobre o rio cocho II, localizada na comunidade de Bom Sucesso (entre os km 78 e 79) da rodovia SC-355, trecho Iomerê até Treze Tílias", com parecer do Deputado Marcos Vieira, perla aprovação; 2 - Projeto de Lei nº 0280.1/2017, de autoria do Deputado Silvio Dreveck, que "denomina Valentim Antonio Marcon a via marginal da rodovia SC-480, no trecho compreendido entre o km 145,2 e o km 147, lado oeste, na localidade de Rodeio Chato, município de Chapecó", com parecer do Deputado João Amin, pela aprovação; 3 - Projeto de Lei nº 0154.7/2017, de autoria dos Deputados Fernando Coruja e Romildo Titon, que "denomina Padre Edilson José de Souza, a rodovia SC-390, trecho compreendido entre os municípios de Capão Alto até Campo Belo do Sul", com parecer do Deputado João Amin, pelo encaminhamento de requerimento à Comissão de Constituição e Justiça; 4 - Projeto de Lei nº 0206.2/2017, de autoria do Deputado Natalino Lazaré, que "denomina Afonso Dresch, o trecho da rodovia SC-355, entre a ponte sobre o rio São Bento, no município de Iomerê e o município de Treze Tílias", com parecer do Deputado João Amin, pela aprovação. Submetidos a discussão e votação, todos os pareceres dos projetos de leis, foram aprovados por unanimidade, pelos senhores Deputados Membros da Comissão. Em seguida o Presidente Deputado João Amin, agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão, do que para constar, eu, Claudio Luiz Sebben, Chefe de Secretaria lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembleia.

Sala das Comissões, vinte e sete de setembro de dois mil e dezessete.

Deputado João Amin

Presidente

*** X X X ***

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO, REFERENTE À 2ª SESSÃO DA 18ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos quatro dias do mês de outubro de dois mil e dezessete, às onze horas, na Sala de Reuniões das Comissões, sob a Presidência do senhor Deputado João Amin, com amparo nos artigos 131 e 134 do Regimento Interno, reuniram-se os membros da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, com a presença dos Deputados: João Amin, Cesar Valduga, Valdir Cobalchini, Milton Hobus e Manoel Mota. Presente também o Deputado Dóia Guglielmi, prestigiando a reunião. Após a verificação de quorum regimental, o Presidente da Comissão Deputado João Amin, abriu os trabalhos, cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Ato continuo, convidou para também comporem a mesa, os Senhores: Luis Antonio Schmitt Peters - Diretor Geral, da Associação Mobilidade por Bicicleta e Modos Sustentáveis - Amobici; Fabiano Faga Pacheco - Conselheiro da União dos Ciclistas do Brasil (UCB) e Coordenador do Grupo de Trabalho de Infraestrutura da Amobici; Odair Kalkmann - Atleta de Ciclismo do Avaí e Presidente da Associação de Ciclismo de Palhoça. Seguindo para a pauta de convocação da reunião, apresentou para discussão e aprovação, a ata da nona reunião ordinária, do dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezessete, a qual foi aprovada por unanimidade pelos senhores Deputados Membros presentes. Dando continuidade, apresentou para apreciação e votação o requerimento subscrito pelos Deputados, Dirce Heiderscheidt, João Amin, Mário Marcondes e Maurício Eskudlark, para realização de audiência pública, nesta casa legislativa, em data e horário a ser agendado, para discutir sobre "O problema das terras indígenas do Morro dos Cavalos, o convívio entre a Comunidade Local e os índios e a instabilidade jurídica/social provocada por entes estatais federais". Abriu então a palavra aos Deputados presentes. Com a palavra o Deputado Manoel Mota, Quanto a ementa do requerimento apresentado, salientou que uma audiência pública, para tratar sobre o Morro dos Cavalos e Terras Indígenas, será sempre uma grande oportunidade, para a melhorias, apoiando a iniciativa. Presidente submeteu então à votação o requerimento, que foi aprovado por unanimidade pelos senhores Deputados Membros da Comissão. Ainda dando sequência a ordem da pauta, que tratava sobre o "espaço aberto, para discutir o uso e locomoção de bicicletas - alternativa para a mobilidade urbana", com a presença de representantes de associações de ciclismo". Passou a palavra, para o Senhor Odair Kalkmann, atleta de ciclismo do Avaí e Presidente da Associação de Ciclismo de Palhoça, que fez o seguinte pronunciamento: Bom dia a todos. Sou professor de educação física, da UFSC. Desenvolve projetos na região de Palhoça, onde temos uma nova associação em fase pré-operacional, criada há seis meses, onde realizamos uma reunião mensal, nas segundas feira, na segunda semana de cada mês, no Conselho Comunitário da Ponte de Imaruí, onde uma sala nos foi cedida pela Prefeitura Municipal de Palhoça. Atualmente, temos parceria com a Secretaria de Turismo de Palhoça, através do Senhor Adriano, estamos desenvolvendo um projeto de cicloturismo, com objetivo de explorar toda a região da serra do Tabuleiro. No momento estamos fazendo o mapeamento na da região. A ideia também é explorar também uma via livre, em uma rua aberta na região de Palhoça, uma vez por mês, para o desenvolvimento do ciclismo e outras atividades físicas, a exemplo do que ocorre na beira mar em Florianópolis. Estamos aqui também para debater a questão do Morro dos Cavalos, pois nos interessa, tendo em vista que temos muitos pedais passando naquela região, pois no local não há acostamento, razão porque o assunto nos interessa, visando a segurança dos ciclistas. Presidente passou a palavra ao Senhor Fabiano Faga Pacheco - Conselheiro da União dos Ciclistas do Brasil (UCB), que proferiu o seguinte pronunciamento: Informou que não é mais conselheiro da UCB, mas está atuando na associação loca. Salientou que a pequena presença de pessoas nesta reunião, não é um sintoma atípico. Nosso pessoal está nesta luta há vinte anos, labutando para melhorias e eu estou há dez anos. Há vinte anos começa o trabalho com crianças na Universidade, em Blumenau. Hoje não há rotas seguras para ciclismo, pois para se chegar à escola, temos que atravessar bairros, ruas e rodovias. Nesta luta pelas melhorias a Assembleia Legislativa, teve sua participação, aqui foram feitas audiências públicas, inclusive uma delas com a edição do Projeto de Lei, que cria o Sistema Ciclo-viário de Santa Catarina, o qual esperamos seja aprovado, com a celeridade necessária. No ano passado, foi realizada uma audiência pública, através do Deputado Antônio Aguiar, todavia, seus encaminhamentos foram praticamente nulos. Comentou que os jovens, que gostam de pedalar, querem acesso à Cidade, e por conseguinte, não preferem o uso de automóvel. Salientou que em uma pesquisa feita em 2011, 70% (setenta por cento) das pessoas entrevistadas, se manifestaram positivamente ao uso de bicicletas, no entanto, deveria haver a infraestrutura necessária com segurança, para a locomoção dos usuários de

bicicletas, notadamente se percebe a falta de ciclovias, para tal. Comentou ainda, que a educação no trânsito por parte dos condutores de veículos é bastante precária, associada a falta de fiscalização no trânsito, dificultando e colocando em risco os usuários de bicicletas em sua circulação, haja vista, as mortes ocorridas em nossa Cidade. Com referência às rodovias estaduais, existe uma Lei aprovada, de autoria do ex Deputado Paulo Bornhausen, que proíbe o uso de radares em rodovias estaduais, entendo que essa Lei não deveria existir, devendo ser papel dos Deputados e desta comissão, para que a mesma seja revogada. Em nível estadual, tem dois projetos que estão sendo discutidos e criticados, que são projetos técnicos. Um deles é a Ponte Hercílio Luz, que segundo estudos feito pelo PLAMUS, a utilização da ponte, se ocorrer pelo transporte coletivo e modos atrativos, como bicicletas, poderia tirar um grande gargalo do trânsito, muito superior a aquele que fosse permitido o uso de automóveis. Outro caso é o da rodovia SC-401, que no trecho norte, já não mais característica rural, devendo haver o desbloqueio por parte do Governo do Estado, no processo de humanização da mesma. Para finalizar salientou que as pessoas estão cansadas de sair de suas casas para trabalhar e participar de audiências públicas, sem observarem quaisquer ações de melhorias. Voltando com a palavra, o Presidente João Amin, anunciou a presença do Senhor Luiz Antônio Schmitt Peters, Diretor Geral da AMOBICI - Associação Mobilidade por e Modos Sustentáveis, concedendo-lhe de imediato a palavra. Senhor Luiz, com a palavra: Bom dia, peço perdão pelo atraso, devido a motivos particulares. A Amobici, está atuando em Florianópolis, agradece pela oportunidade. Endosso aqui as palavras do Fabiano, sobre as necessidades de infraestrutura e incentivo ao uso de bicicletas. Comentou que segundo pesquisas, nos Países desenvolvidos, em cada unidade monetária, gasta com o oferecimento de infraestrutura e oportunidades, no modos bicicletas, resulta em uma economia de 20 (vinte) unidades monetárias, demonstrando que a proporção é muito acentuada, razão porque vale a pena investir no setor. Infelizmente, a gente não consegue convencer muitas autoridades e, assim essa é uma oportunidade que temos para tentar reverter um pouco nossa situação. Recentemente, no anel viário da grande Florianópolis, há uma ampliação de três faixas para veículos motorizados a 80 (oitenta) Km por hora e nenhuma faixa adicional para bicicletas, havendo um desincentivo muito grande. Completou dizendo que espera bons encaminhamentos por parte da Comissão de Transportes. Com a palavra o Presidente, comentou que aqui se faça justiça ao Deputado Antônio Aguiar, que tem se dedicado bastante ao assunto. Nós tivemos aqui a atitude de aprovar um Projeto de Resolução, que incentiva o corpo de servidores da Alesc, para o uso de bicicletas em suas locomoções até o trabalho, Estamos esperando por parte da mesa diretora, a construção das obras necessárias, como vestiário, banheiro e espaço para estacionamento das bicicletas, todavia, a mesa está dentro do prazo. Anunciou a presença do Vereador de Trombudo Central Marlon Goede, convidou-o a participar da mesa e concedeu-lhe a palavra. Com a palavra o Vereador Marlon, agradeceu a oportunidade, salientando que o assunto também é motivo de debate e preocupação no município de Trombudo Central. Presidente passou a palavra ao Deputado Manoel Mota. Deputado Manoel Mota, fez elogios ao Presidente, pelo trabalho que desenvolve na Comissão de Transportes. Deixou registrado, que a realização da Audiência Pública, no Morro do Cipó município de Sombrio, onde presidiu os trabalhos, ocorreu de forma espetacular, destacando que houveram deliberações, para os seguintes encaminhamentos: 1) Transformar a rodovia municipal para estadual, que já um projeto de sua autoria, aqui na Alesc. Após a confecção da ata, será levada ao Governo para fazer o Decreto; 2) Projeto de Execução, apresentado pelo Deinfra, foi aprovado por unanimidade pelos presentes. Informou também, que foi apresentado um vídeo, onde o Vice Governador Eduardo Pinho Moreira, em sua fala, se comprometeu que essa será sua primeira obra, assim que assumir o Governo. Quanto ao ciclismo, acredita que não há necessidade de grandes investimentos, basta criar junto as rodovias as ciclovias. Disse que é necessário ações muito fortes, no sentido de se criar infraestruturas, para a modalidade de bicicletas, dizendo que totalmente favorável a tais ações. Comentou que se deslocar de Araranguá até Palhoça é dois toques, todavia, de Palhoça até Florianópolis é uma tristeza, devido ao grande volume de trafego na BR-101 e Via Rápida. Mencionou a demora nas obras do anel viário da grande Florianópolis, dizendo que teve ter praga de vó, para as obras não irem para a frente. Completou dizendo que espera pela sensibilidade das autoridades, para a efetivação concretização e realização de investimentos em ciclovias. De volta com a palavra o Presidente, registrou e anunciou a presença da Prefeita do município de Trombudo Central Geovana Gessner e dos Vereadores daquele município Senhores Luiz Augusto Corrêa e Jean Carlo Damásio, comentando que este pessoal deve ter saído muito cedo, para poder estar na Assembleia, já que as obras da BR-470, estão muito atrasadas e andando devagar, agradecendo aos mesmos pela presença. Prosseguindo, solicitou ao pessoal do ciclismo, que se manifestaram com o uso da palavra, e que mencionaram projetos e estudos, como Metas do Milênio, Estudo sobre Ciclovias, Lei Paulo Bornhausen, principalmente o Fabiano, que encaminhem para a Comissão de Transportes, para que possamos aqui dar algum tipo de encaminhamento nestas questões. Quanto a solicitação de revogação da Lei, citada pelo Fabiano, informo que uma revogação de Lei, não é uma deliberação simples, haverá a necessidade de abaixo assinado, informações com argumentações, etc. Isso não é deliberação de um ou dois Deputados, a questão irá a plenário para votação de todos os Deputados. Passou em seguida a palavra ao Deputado Valdir Cobalchini, que por sua vez, cumprimentou individualmente, os representantes de entidades ligadas ao ciclismo que se encontravam presentes. Salientou que apresentou um Projeto de Lei, recentemente na Alesc, para instituir no Estado de Santa Catarina, o Sistema de Modalidade por Bicicleta, como transporte alternativo, após ter feito uma viagem a Vancouver, no Canadá, pois ficou impressionado com a infraestrutura disponível em ciclovias, em quase todas as ruas e avenidas daquela cidade, inclusive o volume de bicicletas que se deslocam constantemente, bem como, o sistema de aluguéis de bicicletas disponível a população. Penso que há necessidade de um maior compromisso do Estado e Municípios, na ampliação dos espaços para o setor de modalidade por bicicleta, seja para o laser ou para como transporte alternativo, em discussão atualmente, e não seja somente nas vias urbanas, mas em todos os projetos de rodovias estaduais. Devemos também nos informar, para frente a legislação, como forma de incluir os espaços de maneira obrigatória, sejam plenamente efetivos. Lembrou que no Sul da Ilha, no Projeto da Via de Acesso ao Aeroporto Hercílio Luz, foi destinada uma faixa para ciclovia, todavia, Florianópolis merece uma maior atenção, com relação aos futuros projetos, pois estes devem contemplar as infraestruturas para a modalidade. Declarou que empunha a bandeira dos ciclistas, neste período que é membro da comissão de transportes e se coloca a disposição. Externou suas desculpas ao Presidente e presentes, por não ter participado em tempo integral na reunião, tendo em vista, que estavam sendo realizadas reuniões simultâneas e que teve de se deslocar para a reunião da comissão de agricultura, cujo tema que está sendo discutido também é de interesse de todos os catarinenses. Presidente com a palavra, anunciou e agradeceu a presença do Vereador de Florianópolis, Senhor Maikon Costa, salientando que o mesmo é um grande incentivador e usuário do sistema de bicicletas, sendo também um grande parceiro. Em seguida o Presidente Deputado João Amin, agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão, do que para constar, eu, Claudio Luiz Sebben, Chefe de Secretaria lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário Oficial desta Assembleia.

Sala das Comissões, quatro de outubro de dois mil e dezessete.

Deputado João Amin
Presidente

*** X X X ***

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA DEBATER SOBRE OS PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO DA RODOVIA 440, QUE LIGA OS MUNICÍPIOS DE URUSSANGA E LAURO MULLER, VIA RIO CARVÃO, REALIZADA NO DIA 4 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 19H, NO SALÃO PAROQUIAL DA IGREJA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, BAIRRO SANTANA, MUNICÍPIO DE URUSSANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Nicoli Madeira) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa noite.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública convocada pelo excelentíssimo senhor Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, por proposição da Deputada Estadual Ana Paula Lima e do Deputado João Amin, para debater sobre os projetos de pavimentação da rodovia 440, que liga os Municípios de Urussanga e Lauro Muller, via Rio Carvão.

Convido para compor a mesa dos trabalhos o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual João Amin; a terceira Secretária da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputada Estadual Ana Paula Lima; o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera; o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Dóia Guglielmi; o excelentíssimo senhor

Deputado Estadual Cleiton Salvaro; o excelentíssimo senhor Prefeito do Município de Urussanga, Gustavo Cancellier; o excelentíssimo senhor Prefeito do Município de Lauro Müller, Valdir Fontanella; o excelentíssimo senhor Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Urussanga, Vereador Marcos Roberto Silveira; o excelentíssimo senhor Promotor do Ministério Público de Urussanga, Guilherme Back Locks; o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Ricardo Guidi; o senhor presidente da Associação de Moradores de Santana (Amosan), Ediraldo Albani; o senhor presidente da Associação Comunitária do Rio Carvão (Acric), Sidnei Casagrande (Chiquinho); o senhor chefe de gabinete da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina, Ademir de Brida, neste ato representando o senhor Secretário Luiz Fernando Vampiro.

Convidamos para fazer uso da palavra o Deputado Estadual João Amin, Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa, para condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Boa noite.

Queria cumprimentar de modo especial os moradores dos bairros Santana e Rio Carvão por estarem tão mobilizados nessa causa, que não é só de Urussanga ou só de Lauro Müller, mas de toda a região. (*Cumprimenta todos os integrantes da mesa e demais presentes*).

Antes de passar o vídeo e a palavra para a proponente da audiência, que é a Deputada Ana Paula Lima, eu gostaria de apenas fazer alguns anúncios e combinar com vocês a maneira como esta audiência pública vai funcionar. Nós teremos a fala de muitas pessoas, então, nós vamos limitar o tempo de cada uma para três minutos e trinta segundos, para todos poderem se manifestar.

Nós temos um vídeo para passar que também fala dos problemas decorrentes da não pavimentação, e eu pediria para todos que quiserem fazer uso da palavra que se dirijam ao cerimonial da audiência pública para se inscreverem.

O mais importante serão os encaminhamentos. Esta audiência pública será registrada em ata que será o documento de comprovação, com fé pública, para nós podermos cobrar das autoridades esta pavimentação esperada há anos. Por isso, é muito importante a participação de todos. Esse documento unirá Urussanga, Lauro Müller e todos nós para cobrarmos essa pavimentação das autoridades.

As pessoas que se registraram vão ser anunciadas no decorrer da audiência e eu peço à Assessoria da Comissão de Transportes e Desenvolvimento que proceda à projeção do vídeo para darmos início à audiência pública.

(*Procede-se à projeção de vídeo sobre a situação da localidade, em decorrência do não asfaltamento da SC-440, estrada que passa por Rio Carvão e Santana).* (*Revisora: Cláudia Fernandes de Souza*)

Antes de passar a palavra à Deputada Ana Paula Lima, proponente da audiência, convido para fazer parte da mesa o senhor Presidente da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec) e Prefeito de Cocal do Sul, Ademir Magagnin.

Também registro a presença do senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Cocal do Sul, Vereador Luiz Henrique Bittencourt; do senhor Vereador de Cocal do Sul, Marcel Freitas; do senhor assessor político Lauro Coan, neste ato representando a Deputada Federal Geovânia de Sá; do senhor analista técnico da Fatma, Marcos Favro; da senhora ex-Prefeita de Florianópolis e ex-Deputada Federal, Angela Amin; do senhor 1º Secretário da Câmara de Vereadores de Urussanga, Vereador Elson Roberto Ramos; do senhor diretor de Administração e Finanças de Urussanga, Roberto Sávio Catânio; do senhor diretor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação de Urussanga, Victor Novaresi; do senhor Secretário Municipal de Agricultura de Urussanga, Marco Zanellatto; do senhor diretor de Obras da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento de Urussanga, Emerson Jeremias; do senhor presidente do Conselho de Segurança (Conseg), Rubens da Silva; do senhor vice-presidente da Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina (Fetrancesc), Lorisvaldo Piuco, neste ato representando o senhor presidente Ari Rabaiolli; do senhor presidente da Associação Empresarial de Urussanga (Aciur), Adroaldo Echamendi de Brida, neste ato representando o senhor Ernesto João Reck, presidente da Facisc; do senhor presidente da Associação dos Descendentes de Italianos de Urussanga, Sérgio Costa; do senhor conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Criciúma, Hélio Florentino, neste ato representando o senhor presidente Fábio Jeremias de Souza; do senhor assessor parlamentar Alex Sandro de Jesus, neste ato representando o Deputado Estadual Rodrigo Minotto; do senhor assessor parlamentar Erlédio Pering, neste ato representando o Deputado Federal Décio Lima; do senhor secretário parlamentar Renato Valvassori, neste ato representando o Deputado Federal Jorge Boeira; do senhor assessor parlamentar Eduardo Lodetti, neste ato representando o Deputado Estadual José Milton Scheffer; do senhor representante da Academia de Letras de Urussanga e do Rotary Clube, Sérgio Maestrelli; do senhor Odivaldo Bonetti, Vereador de Urussanga; da senhora Vanir Zuleima Mazzucco Cacciatori, Vereadora de Urussanga; do senhor Jair Nandi, Vereador de Urussanga, neste ato representando o Deputado Estadual José Nei Ascari; do senhor Anderson Antonio Bez Batti, Vereador de Lauro Müller; e do senhor José Carlos José, Vereador de Urussanga.

Ao longo da audiência vamos fazendo os outros registros.

Neste momento, passo a palavra para a Deputada Estadual Ana Paula Lima, proponente desta audiência.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ANA PAULA LIMA - Boa noite a todas. (*As mulheres presentes respondem.*) Boa noite a todos. (*Os homens presentes respondem.*) Vocês já perceberam que a maioria aqui é mulher, e a gente sabe por que, não é? Parabéns a vocês.

Estamos muito felizes em estar aqui na cidade de Urussanga, depois que o Vereador Marquinhos, conhecido carinhosamente como Marquinhos, Presidente da Câmara de Vereadores deste Município, nos fez o pedido para que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina abrisse as suas portas para a reivindicação desta comunidade, desse pleito tão importante. Foi aí que vocês foram à Assembleia Legislativa... Quem foi daqui na ocasião? (*Vários participantes levantam o braço.*) Ótimo, parabéns a vocês. (*Palmas.*)

Foi por causa dessas ações, Marquinhos, e em seu nome eu cumprimento todos os Vereadores; em nome do Prefeito Luiz Gustavo Cancellier, eu cumprimento todos os Prefeitos presentes; em nome do Sidnei Casagrande e do Ediraldo Albani eu cumprimento toda a comunidade - os dois são presidentes da Associação Comunitária do Rio Carvão e da Associação de Moradores de Santana, respectivamente, e estiveram também no Parlamento -; cumprimento os meus colegas de Assembleia, e hoje estamos aqui em seis Deputados, o Deputado João, eu, o Deputado Cleiton, o Deputado Ricardo, o Deputado Dóia e o Deputado Padre Pedro, para ouvir; mais do que falar, nós queremos ouvir a comunidade.

Nós sabemos que esse pleito é antigo. Em 1984, se não me falha a memória, nesta comunidade aqui houve um grande acidente, não é, Sandro Maciel, nosso ex-Prefeito de Araranguá, e José Paulo Serafim, que era mineiro e foi nosso Deputado Estadual; houve uma grande tragédia na qual morreram 31 mineiros. Vocês que moram nesta comunidade sabem que a exploração do carvão também causa alguns ônus e por isso estão reivindicando há muito tempo, tanto do governo do Estado quanto das Prefeituras, a efetivação dessa obra, que é a pavimentação da SC-440.

Então, a ida de vocês à Assembleia Legislativa motivou não somente esta audiência pública, que já está marcada há muito tempo quando fizemos a reivindicação à Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano e o Deputado João Amin acatou. No dia 11 de agosto uma boa nova veio: o governo do Estado já sinalizou os 2 quilômetros de asfalto. É pouco? É pouco, mas começou.

Passando por aqui eu também vi uma pavimentação asfáltica, quando o Vereador Marquinhos pediu para o Deputado Federal Décio Lima um começo, vindo os 200 metros, se não me falha a memória, Marquinhos. Então agora faltam esses 2 quilômetros sinalizados pelo governo do Estado, que é pouco ainda, mas eu tenho certeza que com a mobilização de hoje e também com o trabalho conjunto dos Prefeitos que estão aqui, das Câmaras de Vereadores e da comunidade, vocês sairão vitoriosos, principalmente por ter também esses adesivos e essas faixas que vocês com muita criatividade colocaram aqui, mostrando que estão unidos e mobilizados.

(*Um dos participantes da plenária manifesta-se fora do microfone: "Emprego! Emprego!"*)

Eu sei, principalmente para as mulheres, o quanto é difícil. O dia que tem sol, tem poeira, bastante poeira, e a gente sabe que a nossa casa não fica limpa quando tem poeira. Não adianta limpar! A roupa branca no varal fica marrom, não é? Então a gente sabe dessa dificuldade, e nós queremos sempre uma casa melhor para abrigar a nossa família. O dia que não tem sol, tem chuva...

(*Um dos participantes da plenária manifesta-se fora do microfone: "Emprego!"*)

Tem gente animada ali. Tem gente animada na porta, depois nós vamos dar o microfone para ele.

E o dia que tem chuva, vem a lama. Então a gente sabe dessa dificuldade, e por isso o Parlamento catarinense saiu lá de Florianópolis e veio aqui ouvir a comunidade.

(*Um dos participantes da plenária manifesta-se fora do microfone: "Emprego!"*)

Então nós temos essas duas sinalizações, os 2 quilômetros de asfalto que o governo do Estado já se comprometeu, e faltam ainda 10,5 quilômetros, e as parcerias que a gente pode fazer aqui com as mineradoras também. Portanto, parabéns para esta comunidade organizada, são três mil pessoas ou três mil famílias que estão aqui reivindicando não algo para si, mas para a comunidade, e por essa razão estamos aqui comprometidos com vocês, comprometidos com essa obra tão importante que vai encurtar distância, que vai colocar Urussanga bem mais próxima de Lauro Müller...

(*Um dos participantes da plenária manifesta-se fora do microfone: "Emprego!"*)

Que essa região, que é belíssima, possa também encurtar o caminho para a nossa serra catarinense, a Serra do Rio do Rastro.

Parabéns, homens e mulheres de coragem. Parabéns pela organização da comunidade, o que depender do Parlamento catarinense, podem ter certeza que nós vamos estar vigilantes, firmes, cobrando o mais rápido possível essa obra que há muito tempo vocês esperam.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Obrigado, Deputada Ana Paula Lima, proponente desta audiência.

Registramos a presença nesta audiência do senhor Vereador de Lauro Müller, Manoel Leandro Filho; do senhor Vereador de Lauro Müller, Pedro Luiz Machado; da senhora Vereadora de Lauro Müller, Ema Hofmann Benedet; do senhor Vereador de Urussanga, Vanderlei Marcírio, neste ato representando o Deputado Estadual Manoel Mota; do senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Lauro Müller, Vereador José Antônio De Bettio; do senhor Vice-Presidente da Câmara de Vereadores de Urussanga, Vereador Gilson Casagrande; do senhor Vice-Prefeito de Lauro Müller, Pedro Barp Rodrigues; do senhor Vice-Prefeito de Urussanga, Décio Silva; da senhora presidente do Paraíso da Criança, de Urussanga, Valéria Inácio Baesso; do senhor diretor de Esportes do Município de Urussanga, Thiago Mutini; do senhor Vereador de Lauro Müller, Hélio Luiz Bunn; da senhora Secretária Municipal de Saúde de Urussanga, Izolete Vieira Gastaldon; do senhor 2º Secretário da Câmara de Vereadores de Urussanga, Vereador João Batista Bom; e do senhor Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social de Urussanga, Braz Ciseski.

Informo que aqueles que desejarem fazer uso da palavra devem se inscrever com a assessoria da Comissão, na entrada no salão.

Com a palavra o senhor Luiz Gustavo Cancellier, Prefeito de Urussanga.

O SR. PREFEITO LUIZ GUSTAVO CANCELLIER (Urussanga/SC) - Boa noite a todos e a todas. (*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Eu quero dizer para vocês que a administração municipal Gustavo e Décio está junto nessa luta com a comunidade e também com todos os ex-Prefeitos, os ex-Vereadores, que também deram a sua contribuição, já que essa luta começou em 1963, como foi comentado no vídeo, e também toda a Câmara de Vereadores atual, que está muito direcionada, brigando, está junto nessa luta com o governo e o Executivo - quem está representando toda a Câmara de Vereadores aqui no caso é o Marquinho, e todos os Vereadores estão aí. Muito obrigado pelo apoio.

Eu queria dizer aos Deputados que isso aqui é um ciclo que começou na década de 1940. Essa região foi considerada... na verdade foi vendida uma imagem de que aqui seria o eldorado, ou seja, as pessoas viriam até essa região e aqui teriam emprego, qualidade de vida e dignidade em função da extração do carvão. Esse ciclo iniciou nas décadas de 1940, 1950, como vimos aí, e não terminou ainda, porque a extração do carvão só diminuiu em função das reservas que foram se acabando, em função da economia, mas nós ficamos agora com uma comunidade aqui, como as demais pelas quais a gente passa, como Rio Carvão, Santa Aninha e todos os arredores, que está com problemas. Vieram aqui com a expectativa de uma qualidade de vida, de uma condição social boa, e em função da queda de produção da extração de carvão eles passaram a ter problemas.

Então, o que o pessoal dessa região quer, Deputado? Eles querem apenas uma única oportunidade. Eles não estão pedindo nada, apenas uma oportunidade. E o que é essa oportunidade? Essa oportunidade é voltarmos a gerar emprego nessa região, é darmos dignidade para essas pessoas, é darmos qualidade de vida. Hoje, aqui, é quase impossível uma indústria se instalar, na realidade já é difícil manter as que aqui estão em função do que vocês viram, desses 12 quilômetros de estrada de chão, que realmente impedem a logística. Está aqui o Valdir Fontanella, que é do ramo do transporte, e pode confirmar, cada vez mais os caminhões estão ficando maiores, com mais peso, o que inviabiliza qualquer empresa se instalar numa rodovia que não seja asfaltada.

Então, o primeiro ponto é que nós não temos emprego na região. O segundo ponto é em relação à agricultura, pois é impossível hoje a comunidade trabalhar na agricultura, já que as nossas terras do entorno, pelo fato de terem sido exploradas pelo carvão, estão todas degradadas, parecendo em alguns momentos um ambiente lunar. Então é impossível também explorar a agricultura aqui. Quanto à locomoção, existe uma dificuldade grande de locomoção desse pessoal, porque como nós ainda temos aqui na região a exploração do carvão, acabam sendo transportadas por essa rodovia algo em torno de 12 mil toneladas, e aí vocês podem imaginar a poeira. Você joga água para acabar com a poeira, aí vira lama, e em cima disso tem os inúmeros caminhões pesados transportando carvão... Nós soubemos hoje que para manter um asfalto já não é fácil quando chove, você imagina numa estrada de chão na qual o caminhão-pipa passa quatro vezes; é como se chovesse quatro vezes por dia aqui. Então, realmente, inviabiliza também a manutenção dessa rodovia.

O que nós queremos pedir? O momento agora é de nós olharmos para frente. Acho que a gente já conseguiu os 2 quilômetros, está aqui o Totinho (*refere-se ao senhor Ademir de Brida Júnior*) representando o Secretário da Infraestrutura, que no dia 11 de agosto esteve aqui anunciando esses 2 quilômetros, e a comunidade fica muito agradecida e reconhece esse esforço, que veio em 54 anos de ex-Prefeitos, ex-Vereadores, ex-líderes de comunidades, de uma série de pessoas, e agora nós precisamos olhar para frente. Esse ciclo só vai acabar quando nós conseguirmos ligar Urussanga a Lauro Müller, não existe outra alternativa para que nós consigamos novamente dar dignidade à população dessa região, que só existe, Deputados, por causa da exploração, aqui não existiam moradores. Então nós somos obrigados, por questão de justiça social, como foi falado aqui no vídeo, a pleitear essa rodovia. Não existe outro caminho para essa região.

E nós queríamos agradecer encarecidamente a todos vocês por terem vindo, assim como pedir que se unam a todos os Deputados do sul, se unam aos demais Deputados e briguem por isso, porque realmente não é uma questão de comodidade, é uma questão de desenvolvimento e de qualidade de vida para as pessoas que aqui moram. A gente pede que vocês, juntos, briguem por isso. E nós, do Município de Urussanga, vamos estar engajados e fazendo tudo que vocês precisarem para conseguirmos tirar isso do papel, junto com a comunidade, junto com as Associações. Nós só precisamos que essa velocidade seja maior, porque se de 1963 a 2017, nesses 54 anos, nós ganhamos 2 quilômetros, na mesma velocidade levaremos 260 anos para concluirmos os 12 quilômetros (*palmas*). Então, nós precisamos nos unir para realmente dar dignidade a essas pessoas.

Muito obrigado e uma boa-noite. (*Palmas.*) [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Obrigado, Prefeito Gustavo Cancellier, de Urussanga.

Com a palavra o senhor Valdir Fontanella, Prefeito de Lauro Müller.

O SR. PREFEITO VALDIR FONTANELLA (Lauro Müller/SC) - Boa noite a todos.

É uma satisfação muito grande estar nesta audiência pública neste momento. Eu gostaria de agradecer ao Deputado João Amin e a Deputada Ana Paula que fizeram com que essa reunião acontecesse para podermos discutir juntos algo que é muito importante para os nossos dois Municípios.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

É um momento muito importante em que vamos discutir aquilo que queremos, como fizemos em Lauro Müller, Deputado, onde tivemos a presença maciça da população exigindo aquilo que gostaria que acontecesse. Depois da audiência pública, Deputado, conseguimos a sensibilidade da bancada catarinense no governo federal lutando pelo nosso objetivo.

Eu gostaria que os senhores Deputados também fizessem isso no Parlamento Catarinense para podermos buscar as reivindicações que esse povo maravilhoso está solicitando. Precisamos fazer algo para compensar aquilo que foi destruído no passado, senhor Deputado, para compensar a riqueza que o carvão trouxe e que deu ao Estado através de impostos. Nós queremos agora, simplesmente, ter o direito de ir e vir da maneira mais apropriada. Nós sabemos que os tempos mudaram e que é difícil nos deslocarmos para os grandes centros, mas precisamos ir para os grandes centros para poder ter um trabalho digno. Às vezes, como o Prefeito de Urussanga falou, é difícil instalar uma empresa onde não tem asfalto no interior. A locomoção é muito difícil e vocês sabem disso, mas se nós tivermos asfalto, Prefeito, com certeza as empresas se instalaram aqui, porque a mão de obra está mais próxima, dando condição a essas pessoas de ter o direito de trabalhar mais próximas de casa.

É isso que nós, como gestores públicos, temos que fazer para que essas pessoas tenham esse ganho, tenham essa compensação pela degradação que tivemos no passado. Como vimos nessas filmagens os rios poluídos, as terras inteiras degradadas, e só nos resta o trabalho nas indústrias. Por isso, queremos a compensação pelos impostos gerados por essa riqueza que foi extraída do passado; queremos sensibilizar os senhores Deputados para que vão até o governo do Estado e possam trazer o benefício que tanto essas pessoas maravilhosas esperam. São famílias inteiras, Deputados, que precisam se locomover, que precisam ir e vir sem se atolarem e sem danificar o seu maravilhoso e precioso automóvel, que compraram com grande sacrifício, em 50, 60 prestações durante toda a sua vida. Sabemos que isso é difícil, sabemos que o combustível está muito caro, mas sabemos que de Lauro Müller a Urussanga, encurta 12 quilômetros, é quase a distância daqui a Lauro Müller.

Então nós precisamos brigar. É por isso que esse povo maravilhoso está aqui hoje, discutindo aquilo que é importante para si,

para não terem de deixar as suas casas, para não terem de deixar as suas residências, que construíram ao logo de suas vidas, e ter de se desfazer ou fechar e ir para um outro grande centro.

Por isso, que estamos aqui, senhores, brigando ou melhor pedindo para que a nossa Assembleia leve em frente, leve o nosso pedido ao Governador para que ele se sensibilize e mande fazer essa rodovia para diminuir a distância entre Lauro Müller e Urussanga.

Eu gostaria de agradecer a cada um dos senhores que deixaram as suas casas para vir a esta importante reunião, vocês podem ter certeza que aqui é o início de uma grande caminhada. Não vamos esperar mais 54 anos para sermos contemplados com mais 2 quilômetros de estrada. Vamos, sim, nesses dois ou três anos, brigar incansavelmente para que possamos, sim, ter o resultado dessa grande assembleia.

Eu quero, mais uma vez, agradecer, João e Deputada, por este gesto maravilhoso que estão fazendo por estes nossos dois Municípios.

Muito obrigado e tenham todos uma boa-noite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Obrigado Prefeito Valdir Fontanella, de Lauro Müller. Lauro Müller, com Urussanga, faz parte dessa causa.

Com a palavra o Vereador Marcos Roberto Silveira, Presidente da Câmara de Vereadores de Urussanga.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE URUSANGA (Vereador Marcos Roberto Silveira) - Boa noite a todos. Eu cumprimento o Deputado João Amin, Presidente desta audiência, a Deputada Ana Paula e a todas as autoridades que compõem a mesa.

Mas, em especial, eu queria cumprimentar à comunidade que se fez presente, e agradecer de coração ao Chiquinho e ao Diro, que não mediram esforços para convidar as pessoas para lotar este ambiente. É importante a presença popular porque a presença popular tem força, o povo na rua tem força.

Dizer que quando a gente fala dessa pavimentação não é só uma justiça social, é uma justiça moral com essas comunidades, porque tantas vidas foram ceifadas dessas comunidades, de comunidades aos redores. Tantos trabalharam nesta mineração que nada deixou nesta região. Essa riqueza contribuiu para a cidade, para cidades vizinhas, o Estado e o País, mas para a nossa população nada deixou. Nós estamos pedindo aqui que se faça uma justiça moral com essa comunidade.

Quando se senta para planejar um bairro, uma região, a primeira coisa que se leva em consideração é o básico, é a pavimentação, é o acesso, então, sem acesso não adianta planejar a comunidade, porque ela não se desenvolve, porque a indústria não se desenvolve, como o Prefeito falou, a agricultura não se desenvolve nem o turismo. Nós poderíamos aproveitar esse passivo ambiental da região e utilizá-lo para o turismo, para ensinar as outras cidades, o Estado e o País como não se faz com a nossa natureza, porque é o está visto aqui. A gente poderia aproveitar essa oportunidade para o turismo também.

Mas, para ser breve, o recado que eu queria deixar aqui, aos nobres Deputados, é que temos a oportunidade única do Fundam, talvez o Estado não vá ter outra oportunidade de fazer outro Fundam, pelo seu endividamento, agora, para se fazer justiça com essa comunidade. Por isso, gostaria de pedir que se saia desta audiência com fatos concretos, com encaminhamentos. Não adianta sairmos desta audiência sem encaminhamentos concretos, sem um plano de ação, com prazos, com responsável, com meta, porque senão vai ser mais uma reunião e, de mais uma reunião, eu já estou careca. Então que se saia hoje desta audiência com fato concreto para que a população, para que nós, representantes do Município possamos acompanhar, porque senão é mais uma reunião.

Era isso, o meu boa-noite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Muito obrigado Presidente da Câmara, Vereador Marcos Roberto Silveira.

Com a palavra o senhor Sidnei Casagrande (Chiquinho) presidente da Associação Comunitária do Rio Carvão (Acric). (*Palmas.*)

O SR. SIDNEI CASAGRANDE (Chiquinho) - Boa noite Deputado João Amin. Primeiramente, eu já queria lhe agradecer, porque quando estivemos na Assembleia fomos muito bem recebidos no seu gabinete, muito obrigado. Agradecer também a Deputada Ana Paula, que, através do Marquinhos, fez o requerimento para podemos usar a tribuna. Uma boa-noite aos dois Deputados e sintam-se todos os membros da mesa cumprimentados. E claro uma boa-noite especial para todos vocês.

Ontem eu estive na comunidade do Rio Carvão e da Nossa Senhora da Saúde fazendo o convite, levando o convite nas casas de vocês, e como a gente sentiu que as pessoas querem esse asfalto. Não é apenas uma brincadeira da Associação de bairro, não, é uma coisa muito séria para todo mundo. Eu vejo pessoas do Rio Carvão Baixo, Rio Carvão, Rio Carvão Alto, Santo Expedito, Santa Aninha, Santana, Coxilha Rica, e sei que tem outras comunidades aqui presentes e o meu boa-noite especial é para cada um de vocês, não que os Deputados não sejam importantes, os nossos políticos são importantes, eles também são importantes, mas vocês são mais importantes que todos que estão aqui hoje. (*Palmas.*)

Antes de eu assumir a Associação a minha própria filha disse: O pai vai se incomodar. E eu pensei: Vou me incomodar mesmo. Mas eu também quero incomodar. Mas esse jeito de incomodar é para que as coisas aconteçam. Tudo isso está acontecendo porque a gente está fazendo um trabalho sério e sem pensar em si próprio, a gente está pensando em uma comunidade e, por isso, as coisas estão acontecendo.

Nós começamos essa campanha em fevereiro, mandando ofícios para as autoridades, darmos entrevistas nas rádios, matéria nos jornais, campanha com faixas: "Sem asfalto não tem voto." Depois, veio a ideia dos adesivos, a gente fez cem adesivos, e foi, duzentos, trezentos, quatrocentos, quinhentos, seiscentos, setecentos adesivos e foram todos e tem gente querendo mais. O ponto mais alto foi que a gente chegou até a Assembleia, um fato histórico, um presidente de Associação estar usando a tribuna da Assembleia Legislativa. E, por causa de tudo isso, hoje está acontecendo - também devido a ida à Assembleia -, graças aos Deputados que já comentei desta audiência. Aí também começou os apoios políticos. O Presidente da Câmara, o Marquinhos me chamou um dia e falou: Eu quero te ajudar. E eu disse: Toda a ajuda é bem-vinda. O Prefeito Gustavo também ajudou fazendo toda a parte de divulgação; o Totinho, o Vanderlei Rosso, que trabalha no Estado também deram a sua contribuição. A gente esteve conversando, mandando ofício e o fato concreto é que os 2 quilômetros estão garantidos e, depois, ele vai falar. E lembrando também que o Deputado Esperidião Amin, através do senhor Homero, destinou uma verba de R$ 250 mil, que vai dar uns 200 metros, que também é um fato concreto.

Quando eu usei a tribuna da Câmara de Vereadores de Urussanga, em fevereiro, eu comentei, os Vereadores vão se lembrar, estão todos aí, sobre a força política. A gente ouve muito falar essa frase: força política. Ah, Lauro Müller tem força política, conseguiu asfalto. Siderópolis conseguiu e Urussanga parece que não tem essa força política. Quando eu assumi a Associação, eu comecei a pensar, vou trabalhar na conscientização da comunidade, primeiro para se unir, esquecer as cores partidárias. Eu tentei passar naquele dia, na Câmara de Vereadores, que Urussanga tem força política, por exemplo: o PMDB tem três Vereadores, tem o Vice-Governador, tem o Secretário de Infraestrutura, o Vampiro, tem o Totinho, que é chefe de gabinete e outros Deputados. Isso não é força? O PP tem três Vereadores, o Prefeito de Urussanga está no governo, o Secretário Comin está no governo; o PSD tem um Vereador, o Nandi, tem o Governador, tem seus Deputados; o PDT tem um Vereador, tem seu Deputado; o PSDB e o PPS não têm Vereadores, mas tem um partido que têm seus Deputados.

Então, eu quero dizer que não é por falta de força política que as coisas não vão acontecer. Juntando a força política e a força popular, com certeza, a gente vai conseguir fazer esse asfalto além dos 2 quilômetros, no mínimo até Santana, no mínimo, mas a gente quer a ligação até Lauro Müller.

A gente sabe também de outro problema muito sério que já foi comentado do passivo ambiental. Isso vai ser um assunto no futuro. A gente vai ter que fazer uma audiência pública sobre o passivo ambiental porque [*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé*] [*Taquígrafa-Leiturista: Dulce M da Costa Faria*] sinceramente, a palavra certa é destruir as nossas comunidades, arrebentar as nossas comunidades, e infelizmente não recebemos nada em troca. Essa palavra questão de justiça é a mais certa que a gente bolou para colocar nessas faixas espalhadas pelo local.

Eu quero pedir aos Deputados que estão aqui, o Deputado Padre Pedro, o Deputado Dóia, o Deputado Salvaro, o Deputado João Amin, a Deputada Ana Paula, o Deputado Guidi, que olhem para essa região como a oportunidade de uma comunidade crescer, desenvolver e gerar emprego e renda. A ligação entre Urussanga, Lauro Müller e a serra é muito importante.

Como o Marquinho falou, eu tenho certeza, como presidente da Associação, que todo esse trabalho não foi em vão. Nós plantamos as sementes no começo do ano e estamos colhendo os frutos. Eu espero e tenho certeza que esta audiência pública não vai ser apenas uma reunião, nós vamos sair daqui com frutos colhidos. Nós esperamos muito que vocês, senhores Deputados, olhem para as nossas comunidades, afinal não é nada mais do que um direito nosso de ter uma estrada boa, de andar com o carro e voltar com o carro limpo, de fazer uma calçada na frente da casa, de fazer um jardim, coisas mínimas, mas que elevarão a autoestima de cada morador. Eu peço aos senhores Deputados que essa audiência pública não seja em vão. Conto com vocês e a comunidade também conta com vocês. Muito obrigado e boa noite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Passo a palavra para o senhor presidente da Associação de Moradores de Santana (Amosan), Ediraldo Albani.

O SR. EDIRALDO ALBANI - Boa noite, senhoras e senhores. É com muita satisfação que a gente vê esse povo aqui, esse povo que

sente a necessidade dessa pavimentação asfáltica tão sonhada há várias décadas. Eu acho que hoje nós estamos percorrendo um caminho que chegará a um objetivo.

Cumprimento às pessoas que aqui estão o Prefeito Gustavo, a Deputada Ana Paula e o Deputado João Amin, que são os mentores dessa caminhada até a realização desta audiência pública.

Eu gostaria de dizer exatamente a necessidade da nossa comunidade. Até porque eu fui a uma entrevista na rádio hoje e alguém me falou: ah! lá tinha, lá tinha. No momento eu não entendi direito, porque aqui nós tínhamos um cinema, tínhamos um posto de gasolina, tínhamos um local para pagar a conta de energia e de água, e hoje há toda essa dificuldade de transporte, de deslocamento em função da falta dessa pavimentação, que é um sonho, como aqui já frisado, que vem da década de 1960, na verdade, há aproximadamente 55 anos.

Esta rodovia 440 que ligará Santana, Urussanga e Lauro Müller é muito significativa para nós. Aí sim nós poderíamos ter qualidade de vida, ter a volta das empresas, porque nós teríamos como ir e vir de forma bem tranquila.

Esse nome Rodovia 440 ou a Rodovia dos Mineiros, para mim e eu acho que para a maioria das pessoas que estão aqui, porque grande parte são ou já foram mineiros, para ter esse nome enraizado no coração de todos nós essa rodovia precisaria ser concretizada, ser pavimentada. Aí sim a gente poderia chamar de Rodovia dos Mineiros, um nome muito significativo para todos aqui da região. Ela trouxe o desenvolvimento para a cidade de Urussanga, e Criciúma também teve um favorecimento muito grande. A gente entrevistou algumas pessoas da comunidade, que saiam daqui, na época potente da mina, para irem até Criciúma fazer compras na Casa Nova, enfim.

Então, eu vejo que isso é um empenho feito pela Ana Paula e pelo João, e como o Chiquinho já frisou, vocês podem ter certeza que essa nossa luta vai continuar. Para isso contamos com o povo aqui presente. E nós gostaríamos de sair daqui com uma palavra de empenho dos nossos Deputados, não citei o nome de todos porque não quero me estender por muito tempo. Agradeço a presença dos Vereadores de Lauro Müller que cancelaram a sessão de hoje na Câmara para vir até aqui, assim como agradeço a presença do ex-Vereador Homero, entre outros que estão aqui.

O que eu quero dizer mesmo é que para fazer jus ao nome Rodovia dos Mineiros, nós precisávamos, sim, dessa pavimentação asfáltica que traria, sem dúvida nenhuma, qualidade de vida e até muita geração de emprego, porque o momento que o País vive, o cenário político do Brasil é muito complicado, mas a luta e o empenho desse povo aqui, e eu quero agradecer de coração, vai significar para os Deputados uma grande história para a nossa comunidade. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Agora nós iniciamos o momento mais importante da audiência, a manifestação daqueles que se inscreveram para contribuir com a audiência.

Passo a palavra para o primeiro inscrito, o senhor Hélio Luiz Bunn, Vereador de Lauro Müller/SC, ex-Prefeito de Lauro Müller/SC.

O SR. VEREADOR HÉLIO LUIZ BUNN (Lauro Müller/SC) - Boa noite a todos. Eu quero pedir permissão para falar de costas para a plenária porque nós temos que falar para os Deputados e autoridades que estão na mesa. (*Saúda as autoridades presentes.*)

O que esta região, Deputados, já gerou de impostos com certeza daria para fazer dez vezes esse asfalto Urussanga a Lauro Müller, dez vezes (*palmas*)! O que essa região tinha de movimento econômico merecia esse asfalto antes de Lauro Müller a Treviso, antes de Lauro Müller a Orleans, porque aqui gerava riqueza, aqui gerava carvão que era levado à termoelétrica para gerar energia, e sempre ficou no esquecimento. Como o Prefeito falou, essa demanda é de 60 anos. Existe o CFEM, Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, que é o imposto do carvão. Se os Prefeitos de Urussanga e de Lauro Müller e os Deputados buscarem o que essas empresas devem do CFEM para as Prefeituras daria para fazer quatro vezes esse asfalto Lauro Müller a Urussanga (*palmas*)!

Quando eu fui Prefeito, nós iniciamos o asfaltamento dessa rodovia, que foi da comunidade de Coletora no Barro Branco até Itanema, fizemos 3 quilômetros, custou aproximadamente R$ 3 milhões. O Município de Lauro Müller colocou a maior parte desse recurso, Deputado, do CFEM; R$ 1,5 milhão o Município de Lauro Müller colocou nessa obra, o outro R$ 1,5 milhão conseguimos com o governo do Estado. Então, tem alternativa, juntar essa equipe de Deputados que está aqui com os Prefeitos...

Eu fui três vezes até a Diretoria de Arrecadação do ***Departamento Nacional de Produção Mineral*** (DNPM) em Brasília cobrar do diretor, porque as prefeituras não podem cobrar esse imposto porque ele é um imposto federal, e retorna 60% para os cofres do Município. Imaginem, no tempo em que aqui tínhamos as minas de carvão em Urussanga, Santana, Rio América, Rio Carvão, coqueria, Lauro Müller, quantas minas tínhamos! A Marion que destruiu tudo, quanto gerou de CFEM que o Município não viu, e está aí a população pagando o preço.

Antigamente se falava muito da doença do pulmão debaixo da mina. Daqui a pouco, senhores Deputados, vai ter a doença do pulmão nos moradores de tanta poeira que eles estão comendo hoje (*palmas*). Então, Presidente, um apelo que fazemos, aqui estão todos os membros da Câmara de Vereadores de Lauro Müller, o Prefeito, lideranças, que nos convidaram a aqui estar, mas olhe com carinho porque esta comunidade precisa muito dessa obra, e é um trecho tão pequeno que vai ligar Lauro Müller a Urussanga. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Com a palavra o Deputado Estadual Cleiton Salvaro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL CLEITON SALVARO - Boa noite a todos. É um prazer estar aqui na comunidade de Santana. (*Cumprimenta as autoridades já nominadas e demais presentes.*) Eu acho que quem aqui está de parabéns são vocês, porque se não tivéssemos o apoio da comunidade nós não conseguiríamos mover nenhuma montanha. Isso aqui vai nos respaldar bastante.

Só para lembrar, eu andei e ando muito nessas estradas de Rio Carvão, Santana, Santaninha, Rio América, Lauro Müller, eu cresci nessa região, eu cresci entregando rancho no tempo do Sesi, e acho que em muitas casas de vocês eu passei, eu entrei, se não passei entregando rancho, eu passei entregando pão com alguns dos meus amigos que aqui vejo. Nós tínhamos uma padaria próxima à prefeitura. Então muitos de vocês devem conhecer a minha história, sempre trabalhando, sempre buscando.

Essa aqui é uma obra muito importante. Eu me perdi muito nessas estradas, é muita poeira, muito atoleiro, a gente sabe das dificuldades. E aqui o meu amigo Gustavo, o Prefeito, cochichou no meu ouvido que hoje as estradas estão sendo recuperadas e os carros do Município hoje estão andando com um recurso que nós mandamos, 250 mil para as estradas, para manutenção das estradas e 250 mil para o combustível. Isso me deixa muito feliz, ajudar a cidade onde eu me criei. Desde 1981 nossa família reside aqui.

Também ajudamos o Rio América, conseguimos revitalizar o ginásio, conseguimos agora recursos para o hospital, conseguimos revitalizar a secretaria da Escola Caetano Bez Batti, estamos conseguindo bastantes recursos. Essa obra é muito importante, eu tenho fé e acredito que, com a comunidade, com os Deputados, com os Prefeitos, é mais uma bandeira que nós vamos conseguir trazer para a comunidade de Urussanga, de Santana e Rio Carvão. Eu estou muito feliz de poder representar a Assembleia num pleito desses.

Prefeito, pode contar com meu apoio, do nosso gabinete e de todos os Deputados da Assembleia. Essa aqui vai ser uma vitória não nossa, mas da comunidade que merece há muito tempo. Boa noite a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Com a palavra o Vereador José Crambuzzi, de Lauro Müller.

O SR. VEREADOR JOSÉ CRAMBUZZI (Lauro Müller) - Boa noite, Deputado João Amin, Deputada Ana Paula. (*Cumprimenta as autoridades já nominadas e demais presentes.*) Eu falo com propriedade porque eu puxo carvão nessas estradas há mais ou menos 30 anos e conheço todo esse trajeto e a dificuldade que essas pessoas passaram nesses quase 30 anos que eu puxei carvão. [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz.*] [*Leiturista Revisora: Bruna Maria Scalco*] Também nesses trinta anos, com cada Prefeito que passou, fiz várias parcerias para arrumar essas estradas. Porque hoje, do mandato de uns dois Prefeitos para cá, posso dizer que ainda tem estrada, mas nós tivemos estradas aqui, Deputados, da divisa de onde nós puxávamos carvão que vinha da CCU, da rua do Exército até Urussanga, onde tinha lugar em que não dava para andar numa primeira ou numa segunda marcha de caminhão, porque era muito precária. Hoje, eu considero essa estrada quase que um asfalto, mas com essa estrada assim esse pessoal sofreu muito.

Isso eu digo porque hoje nós já estamos puxando menos o carvão, em torno de 12 mil toneladas, mas nós pegávamos, à meia-noite, muitas vezes, ou virávamos o dia puxando o carvão, ou então às 4h da manhã, e nós íamos até às 21h, 22h batendo caçambas para essas pessoas idosas que às vezes moravam na beira da estrada.

Uma coisa é certa e até o Helio Bunn falou com muita propriedade: que o dinheiro que saiu desses Municípios, de Urussanga... tinha uma época em que havia a Ibramil, em que nós tínhamos quase cem hectares de terra, e virou tudo pedra, porque na época quem era posseiro não tinha direito; nós tínhamos cinco hectares escriturados, e só ficamos com esses cinco. O resto - na época a coisa era com os coronéis - reviraram tudo. Mas uma coisa é certa: esse asfalto aqui já era para ter sido feito há muito mais tempo, porque o recurso saiu. Se disserem que o recurso não saiu para fazer doze quilômetros de asfalto, então eu não entendo mais nada do que é o dinheiro que é pago dos impostos, porque em todas as empresas que transportam carvão a gente sabe o mínimo que tem que pagar de imposto. Graças a Deus, eu sempre paguei os meus impostos em dia, tanto o Cefen quanto conhecimento de frete e prestação de serviço,

nunca fiquei devendo. Então a minha contribuição eu dei, os meus impostos estão em dia, sempre paguei.

Só quero dizer uma coisa: já não é nem uma justiça, é uma injustiça, pelo tempo que essas pessoas esperaram, porque eu acho que há muito mais tempo deveria ter acontecido isso. E há muitos anos, para essas pessoas tanto de Rio carvão, de Santana quanto da divisa do Município de Lauro Müller, esse asfalto já era para ter acontecido. Muitos outros lugares saíram, que não eram tanto prioridade, e saíram tantos recursos daqui.

Peço para os Deputados que se unam para ajudar essa comunidade, e a gente está aí para o que der e vier.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Muito obrigado, Vereador José Cambruzzi.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Dóia Guglielmi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL DÓIA GUGLIELMI - Quero saudar todos vocês, dizer da minha alegria de poder estar aqui com vocês nesta noite e parabenizar a comunidade por esse esforço e pela participação de cada um de vocês. É dessa forma que vocês, certamente, irão buscar o objetivo, que é a pavimentação dessa rodovia.

(*Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.*)

Estávamos aqui, eu e o Padre Pedro, trocando algumas ideias e tenho presenciado várias ações de vocês, até porque tive a oportunidade de ser o Coordenador do Orçamento Regionalizado, e sei do empenho que os Prefeitos, juntamente com essa comunidade, fizeram, não só uma vez, na ADR, com um grande movimento de pessoas solicitando essa pavimentação asfáltica pela importância que isso tem aqui. Infelizmente - expusemos isso na Assembleia -, esse Orçamento Regionalizado não leva a nenhuma finalidade sem tornar-se impositivo, porque, aí, sim, nós vamos colocar como impositiva a prioridade da sua região. Esse, sim, é o verdadeiro sentido do Orçamento Regionalizado, mas que ele seja impositivo e que garanta o Orçamento para fazer aquilo que a comunidade, aquilo que a região realmente necessita.

Por isso que eu faço esse apelo neste momento, mas quero dizer a cada um de vocês, e aqui atentamente, Helio Bunn, você que foi Prefeito, eu me lembro muito bem quando você trouxe o asfalto até Itanema e a grande alegria daquela comunidade. Foram três quilômetros, mas parecia que naquele momento tiravam mais de vinte quilômetros de distância da cidade até aquela comunidade.

Eu tenho certeza de que hoje, Prefeito, que para nós ligarmos a serra com o litoral essa é a rodovia mais curta que se tem, e ela traz desenvolvimento, traz crescimento, até para nós tirarmos um pouco do sofrimento do passivo ambiental que foi deixado aqui. E aí, Helio, é verdadeira a história do Cefen, é verdadeira a oportunidade de nós todos trabalharmos a busca desses impostos, porque daqui foi tirada a verdadeira riqueza, o ouro preto, e foi deixada aqui essa grande degradação e muitas mortes, porque aquele acidente de 1984 deixou toda a nossa região sul muito triste.

Por isso aqui quero me colocar como solidário, e queremos fazer esse trabalho junto com meus pares Deputados que muito também têm nos ajudado.

Parabéns, João Amin, parabéns Ana Paula Lima, contem conosco! Estamos aqui à disposição para que se tiver que sentar com o Governador, se tiver que fazer novamente o Orçamento Regionalizado, eu estarei junto para buscar o mínimo necessário. É a oportunidade de as pessoas tirarem daqui a sua poeira e a sua lama, e dar realmente a dignidade para cada um de vocês que aqui estão presentes.

Um abraço a cada um. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Obrigado, Deputado Dóia.

Passo a palavra ao senhor Luiz Carlos Cardoso, ex-Vereador do Município de Urussanga.

O SR. LUIZ CARLOS CARDOSO - Quero dar uma boa-noite a todos e a todas, agradecer à Assembleia por estar aqui em Santana, ao Amin, à Ângela, ao nosso Prefeito de Urussanga, ao Cleiton, à Ana Paula, enfim, aos nossos Deputados.

Quero agradecer a cada um de vocês que tiveram a coragem de vim a Santana, porque muitos não tiveram a coragem de comparecer a esta audiência pública hoje. E é uma audiência pública muito importante, não somente para os Deputados Estaduais, mas também para os Deputados Federais, que na hora da eleição procuram a comunidade de Santana, do Rio Carvão, Santaninha, Itanema, Barro Branco e todos aqui. Então é hora de nós cobrarmos dos nossos Deputados Estaduais, mas também dos nossos Deputados Federais, do Governador, do Vice-Governador, que tantas vezes prometeram esse asfalto de Urussanga a Santana via Rio carvão até Lauro Müller.

Eu tenho orgulho de falar hoje que essa rodovia, a SC-440, foi nomeada a Rodovia dos Mineiros em meu nome; quero agradecer aos meus pares, Vereadores, que concordaram e nove Vereadores aprovaram.

Quero também agradecer, para fazer justiça, a algumas pessoas da comunidade de Santana, e cito o Vereador e ex-Vice-Prefeito dessa comunidade, o Zelo, que muito lutou por esta comunidade. Vocês podem ter certeza disso, pois fui Vereador com ele. (*Palmas.*) Foi um dos que fez o projeto asfalto Santana-Urussanga, mesmo ele não tendo tinta na caneta, que eu sei, ele conseguiu. Quero agradecer aqui ao Aldir, um batalhador por esta comunidade através da Associação de Moradores; e também ao Beto, irmão do falecido Zelo, que também lutou muito por esta comunidade e os demais presidentes de associações de moradores que por aqui passaram. Agradeço também ao Chiquinho e ao Marquinhos que estão lutando por essa comunidade. Eu não moro mais em Santana, mas posso falar como morador, porque vivi aqui por 47 anos. Eu devo muito a Santana, pois quando vim para cá Santana matou a minha fome e a fome da minha família muitas vezes. Então eu tenho orgulho de falar que sou santanense, independentemente de política e de cor partidária.

Eu só acho uma injustiça o que fazem com o Santana, porque desde 1941 ele vem contribuindo com os cofres públicos para desenvolver Criciúma, Florianópolis, Tubarão e a região toda. Os únicos que não se desenvolvem é Urussanga e Santana.

Acho que é hora de os nossos Deputados colocarem a mão na consciência e lutarem mais por esta comunidade. São doze quilômetros de asfalto para ligar a serra ao litoral, eu acho que isso é questão de justiça do governo de Santa Catarina com a comunidade de Santana.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Muito obrigado, senhor Luiz Carlos Cardoso.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Ricardo Guidi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL RICARDO GUIDI - Boa noite a todos vocês. (*Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.*)

Quero fazer um cumprimento especial a todos vocês que estão aqui hoje fazendo a mobilização para esta importante causa desta importante estrada, que eu tenho certeza mudará muito a vida dos que vivem aqui.

A exploração de carvão na nossa região trouxe inúmeras coisas, trouxe desenvolvimento, trouxe riquezas, mas trouxe coisas ruins também, um passivo ambiental muito grande e uma série de desigualdades sociais. Infelizmente a história fez com que essa região ficasse apenas com as coisas ruins, só temos aqui um ambiente completamente devastado, pessoas com dificuldades de locomoção aos centros urbanos, com dificuldades de emprego aqui na região, porque as terras estão devastadas.

Então é uma questão de justiça, como vocês dizem, que o Poder Público assuma sua responsabilidade neste momento e faça essa obra. É a única forma de a comunidade dar a volta por cima e de conseguir mudar a vida dos que aqui vivem. Tenho certeza de que com esse asfalto, como todos nós sabemos, o desenvolvimento vem junto, as empresas se instalarão aqui e os comércios se instalarão aqui, porque conseguiremos uma diminuição do caminho entre a região serrana e o litoral do nosso Estado em doze quilômetros. Tenho certeza que essa diminuição será fundamental para todos aqueles que vivem aqui e para todos aqueles que se locomovem do litoral para a serra catarinense.

Estamos aqui hoje para conhecer melhor o problema, para ouvir a comunidade, para poder participar e se empenhar junto com vocês. Eu acredito que estamos no momento propício para isso, pois temos um Secretário de Obras que é aqui da nossa região, temos o Vice-Governador aqui da nossa região que, no ano que vem, por tudo o que se ouve nos jornais, será o Governador do Estado. Acho que não podemos perder essa oportunidade, tenho certeza de que os Deputados do sul e os Deputados que aqui estão e que não são da região, mas que estão preocupados, como nós, com este problema, e muitos outros com quem iremos conversar lá em Florianópolis, irão se empenharão. Acho que é o momento adequado para que a gente consiga essa obra que já vem muito tarde, mas que se vier agora, com certeza, trará um grande resultado para todos que aqui vivem.

Muito obrigado e contem comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Obrigado, Deputado Ricardo Guidi.

Chamo o último inscrito, o Vereador de Urussanga, Beto cabeludo.

O SR. VEREADOR BETO CABELUDO (Urussanga/SC) - Uma boa-noite a todos. (*Cumprimenta os integrantes da mesa e os demais presentes.*)

Quero agradecer a todos que saíram de suas casas por uma causa justa, não vou voltar ao passado, porque todos estão cansados de saber que foram tiradas daqui as nossas riquezas.

O que eu queria aqui neste momento era dizer o seguinte: todos os Deputados se comprometeram numa luta para fazer a continuação do asfalto, e aqui também já foi comentado pelo nosso Prefeito Gustavo que os dois quilômetros já são realidade. A gente sabe que todos os Deputados têm em suas pastas emendas parlamentares. Eu gostaria nesta noite, em nome de todos os moradores de Santana, que cada Deputado que estivesse aqui ou cada Deputado da nossa região, que sempre fazem votos em Urussanga, se comprometessem nesta Casa e nesta noite com alguma emenda parlamentar para a gente dar continuidade ao nosso asfalto.

A gente sabe que é uma luta difícil conseguir o restante que vai até Lauro Müller, como o Helio Bunn falou. Então, se cada Deputado que está aqui presente... vou dar um exemplo: nós temos seis Deputados da região aqui e na região nós temos nove Deputados. Quando foi dado o início do asfalto aqui em Santana, foram 250 metros, foi pouco, mas se cada Deputado [*Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos*] [*Taquígrafa-Leiturista: Sibelli D'Agostini*] que está aqui nesta noite se comprometer com a comunidade em conseguir R$ 250 mil, pode ter certeza que vamos conseguir mais dois quilômetros. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Obrigado, Vereador Beto Cabeludo.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PADRE PEDRO BALDISSERA (SC) -Boa noite a todos. Ao tempo que saúdo a comunidade aqui presente, gostaria de pedir um pouquinho de paciência de todos, estamos chegando ao final da audiência, mas temos que sair desta audiência revestidos de esperança e com encaminhamentos concretos. Para isso é preciso que haja paciência e atenção de cada um para estes encaminhamentos, porque isso é fundamental para nossa comunidade, para nossos Municípios. É uma luta histórica, não é uma luta de ontem, há várias décadas a comunidade está pleiteando esta conclusão, estes quilômetros de asfalto. Até buscando certa compensação àquilo que se tem tirado dessa região; a degradação ambiental nesta região é grande, mas não é só isso, aqui mora pessoas e é preciso que se tenha respeito às pessoas que aqui moram! (*Palmas.*)

Eu saí do extremo oeste do meu Estado de Santa Catarina, para estar aqui hoje à noite, pela importância que a conclusão dessa rodovia representa para esses Municípios e principalmente para essas pessoas que estão aqui. Por isso, em nome dos dois presidentes das associações, Adiraldo e Chiquinho, trago nosso respaldo, nosso apoio e nosso comprometimento junto com todas as autoridades, Vereadores, lideranças, Prefeitos, ex-Prefeitos, ex-Vereadores, nossos Parlamentares presentes na pessoa do João Amin, da Ana Paula, do Ricardo Guidi, do Cleiton Salvaro e do Dóia, do representante do Ministério Público e da Secretaria Regional, na busca dos recursos necessários para resolvermos, de uma vez por todas, o que já dura mais de cinquenta anos.

Hoje, gostei muito quando os representantes das associações falaram em alto e bom som que aqui é uma briga e uma luta, que está além deste ou daquele partido político, é uma luta do povo dessa região. Portanto, vamos olhar profundamente para isso, temos que nos irmanar e nos unir, para que isso de fato se torne realidade. (*Palmas.*) Parabéns a todos, pelo empenho, pela luta, pela determinação, pela clareza daquilo que vocês querem, pela consciência e pela resistência. Vamos continuar resistindo e lutando até que este asfalto se torne realidade. Um abraço a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Muito obrigado, Deputado Padre Pedro. Passo a palavra ao senhor Ademir Maganin, Prefeito de Cocal do Sul e presidente da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec).

O SR. PREFEITO ADEMIR MAGANIN (Cocal do Sul/SC) - Boa noite a todos desta comunidade. Quero saudar, em nome do João e da Ana Paula, os nossos Deputados que se fazem presentes, esta mesa que está bastante disputada e os meus colegas Prefeitos.

Quero ser breve e não quero ser repetitivo, porque esse momento é de luta. Trago aqui a força dos Prefeitos da região da Amrec, da nossa região carbonífera, para que junto com vocês, nos unirmos, nos irmanamos em prol dessa reivindicação tão justa que vocês estão fazendo nesta noite. Não tenho dúvida, senhores Deputados, de que é com a força de todos, e se precisarem no dia da audiência com o Governador, vamos fazer um apelo, Gustavo e Valdir, para que os doze Prefeitos da região carbonífera vão até Florianópolis em busca desta Rodovia, uma rodovia tão importante para esta comunidade. (*Palmas.*)

Para finalizar quero dizer que estamos vivendo um dos momentos políticos mais difíceis desse País. Senhores Deputados, olhem a grandiosidade desse povo que hoje veio aqui, que, tenho certeza, muitos não acreditam mais na classe política, mas a esperança em vocês está hoje aqui demonstrada. Queremos que levem a imagem, através de uma foto ou de um vídeo, ao governo do Estado demonstrando que aqui ainda tem um povo que acredita na classe política. Por isso, não tenho dúvida que com força, coragem e dedicação vamos, sim, conseguir esta rodovia.

Eu também fui um trabalhador do carvão, vinte anos em uma mina de subsolo, em Criciúma. Finalizei na nossa cidade de Lauro Müller, Prefeito Valdir, trabalhando na mina de carvão. Sei o quanto é importante para essa comunidade.

Contem com a Amrec, com os Prefeitos da Amrec, para que possamos, de fato, conseguir esse grande objetivo e que esta rodovia seja a rodovia do carvão, a rodovia de Urussanga e Lauro Müller. Um forte abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Muito obrigado, Ademir Maganin. Passo a palavra para o senhor Ademir de Brida Júnior, chefe de gabinete do Secretário de Estado da Infraestrutura, Luiz Fernando Vampiro.

O SR. ADEMIR DE BRIDA JÚNIOR - Boa noite a todos. Quero saudar a primeira-dama, em seu nome cumprimentando o João Amin e as autoridades já nominadas. Eu falo com propriedade, pois parte da minha família é de Santana; meus avós que já faleceram, minha mãe, e praticamente todos os filhos homens trabalharam na mineração, como furador, como encarregado, como operador de Marion, como presidente do sindicato e também um tio meu, o saudoso Derli Mello, faleceu na explosão. Há de se fazer justiça que realmente dois quilômetros perto de toda a história, que representa a exploração do carvão, é pouco. Mas o que é de concreto, justo e correto precisamos dizer. É justo dizer do empenho do ex-Prefeito em exercício, o Zelo, quando ocorreu a confecção do projeto, também de todas as pessoas que nos ligam, o Neca, o Beto, o Nariz, os Vereadores em geral, Chiquinho, o Marquinhos, enfim a comunidade e todos que clamam por esse asfalto.

Diante disso, e representando aqui o governo do Estado Santa Catarina, na qualidade de chefe de gabinete do Secretário Vampiro, quando convidado, em fevereiro, eu disse a ele: Secretário, eu tenho família, empresa, negócios em Urussanga, eu não posso sair daqui para ir a Florianópolis em vão; eu vou, mas eu tenho alguns projetos. E um deles era esse trecho de Urussanga/Santana, mas fiz isso de forma silenciosa, sem alarde. Dizia sempre ao Chiquinho, que me cobrava, que somente iria dizer algo concreto quando realmente fosse algo concreto. Vereador Omero, Vereador Tita, Nariz, Prefeito Gustavo, todos me cobravam, mas dizia que quando houvesse algo concreto eu ia trazer. O Secretário me disse que também tinha demandas da sua região, como eu tinha e me mandou à luta, pois ia me apoiar e foi isso que eu fiz na Secretaria de forma silenciosa e sem alarde. Fui destravando os nós que havia, porque projeto já existia, foi iniciado pelo ex-Prefeito Joni, mas faltava ele destravar e avançar. Quando estava tudo pronto foi anunciada a agenda com o Vice-Governador e então liguei para o Chiquinho e disse que agora é de verdade, que agora é sério.

De forma muito transparente, mais objetiva e técnica e menos política, vou ler resumidamente o edital de licitação. "Edital 07/2017: Concorrência do tipo menor preço. Execução do primeiro trecho de pavimentação da rodovia estadual planejada, SC-440, Rodovia dos Mineiros, trecho Urrussanga/Lauro Müller com extensão de 1.9276 quilômetros. Em regime de empreitada. Abertura às 14h do dia 14 de setembro de 2017." Isso é concreto. De qualquer forma, eu tenho a mesma opinião que o Vereador Marquinhos, o Vereador Beto, o Chiquinho, de que precisamos ter algo de concreto daqui para frente. Ou seja, essa foi a contribuição do governo do Estado, do Secretário Vampiro, importante quando das liberações das emendas, da liberação do Fundam, caso tenha, que cada Deputado se comprometa com o trecho e que isso fique registrado para que lá na frente a comunidade possa cobrar. Somente assim vamos avançar nesse trecho. Da parte da Secretaria da Infraestrutura é isso que tenho a dizer. Quero agradecer o convite, parabenizar o presidente João Amin e o anfitrião Luiz Gustavo. Boa-noite a todos, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) - Estamos chegando ao final, a Deputada Ana Paula Lima me concedeu, como presidente da Comissão de Transporte, a possibilidade de fechar essa audiência pública, com o mais importante, darmos os encaminhamentos.

Primeiramente, quero cumprimentar a Deputada Ana Paula Lima que graças a ela a estrutura da Assembleia está aqui hoje; as meninas fazendo a ata, o pessoal da imprensa, o pessoal do som, o pessoal do cerimonial e fez com que nos reuníssemos hoje aqui.

Em nome da Taíse, primeira-dama de Urussanga, cumprimentar a todas as mulheres que ficaram até agora nessa audiência pública. Thaíse, mãe da Maria Luiza, esposa do Prefeito Gustavo de Urussanga. Da mesma forma o Prefeito Valdir Fontanella, mostrando que isso não é uma causa só de Santana, não só do Rio Carvão, mas é uma causa de mais de uma cidade, uma causa de uma região. Em nome do Chiquinho e do Ediraldo Albani, todos os moradores desses bairros que lutam por essa obra há tanto tempo. Temos hoje aqui seis Deputados Estaduais; o Deputado Dóia, que é da região, o Deputado Padre Pedro, o Deputado Cleiton Salvaro, o Deputado Ricardo Guidi e a Deputada proponente Ana Paula Lima.

O mais importante de hoje aqui é nós, Deputados, que acabamos de aprovar R$ 1,5 bilhão para o governo do Estado em forma de financiamento do BNDES, cobrarmos essa obra. Dois quilômetros é pouco, queremos a obra por completo! (*Palmas.*)

Por isso a todos vocês moradores, que tiveram na Assembleia Legislativa percorrendo a BR em luta de uma causa, de uma obra. Prefeito Gustavo, Prefeito Valdir Fontanella, vamos juntos ao Governador cobrar a execução dessa obra por completo.

Um beijo no coração de todos e muito obrigado. (*Palmas.*)

[Revisora: Ilka Maria Fretta.][Leiturista Final: Ilka Maria Fretta]

DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

*** X X X ***

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SIMULTÂNEA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE E PELA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER SOBRE AS OBRAS DE ACESSO AO AEROPORTO HERCÍLIO LUZ, REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 10H, NO PALÁCIO BARRIGA-VERDE

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Bom dia a todos.

Vamos dar início à audiência pública, que tem por objetivo definir o traçado ao novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, bem como o acesso ao sul da Ilha de Santa Catarina. Inúmeras vezes nós tratamos do acesso ao terminal do aeroporto, mas as obras envolvem muito mais do que isso, já que atendem todo o sul da Ilha de Santa Catarina. Esta audiência pública é simultânea entre a nossa Comissão, a Comissão de Turismo e Meio Ambiente, e a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, presidida pelo Deputado João Amin. Inclusive ontem o Deputado tinha um compromisso em Brasília e eu torcia que pudesse ficar aqui, muito embora entendendo que o assunto lá era muito importante também, mas este aqui é fundamental não só para a Grande Florianópolis, como para Santa Catarina.

Para compor a mesa de trabalhos, convidamos o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual João Amin, que conosco promove esta audiência pública; o excelentíssimo senhor Prefeito de Florianópolis, nosso querido amigo Gean Marques Loureiro; o excelentíssimo senhor Secretário de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, Deputado Estadual Leonel Pavan; o senhor Promotor de Justiça Daniel Paladino, do Ministério Público Estadual; o excelentíssimo senhor Secretário de Estado de Planejamento, Murilo Flores; o excelentíssimo senhor Vereador Maikon Costa, Presidente da Frente Parlamentar do Sul da Ilha, neste ato representando o excelentíssimo senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, Vereador Guilherme Pereira; o senhor diretor de Planejamento e Projetos do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra), engenheiro Carlos Alberto Ferrari; e o excelentíssimo senhor 2º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Estadual Mário Marcondes.

Queremos também fazer o registro da presença nesta audiência do senhor procurador jurídico da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), João Pimenta; do senhor Luiz Padilha, inspetor da Polícia Rodoviária Federal, neste ato representando o senhor inspetor superintendente Carlos ***Magno*** da Cruz ***Júnior***; do senhor chefe de gabinete da presidência do Departamento de Transportes e Terminais (Deter), Batista Tonolli Junior; do senhor secretário parlamentar André Massih, neste ato representando o excelentíssimo senhor Deputado Federal Esperidião Amin; da senhora gerente florestal do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra), engenheira florestal Anya da Silva Almeida; do senhor Tiago Martins, assessor de Relações Governamentais, neste ato representando o senhor Bruno Breithaupt, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio), de Santa Catarina; do senhor Luiz Hames, Relações Governamentais da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc); do senhor coordenador da Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina (Fetrancesc), Alan Cristiano Zimmermann; do senhor engenheiro do GT Mobilidade Urbana e do Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis (Comdes), Celso Ternes Leal; do senhor diretor jurídico do Avaí Futebol Clube, Sandro Barreto; do senhor diretor-geral da Concessionária do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, de Florianópolis, Tobias Markert; da senhora presidente da Associação de Moradores Recreio Santos Dumont (Amosad), Graciela Fernández; do senhor presidente do Conselho de Desenvolvimento do Sul da Ilha (Codesi), Sérgio Leães Aspar; do senhor diretor de Atividades Técnicas da Associação Catarinense de Engenheiros (ACE), engenheiro civil professor Roberto de Oliveira; da senhora presidente do Conselho de Segurança do Bairro Carianos, Jacqueline da Silva Bittencourt; do senhor presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Cariano, Joaquim Angelo Siqueira; do senhor presidente da Associação Sul da Ilha de Maricultores, Henrique da Silva; do senhor diretor-geral da Associação Mobilidade por Bicicleta e Modos Sustentáveis (Amobici), Luís Antônio Peters; e da senhora secretária parlamentar Eliane Boing, neste ato representando o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Neodi Saretta. Feitos os registros, nós agradecemos a presença de todos.

Na sequência nós teremos uma apresentação do Deinfra, que será feita pelo engenheiro Carlos Alberto Ferrari, mostrando as possibilidades do traçado e aquele que, tecnicamente, é o traçado proposto pelo Deinfra, a fim de que possamos colher desta audiência pública, Deputado João Amin, um acordo. O ideal seria que houvesse um consenso em torno do traçado definido, porque nos preocupa que haja um cronograma em relação ao novo terminal de passageiros. Nós gostaríamos, e é importante, que fosse definido o traçado.

Portanto, passamos a palavra ao senhor diretor de Planejamento e Projetos do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra), engenheiro Carlos Alberto Ferrari, para a sua exposição.

O SR. CARLOS ALBERTO FERRARI - Bom dia. (*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Nós vamos fazer uma rápida apresentação da situação do acesso intermediário do Aeroporto Hercílio Luz.

(*Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.*)

Quando o Deinfra começou a tratar do projeto de acesso, através da SC Parcerias, foi concebido o primeiro projeto de acesso ao aeroporto. Esse primeiro traçado, elaborado pela SC Parcerias, é o que nessa tela a gente vê em vermelho. Depois de algumas demandas houve uma interferência do Ministério Público para que nós fizéssemos outra alternativa, que afetaria diretamente o Loteamento Santos Dumont - repito, foi uma determinação do Ministério Público.

Nós elaboramos um novo projeto, que é o projeto que está em linha azul, e começamos a trabalhar no orçamento desse projeto. Aí esbarramos no problema de uma desapropriação muito grande, apesar de o Ministério Público ter o entendimento da ilegalidade, mas eu não vou entrar nesse mérito da discussão.

Feito isso, houve...

(*Manifestação fora do microfone inaudível.*)

Federal.

Após essa demanda, houve uma audiência de conciliação na Justiça Federal com o doutor Marcelo Krás Borges e ele intermediou uma tentativa de consenso. Solicitou ao Deinfra que fizesse um traçado alternativo, ou seja, um traçado intermediário, e projetamos o terceiro acesso, o terceiro projeto, que é o que está numa linha verde, e começamos a trabalhar na parte de orçamentação do projeto da linha verde. Deixamos de lado o da linha azul, porque o custo da desapropriação da implantação do projeto era altíssimo, e começamos a trabalhar na linha verde. Só que nos deparamos com uma situação inusitada, que são os lotes que são afetados diretamente pelos três traçados.

Ao traçado verde, num preço atualizado hoje, temos cotado um custo na faixa de R$ 55 milhões de obra. Hoje, considerando a determinação do Ministério Público, dos órgãos licenciadores, principalmente o ICMBio, considerando que os lotes que ficam entre a Reserva e a nossa rodovia, o verde, teriam que ser desapropriados e sair, procedemos a um orçamento estimativo das desapropriações e chegamos a um custo atualizado hoje de R$ 97 milhões - vocês estão percebendo que é bem maior que o próprio custo da obra. Levamos essa situação ao Governador, nós conversamos por diversas oportunidades com o pessoal do Loteamento, mostrando a situação, que é parceiro, entende toda essa colocação do Deinfra.

Então nós insistimos em voltar para o conceito vermelho, que no nosso entendimento é técnica e economicamente mais viável. Por que tecnicamente? Ele vai servir de uma barreira natural para futuras invasões e, principalmente, vai preservar a área verde que está colocada atrás. Nós entendemos que para nós era ponto final. Esbarramos, lógico, na parte de licenciamento. Levamos essa consideração numa reunião lá no próprio Deinfra junto com o Secretário Murilo, o pessoal do ICMBio não quis se manifestar, achando que nós deveríamos tratar isso em outra esfera, em Brasília.

O custo daquela obra lá (*aponta para a imagem*) quase não tem diferença, porque as características do terreno e as extensões são muito parecidas. Então o custo da obra do vermelho permanece naquela faixa de R$ 55 milhões, e o custo da desapropriação cai para R$ 45 milhões. Então vejam, de R$ 97 milhões para R$ 45 milhões.

(*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: "Tens a foto de onde vai parar?"*)

Eu vou passar um filme depois que vai aparecer, Deputado João, uma apresentação de PowerPoint que vai item por item. Eu quis só mostrar nesses três traçados onde a área é mais polêmica.

Então nós temos essas três opções, mas nós não tivemos retorno positivo por parte do ICMBio em Brasília. Pediram que nós entrássemos em contato com a Fatma, fizéssemos novas apresentações, novos estudos que comprovassem realmente que aquele ali era o estudo mais viável. Nós estamos preparando novamente uma documentação e vamos encaminhar para uma análise da Fatma.

Esse aí (*aponta para a imagem*) é um mapa geral da situação. Começa ali no Trevo da Seta, tem a transposição da ponte, as duas pontes, em rosa é aquela parte que vai para o estádio do Avaí, que tem uma obra de arte especial, e vocês observem que na oportunidade da nossa apresentação nós ainda falávamos do traçado licenciado pelo ICMBio e por determinação do Ministério Público Federal. E a parte em preto, que está acima, já está em obra hoje e liga lá no pátio do aeroporto.

Essa imagem (*aponta para a tela*) mostra só uma seção transversal do projeto, que mostra que é uma pista dupla, com calçadas e ciclovia em um dos lados, começa ali no Trevo da Seta e vai transpondo. Atendendo a parte de licenciamento ambiental, nós temos algumas passagens de fauna feitas ao longo da rodovia. Nesse segmento (*mostra imagem*) que está em obra, são cinco passagens dessa aí, se não me engano, é uma seção transversal só para mostrar a localização dela.

Aqui nós já estamos chegando na interseção que dá acesso ao Loteamento Santos Dumont, ao estádio do Avaí, o Estádio da Ressacada, e ali mostra também aquela passagem, porque vai ter um viaduto para atender na hora da saída dos jogos do Avaí, que vai ser mostrado depois.

Esse é um desenho esquemático da seção onde tem o viaduto que dá acesso à Ressacada. Aqui é a continuidade, ele passa pelo Loteamento - repito, nós estamos mostrando o projeto licenciado pelo Ministério Público, foi a primeira alternativa que nos foi autorizada; aqui ele continua, uma outra seção transversal já lá dentro do Carianos; a grande intercessão, a grande rótula que nós temos que dá acesso à Tapera, ao Campeche e ao próprio aeroporto; outra seção transversal; desse segmento aqui, dessa interseção que nós estamos vendo até o aeroporto ele segue em pista simples, já com projeto de ampliação futuramente.

Eu vou apresentar a vocês agora um vídeo mostrando o traçado no nosso projeto, para quem não conhece o acesso ao aeroporto, que já foi apresentado lá na CDL. Peço que vocês prestem atenção.

(*Mostra imagens em vídeo para ilustrar o tema.*)

Para finalizar a nossa participação, gostaria de dizer que em função da demora do licenciamento que está havendo por parte do ICMBio, de uma manifestação positiva, na semana passada nós adotamos, junto com a presidência, a postura de segmentar esse lote, que a gente chama lote intermediário. Ele tem um segmento que é comum a todos os outros três traçados, então ele é o mesmo...

(*O senhor Secretário Murilo Flores manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*) *[Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira] [Leiturista Revisora: Bruna Maria Scalco]*

Eu acho que ele não vai aparecer, Secretário. Não, não vai aparecer. Ele é comum aos três segmentos. Então nós vamos licitar esse segmento de 1.700 metros, que é um pouco mais da metade para ganharmos tempo e adiantarmos esse serviço. Estamos concluindo o orçamento e acreditamos que ainda esta semana vamos conseguir fazer o lançamento do edital deste segmento. Repito, esse segmento é comum aos três lotes que estão sendo estudados. Não tem prejuízo nenhum para o Estado, nem para o Deinfra ou quem quer que seja, porque ele iria atender a todas as demais solicitações. O.k.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Cobalchini) - Obrigado engenheiro Ferrari.

Esse filme representa a proposta aquela em vermelho, daquele traçado?

O SR. CARLOS ALBERTO FERRARI - Não, o filme é a primeira licenciada pelo ICMBio e Ministério Público. Nós não evoluímos nada diferente do que está autorizado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Cobalchini) - Agradecemos ao engenheiro Ferrari.

Passamos, agora, a palavra à senhora Michele Copetti, que fará a apresentação em nome da Associação de Moradores Recreio Santos Dumont (Amosad), intercalando sua fala com o senhor Luiz Henrique Bottega, em nome da Associação de Moradores e Amigos do Carianos (Amocar).

O SR. LUIZ HENRIQUE BOTEGGA - Eu e a Michele vamos fazer uma apresentação em conjunto, a Michele representa a Associação dos Moradores do Recreio Santos Dumont (Amosad), que é o Loteamento diretamente envolvido por onde a rodovia vai passar; e eu falo em nome da Associação de Moradores e Amigos do Carianos (Amocar). Até vale a pena registrar, no Carianos, nós temos várias associações e entidades como o Conseg e tal, e sempre trabalhamos em conjunto, as nossas decisões são tomadas em assembleias, em reuniões que sempre convergem para a vontade dos moradores. Não é decisão de diretoria.

Eu vou passar a palavra para a Michele para ela fazer a introdução do que aconteceu.

A SRA. MICHELE COPETTI - Bom dia a todos, na pessoa do Prefeito Gean Loureiro eu cumprimento os demais integrantes da mesa.

(*Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.*)

Eu sou moradora do Loteamento Recreio Santos Dumont e estou aqui para falar em nome da Associação, da Amosad, que é a Associação que efetivamente, nós, os moradores somos os mais afetados hoje. É claro que de uma maneira geral isso reflete no bairro do Carianos como um todo. Por isso, também que o Ike está aqui partilhando este espaço, fazendo essa dupla na nossa fala, porque a Amocar é a Associação dos Moradores do Carianos.

No que se refere precisamente a Amosad, nós sempre gostamos de pontuar que ela já atua na defesa dos direitos dos moradores há mais de dez anos. Ela foi fundada em 2005, a ata da assembleia juntamente com a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufeco) foi assinada em 4 de julho de 2005. Então a Amosad já atua há mais de dez anos nisso e está sempre à frente nas demandas, principalmente, nos últimos anos no que se refere ao novo acesso e outras demandas que afetam sobremaneira a questão do Loteamento Santos Dumont.

O Ike vai trazer um pouco desse histórico de como é que nós chegamos a tomar conhecimento do novo acesso.

O SR. LUIZ HENRIQUE BOTEGGA - Em 2002 nós fizemos uma audiência pública no Carianos em que o Deinfra esteve presente, aliás, das entidades e instituições convidadas somente o Deinfra foi. O Ministério

Público Federal e o ICMBio... O Ministério Público Federal, depois, nós tivemos uma reunião com o Procurador Walmor Moreira, e ele nos falou que audiência pública tem que ser feita em um local público, de fácil acesso e de conhecimento de todos. Bem, nós estamos hoje aqui, e existe algum membro do Ministério Público Federal ou do ICMBio presente aqui? Eu acho uma pena que eles não estejam, porque eles são os pivôs disso tudo. Até acho interessante, engenheiro Ferrari, o senhor que sempre nos atende super bem, só que quando está o Deinfra, não estão ICMBio e o Ministério Público Federal, quando está um não está o outro, não é verdade? Eu acho que vocês se reúnem em portas fechadas, mas aqui não trazem nada do que acontece. A gente já se reuniu com os dois, mas nunca conseguimos todos ao mesmo tempo.

Então, o que aconteceu? Em 2002, a gente ficou sabendo dessa situação e fomos atrás e descobrimos que existia um entendimento de que aquela área não deveria ser indenizada, por quê? Porque o Ministério Público Federal insiste em dizer que é terreno de marinha, que é área de preservação. Pois bem, a área de preservação eu vou deixar a Michele explicar.

A SRA. MICHELE COPETTI - Eu acho que quando a gente fala em novo acesso é importante trazer ao conhecimento de todos a questão das provas incontestáveis da regularidade do Loteamento Santos Dumont, que vem muito a calhar com o que o Engenheiro Ferrari já falou. Nós tivemos oportunidade inclusive de a Associação levar todos os documentos, que já juntamos desde então, para provar isso. Existem provas incontestáveis da regularidade do Loteamento Santos Dumont. Ele foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis em 1959 e possui alvará desde então.

É importante que a região do Carianos e, precisamente ali no Loteamento, ainda que a história de ocupação remonte ao século 19 - tendo inclusive o Capitão Savas, uma figura importante na história de Santa Catarina e de Florianópolis, que também teve propriedade ali, em 1901, ele adquiriu propriedade ali no campo da Ressacada -, nós possuímos... a região, a urbanização foi muito motivada por conta da construção não só da Base Aérea como do próprio Aeroporto Hercílio Luz em 1922 e depois em 1955.

Então, assim, dentro desse aspecto da regularidade é essencial destacarmos que sempre tivemos essa preocupação, e temos toda a cadeia dominial do Loteamento Santos Dumont. Então é assim, mais do que a matrícula do meu imóvel para provar a regularidade, nós nos preocupamos em buscar o histórico e possuímos escrituras que datam de 1916, temos documentos de 1898 que atestam essa regularidade. Mais do que isso, gente, é importante pontuar a União já foi parte, já foi titular de propriedade, já foi dona de parte do Loteamento e, na década de 1960, posteriormente, ela repassou a algumas entidades públicas e foi colocada à disposição da Caixa que colocou a leilão de particulares, e foi adquirida por particulares. Além disso, inúmeros dos imóveis ali são financiados pela Caixa Econômica Federal, ou seja, foram validados também por um órgão dizendo que O.k. estão passivos de financiamento frente a sua regularidade.

Por essas questões e por outras de eventuais ilegalidades perpetradas pela Superintendência do Patrimônio da União, a Associação dos Moradores, a Amosad, juntamente com a Amocar, fez uma denúncia ao Ministério Público Federal. Essa denúncia ensejou a abertura do inquérito civil no Ministério Público Federal para apurar a ilegalidade no processo de demarcação dos terrenos de marinha que afeta, não só toda a Ilha de Santa Catarina, mas, precisamente também o nosso Loteamento.

A questão, gente, é que além dessas provas, dessas inúmeras provas incontestáveis dessa regularidade, mesmo diante disso, mesmo diante da regularidade do Loteamento ter sido analisado na década de 1990, pelo Ministério Público Estadual - a coordenadoria do Ministério Público Estadual examinou a regularidade e atestou que todos os lotes poderiam ser comercializados -, mesmo diante disso, e do integral cumprimento do Loteamento ali, com toda a normativa do Plano Diretor eis que fizeram, sempre nos causou muita estranheza, com que o Estado acreditasse que não haveria necessidade de indenizar ninguém. Ali não é um espaço de invasão, ali é um espaço regular, e quem defende, hoje, ali, eventuais invasões irregulares, são os próprios moradores.

O SR. LUIZ HENRIQUE BOTEGGA - Essas invasões, como o próprio engenheiro colocou... esse projeto, engenheiro, que o senhor falou que o Estado - e nós -, tem interesse que o traçado passe naquela linha lá por fora protegendo o Loteamento e o Resex, tem que deixar claro que ali não passa em cima da reserva. Não passa em cima da reserva, porque entre o Loteamento existe uma área pública de trecho de cerca de 150 metros e outra de 200 metros, quando termina o Loteamento, até chegar na reserva, por quê? Porque o decreto que criou a reserva foi de 1992, 33 anos depois da criação do Loteamento. E já criou a reserva prevendo o Loteamento, sabendo da existência do Loteamento, e prevendo essa área de transição de 150 metros, 200 metros. Então a reserva aqui não está em questão.

As invasões que estão acontecendo hoje, o que acontece? Não pensem os senhores que não está acontecendo invasões, está acontecendo e nós estamos tirando no braço de lá, nós, os moradores. Eu quero ver se o ICMBio, o Ministério Público Federal, se qualquer autoridade pública vai lá tirar. O senhor sabe disso, e nós tiramos como? Teve gente que já foi corrida com arma, que, nós, moradores fomos lá na marra; teve gente que montou barraca lá, a gente esperou o cara sair, e juntou as madeiras e tocou fogo no barraco do cara. Quem é que vai cuidar disso depois, quando a rodovia passar no meio, e lá ficar ao léu? Porque lá nós temos uma área que dá uns cinco Chico Mendes, mais ou menos. Nós vamos ter lá o maior Chico Mendes da cidade?

(*Manifestantes não identificados na plenária respondem: Não, não vamos.*)

A SRA. MICHELE COPETTI - Gente, eu acho que é incontestável, é irrefutável a questão da necessidade do acesso, e é importante pontuar que toda a comunidade do Carianos entende a importância de se ter um novo acesso, a questão é como? Claro, no que se refere precisamente ao Loteamento, nós temos também a preocupação de saber como é que vai se dar o acesso a essas obras. Isso é importante pontuar, gente. Eu acho que a comunidade tem que ser chamada para esse debate, por quê? Porque a gente já teve caminhões transitando por ali, no início das obras, dentro do Loteamento. Nós temos ali paralelepípedo. Então é importante que os moradores sejam ouvidos para ver como é que vai se dar esse acesso as obras, independentemente, de qual o traçado que seja eleito ao final. Isso é uma preocupação que nós também temos.

Outra questão, a gente teve uma conversa com o Deinfra e nós levamos toda essa documentação. É importante destacar que a Lei Complementar 49 de 1999, que é a lei que alterou o Plano Diretor e o zoneamento do Carianos, já previa uma rodovia que margeava o Loteamento Santos Dumont. Isso, gente, lá em 1999. Nesse processo administrativo, que passou por diferentes órgãos, e o que nos chama a atenção em relação a esse processo administrativo, que vocês podem ver ali (*Mostra na imagem.*), a gente destacou em vermelho, que já tinha essa PL 116, que nada mais é hoje do que essa opção do traçado vermelho, apresentado pelo Deinfra, que é o que margeia o Loteamento. Isso aí já passou pela anuência, inclusive passou pela aprovação, esse processo foi submetido ao Ibama, e tem lá o parecer do Ibama dando o seu O.k. com a anuência inclusive do chefe da Resex à época. Dando o O.k. para essa rodovia, nesses moldes aqui (*Mostra na imagem.*). Passando por fora e margeando o Loteamento ali na área pública. Isso inclusive está extremamente alinhado, essa lei de 1999, que autorizou esse zoneamento, está extremamente de acordo com o EIA-Rima de 2004. Então é assim, isso está extremamente alinhado e é isso que a comunidade pleiteia.

Qual é a nossa preocupação? Altos custos. (*Mostra na imagem.*) Ali a gente sabe que esses custos podem superar, e hoje o engenheiro já destacou, que se a gente cogitar traçados outros podemos chegar a cifras de R$ 97 milhões. E, aí, gente, eu me pergunto: e o interesse público? É o nosso dinheiro que está sendo investido nisso. A comunidade tem que ser ouvida, e o que ela quer primeiro é o que já está na lei; é o que está no EIA-Rima; e é o que efetivamente vai proteger a comunidade como um todo, evitando, gente, a proliferação de espinhas de peixe, que é o que temos hoje no Rio de Janeiro. Porque, se a gente tiver uma rodovia construída mais para dentro do Loteamento, quem é que efetivamente vai proteger toda aquela área?

Vejam o seguinte (*Mostra na imagem.*), a cor verde é o traçado original, que permeia, que vai mais pela parte de fora do Loteamento, e vejam que entre eles, ali na imagem não fica muito bem, mas a gente tem o destaque de onde é que ficam os limites da reserva extrativista e entre o Loteamento e a reserva nós temos uma área pública. Ou seja, é basicamente onde vai passar essa proposição inicial de 1999.

O SR. LUIZ HENRIQUE BOTEGGA - Então, só para concluir, pessoal. A empresa suíça que assumiu o aeroporto hoje - nós temos que lembrar que eles não são brasileiros, eles são suíços -, tem o compromisso de entregar o terminal pronto em outubro de 2019. Eu não tenho dúvidas de que eles vão entregar, talvez, até antes disso, por quê? Em especial porque eles não são brasileiros, porque eles não precisam de licitação e porque as obras vão andar mais depressa. Até, por sinal, eu estou construindo a casa da minha mãe, de 100 metros quadrados, no Carianos e, hoje, se você for lá, tem mais gente trabalhando na casa da minha mãe do que no acesso onde tem que construir as calçadas, engenheiro. Eu não sei o porquê. Eu não entendo. A gente passa lá de manhã ou de tarde e tem dois, três trabalhando. Olha, estou falando que três pessoas trabalham na obra da minha mãe.

Mas é o seguinte, o que acontece? O Estado não tem dinheiro para pagar todas essas indenizações, isso é fato. E foi levado a crer ao Deinfra e ao governo do Estado que tudo ia ser decretado terreno de marinha e aí ninguém precisa pagar nada. Não confiem nesse milagre, o milagre não vai acontecer. Nós estamos muito mais preparados para questionar o terreno de marinha juridicamente, tanto que, quando nós levamos os documentos para a presidente da SPU, ela falou que muita coisa era novidade para ela. Nós provamos que ali era água doce e que nunca teve resquícios de água salgada, a vegetação sempre foi de água doce. Então é assim, terreno de marinha, esqueçam. O terminal vai estar pronto em 2019 e alguma coisa tem que ser feita.

Agora nós temos que parar com as jogadas políticas, não é gente, vamos trabalhar junto. Nós temos aqui um Prefeito que negocia cargos para poder votar o que ele quer. Vamos parar com isso. Prefeito, o senhor não precisa disso para ser um bom Prefeito. E os outros Governadores, Deputados, por favor, gente, vamos pensar na população. O senhor está me olhando com essa cara como se não fosse verdade (*dirige-se ao Prefeito Gean Loureiro*). Nós temos aqui alguém que saiu do cargo. Eu parabenizo o Maikon, porque pior do que ter um Prefeito que faz isso é ter um Vereador frouxo, que está baixando a cabecinha e aprovando todos os projetos. Desculpe, tu vais ficar chateado comigo Maikon, mas eu tinha que falar e aproveitar a oportunidade de estar aqui. Isso é uma vergonha. Parabéns Maikon.

A SRA. MICHELE COPETTI - Pessoal, voltando a falar da Amosad, eu acho que é importante destacar que a luta da comunidade é para que todos os nossos direitos sejam efetivamente respeitados. Isso é acima de tudo, porque a comunidade ali é de classe média baixa, ou seja, todo mundo comprou seus lotes e tudo isso é esforço do seu trabalho. O que a gente realmente quer é que tenha um novo acesso, entretanto, que sejamos sempre ouvidos e respeitados. Que não se caia nessa história, já que houve uma tentativa lá atrás de induzir o Estado a acreditar que não haveria necessidade de indenização, fato é: haverá essa necessidade porque o nosso Loteamento é regular.

O que quer que venha a ser apresentado à comunidade do Loteamento Santos Dumont, nós iremos lutar e iremos lutar muito. Só que a nossa luta sempre é baseada em documentos, como vocês podem ver aqui, o que estamos trazendo é o que consta na legislação, é o que consta no EIA-Rima, e é dessa forma também que lutamos contra os terrenos de marinha e o que quer que seja que passe a afetar o nosso Loteamento. O aspecto sempre legal da documentação, o aspecto jurídico nisso.

Eu gostaria de agradecer a todos pela oportunidade, conto com o apoio de todo mundo, de toda a comunidade. A comunidade não vai descansar, queremos sim, que seja feito o traçado, mas o traçado perto da Resex, não o intermediário, porque isso vai ocasionar o efeito espinha de peixe. Isso, inclusive, é mais prejudicial, em termos de meio ambiente, para a própria Resex. E a nossa grande preocupação é quem vai cuidar daquela área depois?

O.k. Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Cobalchini) - Eu quero agradecer a Michele e Luiz Henrique.

(*O senhor Luiz Henrique Bottega se manifesta fora do microfone: está aqui um diretor.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Cobalchini) - Ike, por favor, não misturar os assuntos. Nós estamos aqui para criar um consenso ouvindo toda a comunidade que reside lá. A preocupação que temos, e foi uma das razões de fazermos a audiência pública, é que se possa sair daqui de forma unificada, tanto o órgão executor, que é o Deinfra, quanto os órgãos ambientais, e aqui está o representante da Fatma. Quem sabe a Assembleia Legislativa fazendo esse meio de campo, essa articulação, se ao final sairmos definindo a estratégia e os passos seguintes, isso facilita quem está executando também.

Nós nos propomos, visto a dificuldade de avançar a obra, a fazer esse trabalho junto aos órgãos ambientais, ICMBio, talvez em Brasília. Nós estamos, sim, preocupados com os cronogramas, como falei no início, com a obra do terminal e com a parte do Estado que é o acesso. Está aqui presente o senhor Pimenta, diretor jurídico da Fatma.

Nós vamos abrir as inscrições para aqueles que quiserem fazer o uso da palavra, limitando o tempo de cada manifestação em três minutos, porque temos a mesa também para ouvir. Quem quiser fazer a inscrição é só se dirigir à assessoria da Comissão.

Com a palavra o senhor João Pimenta, procurador jurídico da Fundação de Amparo ao Meio Ambiente (Fatma).

O SR. JOÃO PIMENTA - Bom dia Deputado, cumprimentando vossa excelência eu cumprimento todas as autoridades aqui presentes e demais moradores.

Eu estava até conversando com o Marcelo, Deinfra, talvez muitos de vocês, principalmente os membros da comunidade, esteve aqui há um ano e meio, numa outra audiência pública em que a gente tratou do mesmo assunto, o Beto estava junto, da questão ao acesso ao aeroporto.

Agora, falando sobre especificamente a Fatma, eu gostaria de esclarecer alguns pontos que muitas vezes acabam confundindo quando a gente fala em órgão ambiental, autorização e licenciamento. O que compete à Fatma fazer? A Fatma tem licenciado todos os projetos apresentados pelo Deinfra dentro dos prazos e, dentro do licenciamento da Fatma, todas as licenças foram concedidas. Não cabe a Fatma escolher o acesso, isso é escolhido pelo Deinfra, se vai ser o de cor verde, amarelo ou azul, a Fatma licencia o projeto do Deinfra. Então não é um problema da Fatma.

O que acontece? Aqui, em Florianópolis, especificamente, ao lado nós temos a unidade de conservação integral de gestão do ICMBio, e nós temos um artigo na legislação que diz que, para conceder a licença, principalmente, aqueles outros trajetos não licenciados, porque no trajeto vermelho o ICMBio já concordou, inclusive tem licença ambiental, nós precisamos autorização do ICMBio, e ali começou o impasse.

Tem uma questão judicializada, como já colocaram, na Justiça Federal, porém o assunto daquela ação não tem nada a ver com o acesso ao aeroporto, é uma questão de legalidade ou não do Loteamento. Só que trouxeram para essa ação, Deputado, o acesso ao aeroporto. Se o acesso poderia ou não poderia passar por ali. E, desde então, a Fatma fez duas observações pontuais dentro do curso daquela ação. Primeiro, ela não ia se manifestar no traçado, é uma questão do Deinfra, ia licenciar, como vem licenciando; e, segundo, se por ventura viéssemos a fazer pelo traçado vermelho, *[Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé] [Leiturista-Revisora: Bruna Maria Scalco]*ou verde, o ICMBio teria que ficar responsável pela fiscalização da área. A Fatma, tanto o Estado, não ficariam.

Nós temos diversos problemas políticos aqui, que já foram colocados, de atualização ou não, mas eu digo assim, agora de uma forma mais propositiva, há um mês eu estive conversando com o presidente nacional do ICMBio e coloquei para ele o relato informal - eu não sabia em que pé estava aqui o processo de anuência - do problema do aeroporto, que já tinha sido solicitado, que já tinha alguém para entregar, e nós estávamos nesse impasse pela falta do acesso nesse trajeto, porque hoje fica totalmente inviável você ter um aeroporto que não tem um acesso.

E ele se mostrou muito solícito, ele entende os problemas que ocorrem aqui, alguns com razão, outros a gente discorda; tecnicamente, a gente discorda. E o que eu proponho do encaminhamento seria de realmente levar a conta e, tecnicamente, questionar. Porque, como já se viu aqui, pelo o que eu vi, e talvez o Deinfra tenha a opinião oficial, porque até a Fatma não tem, dizendo que o único traçado economicamente que interessa para nós é aquele ali. Todos os outros não interessam, porque a gente ainda não tem...

(A senhora Michele Copetti manifesta-se fora do microfone: "Qual, o vermelho?")

Não, ainda não temos a Fatma dizendo: Olha, nós vamos somente no vermelho, porque os outros são inviáveis do ponto de vista financeiro."

E a Legislação é clara, agora falando da minha área jurídica, não há nada que impeça, do ponto de vista legal, o acesso vermelho; agora, tecnicamente, a que ser acertados alguns pontos do estudo, como fazer a questão da zona de transição entre a reserva e a estrada, e são questões técnicas que aí é chegar ao melhor consenso para, ambientalmente, o processo ser mais favorável.

Acho que me alonguei, mas, em resumo, era isso.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Obrigado, doutor Pimenta.

Ficou claro que a Fatma licencia o projeto definido pelo Deinfra, neste caso a competência é do ICMBio. Se não anuir, quem licencia...

O SR. JOÃO PIMENTA - Se não anuir, não quer dizer que nós não podemos dar a licença, mas aí a discussão é muito maior. A Lei Complementar nº 140 diz que somente um órgão licencia, as outras autorizações não são vinculantes. Então a gente tem esse impasse legal entre autorização e a Lei Complementar nº 140.

Nós temos hoje duas questões legais da mesma hierarquia. Nós temos essa lei antiga, de 2000, que diz que precisa da anuência do ICMBio, e nós temos a Lei Complementar nº 140, de 2011, que diz que as autorizações não vinculam licenciamento ambiental e autorização dada por um órgão. A Fatma nunca exerceu essa força vinculante em um licenciamento desde 2011. Estamos prestes a exercer um outro caso, que não esse, tecnicamente e devidamente calçados, entendemos que naquele processo nós estamos prontos a, se for o caso, brigar juridicamente contra a não anuência do órgão interveniente.

No caso aqui o processo administrativo do ICMBio, começando com o Marcelo, de anuência ou não, não chegou ao final. Nós temos uma decisão preliminar aqui em primeiro grau, da reserva, que ainda ascendeu ao recurso; e Brasília, que seria o órgão administrativo, não deu seu parecer final. Acho prudente esperar o parecer, se for o caso de Brasília, para depois nós definirmos ou não se acataremos a anuência, mas é algo que, se for o caso, a Fatma pode exercer o seu papel de licenciador.

É uma atitude que vai acabar sendo judicializada? Vai, porém a gente precisa estar tecnicamente muito bem calçado para poder mostrar no Judiciário que nós também temos razão e não foi um deferimento, não foi por questões ambientais, que é o que motiva o indeferimento de unidade de conservação. Foi por outras questões, e aí não caberia indeferimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Obrigado, doutor Pimenta.

Eu quero registrar aqui a presença do senhor Deputado Estadual Dóia Guglielmi e do senhor Hélio Leite, gerente de Articulação e Negócio, neste ato representando o senhor Lidomar Antônio Bison, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis.

Com a palavra a senhora Graciela Fernández, presidente da Associação de Moradores Recreio Santos Dumont (Amosad).

A SRA. GRACIELA FERNÁNDEZ - *(Exposição em portunhol. Tradução por Eduardo Delvalhas dos Santos.)*

Obrigada.

Como falou a Michele, esta parte da via passa no meio do loteamento e isso gerou toda essa situação. As associações são ferramentas dos moradores, e nós, moradores, não ficamos com aquilo que a gente achava, nós preparamos a informação técnica, que consideramos relevante e que já colocamos à disposição do Deinfra, da Fatma e do ICMBio.

A Associação também está participando do Conselho da Reserva Extrativista, estamos tendo esta discussão dentro da Resex, e reconhecemos que é um tanto difícil.

Como encaminhamento, eu acho bem importante, eu fico muito feliz que tenha tantas autoridades envolvidas, pois todos juntos podemos trabalhar. A gente não acha que mais cômodo para nós que se respeite o primeiro traçado, achamos que o mais lógico é que se proteja toda a área.

E nos colocamos à disposição, como temos feito até agora, para subsidiar estudos técnicos para comprovar que o loteamento não está na área de APP e nem na área de terrenos de Marinha.

Quero agradecer, por parte da Associação, por este esforço. Já faz anos que estamos conversando com o Deputado Cobalchini, há anos estamos tentando resolver essa situação, e um bom encaminhamento seria propiciar uma reunião mais fechada, se o ICMBio não quer vir a público, para tentar conversar e resolver essa situação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Obrigado, Graciela.

Passo a palavra ao senhor Roberto Salum.

O SR. ROBERTO SALUM - Se eu soubesse que a Assembleia seria tão fraca, eu não teria feito mil votos e não seria o primeiro Suplente, porque eu tenho pena dos meus parentes do Carianos, por ter ouvido o representante da associação deles criticar o Mandatário do Município, comprometendo toda uma comunidade. E é uma pena que não defenderam o que eu defendo e falo na televisão todos os dias.

(O senhor Luiz Henrique Bottega manifesta-se fora do microfone: Ininteligível.)

Baixa a tua bola que eu não sou político deles, não! Baixa bem a tua bola.

O que deveriam defender é abrir aquela porcaria da Base Aérea, que não funciona para nada. Por que vocês não fazem isso? Só eu que falo na televisão, sozinho. Quanto custa, engenheiro, abrir a Base Aérea? Noventa milhões ou R$ 20 milhões.

(O engenheiro Carlos Alberto Ferrari *responde fora do microfone: Vinte milhões.)*

Vinte milhões. Então é a Base. Não tem nada lá! Nada funciona na Base, que serviu para a política, para Vereador ser eleito, serviu para alguns Vereadores, por darem o passe livre. E isso a comunidade não fala. Eu não vejo os representantes da comunidade falarem.

Então eu queria dizer nesta audiência pública, aos meus parentes que moram no Carianos, que se tivessem aberto a Base Aérea, que não funciona mais, pois foi tudo para o Rio Grande do Sul, nós estaríamos hoje com o acesso ao Aeroporto, que seria uma maravilha e que não gastaria mais do que R$ 20 milhões.

Quer dizer então, Ministério Público, que invadir a área nobre, a área verde, é mais fácil do que abrir a Base Aérea. Então, nós temos que parar de hipocrisia. Eu queria dizer ao sul da Ilha que o meu programa de televisão está à disposição de vocês, lá não tem politicagem em nada. Se me colocarem na rua amanhã, eu falei a verdade!

A minha proposta é abrir a Base Aérea para que tenhamos o acesso mais rápido e mais digno à nossa comunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Obrigado, Salum.

É normal que o clima esquente e que as pessoas extravasem, porque o assunto é inquietante e merece que a gente ouça o direto de a comunidade se expressar.

Passo a palavra ao professor Roberto de Oliveira, diretor de Atividades Técnicas da Associação Catarinense de Engenheiros (ACE), engenheiro civil.

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA - Bom dia a todos, parabéns por essa audiência.

Eu gostaria de dizer que vim aqui para assistir uma audiência que se falasse de engenharia e de comunidade. Mas na verdade a comunidade ela está muito bem calçada, a Legislação protege a comunidade.

E eu vejo um absurdo muito grande, primeiro: o ICMBio não comparecer em audiências técnicas. O que eles temem? O que teme este Instituto a conversar com o Deinfra. O projeto original não passa em nenhuma APP, em nenhuma área legalmente protegida. E então eu não entendo essa postura.

Por exemplo: outra postura equivocada é a da SPU, que foi demolido aqui numa audiência pelo Capitão de Marinha, e doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina, Obéde Pereira de Lima, porque a SPU considera como terra de Marinha porções de terra, não na linha de preamar médio, e sim na linha de preamar máximo, o que é um absurdo, inclusive a terra de Marinha só pode ser de 33 metros, e aqui nessa região da Ressacada tem áreas com 900 metros, tudo para arrecadar dinheiro.

Então a SPU está errada, o ICMBio está se omitindo, inclusive no tripé da sustentabilidade, no social, no econômico e no ambiental. O ICMBio só fala no ambiental, deixando a situação aqui beligerante, o Estado está tão falido que os próprios moradores têm que fazer papel de polícia para eliminar as invasões. Está completamente errado, tem muita coisa errada e essa culpa pode ser creditada ao ICMbio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Eu gostaria de lhe fazer uma pergunta. O senhor não é nem do governo e nem do bairro, o senhor é técnico?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA - Eu sou técnico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O senhor conhece o projeto?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA - Conheço o projeto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O senhor é engenheiro?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA - Sou engenheiro e ex-professor da Universidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Na sua visão aquilo ali é uma área de transição, é uma APP? Ou o traçado original do projeto poderia ser executado?

O SR. ROBERTO DE OLIVEIRA - Do traçado não pega nenhuma área legalmente protegida, seja lá qual for o nome.

Eu quero deixar por aqui, porque o que eu vejo é que o ICMBio está criando uma situação de guerra, isso é totalmente descabido. Esse pessoal merecia receber uma corretiva, tem que se colocar limites na atuação da lei, não nesse caso.

Eu quero parabenizar o Paladino, eu já trabalhei, indiretamente, como perito, por exemplo, nas pontes Pedro Ivo e Colombo Salles, mas tem alguns órgãos do governo que precisam ser levados à razão.

A SPU, por exemplo, na colocação da LPM de 1831, ele disse que a tese do Obéde é uma coisa teórica e que não vale. Na Universidade eu estou iniciando um movimento para intimar e chamar à realidade da SPU quanto à esta afirmação, de considerar uma tese doutorado uma coisa não válida, e isso vai ocorrer, certamente. Eu estou esperando que a Lei de Marinha caia fora, mas se não cair, a SPU vai ser chamado ao debate.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Obrigado ao engenheiro, o Roberto.

Somente quero esclarecer que nós convidamos o ICMBio, inclusive eles nos mandaram um ofício passando a bola para o Deinfra.

Passo a palavra à senhora Nair Medeiros, moradora do bairro Carianos.

A SRA. NAIR MEDEIROS - Bom dia a todos, quero cumprimentar aqui o Daniel Paladino, a quem eu tenho o melhor apreço.

Eu sou moradora e me entristece muito. Vocês não têm noção, eu já participei de mais de cem reuniões, audiências, inclusive neste Plenarinho aqui, referente à tomada desse mesmo problema, e sempre cai na mesma situação do ICMBio. Já estive inúmeras vezes no Deinfra, eu já conheço todos vocês por nome, já sei tudo da vida de vocês, mas o nosso problema ainda continua para se resolver. E me entristece demais ver uma mesa com todos esses Parlamentares aqui e a gente ficar preso numa situação de esperar que o ICMBio possa tomar alguma decisão.

Eu já estive no Ministério Público, pela primeira vez, onde eu vi o ICMBio presente lá e que se colocou por trás do Walmor e do Marcelo Krás Borges, e se apresentou lá. Mas ele só se coloca contra a comunidade, contra os nossos interesses, contra a população e contra o sofrimento, porque eu perco dias, eu perco a minha saúde, me entristece, não tenho nem mais o direito à propriedade, me tiram tudo o que eu possa ter, tudo o que eu lutei, tudo o que eu trabalhei, tudo o que eu tenho e jogam ralo abaixo, e sempre colocam o ICMBio como se ele pudesse estar fazendo alguma coisa.

Eu andei lá dentro daquele negócio e sei exatamente, conheço tudo que possa acontecer lá dentro e não vejo nada disso que ele está colocando, nada disso que ele coloca, como a proteção. E acho muito triste na verdade, porque irão criar outro traçado, o que jamais vai acontecer, porque o Deinfra não tem condições de pagar o valor adequado para o meu terreno, que tem que desapropriar, vai conseguir desapropriar o loteamento todo? Isso não vai acontecer. E me entristece que uma empresa vem de fora, aplica e não sabe a bomba que ele conseguiu, e por um espaço tão pequeno que falta, conforme mostrou no vídeo apresentado, faltam 2,5 quilômetros de acesso, criar tantos empecilhos.

Eu gostaria mesmo é que o ICMBio estivesse aqui e que eu pudesse mostrar essa tristeza toda que ele tem causado para a população. Gente, mais de cem reuniões presentes e nada acontece, nada vai para frente, cada vez criam novas expectativas, novos traçados e nada acontece. E nós moradores e proprietários, é que estamos arcando com todas as consequências, constituindo advogado, gastando a sola do sapato, perdendo o trabalho e perdendo a saúde, e isso é extremamente desgastante.

Eu queria realmente que vocês levassem em consideração. Eu sou apenas uma moradora, eu sou só uma pessoa que vem passando por toda essa situação e eu sempre compareci em todas as audiências. E posso dizer para vocês que eu vejo pouquíssima boa vontade política para dar continuidade nesse negócio, e justamente colocar em pratos limpos.

E até vou fazer uma pergunta aqui: por que o ICMBio, lá naquelas pontes - eu sou moradora, passo lá todos os dias e todos os dias se levanta um novo barraco naquela Área de Preservação Permanente e eu nunca vi o ICMBio tomar nenhuma posição. Eu não tenho absolutamente nada contra aqueles moradores, mas penso que alguma coisa muito errada acontece neste país, e isso é o que eu gostaria que vocês levassem em consideração.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Realmente, Nair, as suas palavras tocaram profundamente e impactaram a todos nós. Não a ideia, mas acompanhando isso, e talvez nós não tenhamos obrigação direta, porque é uma questão mais do Executivo, de órgãos ambientais, mas nós passando, quantas e quantas vezes por ali, nós não vimos a coisa avançando e estamos preocupados, porque há uma definição em relação ao terminal e a nossa parte, a parte do Estado, a parte de Santa Catarina - e não importa quem quer que seja - não avança. Então a partir de hoje nós vamos estabelecer uma agenda permanente, esse assunto passa a estar na nossa pauta, no nosso radar e na ordem do dia. Nós precisamos sair daqui hoje com um encaminhamento, não vai ser uma audiência pública como as outras, que sim, tiveram a sua importância, mas nós não temos mais tempo para sair daqui sem saber o que vai acontecer amanhã, nós não temos mais tempo para isso. Então ela é definitiva, Nair, parabéns pelas suas palavras.

Passo a palavra ao senhor Fabiano Faga Pacheco, pedindo a compreensão dos inscritos para que o tempo seja obedecido, para que a gente possa, logo em seguida também ouvir os integrantes da mesa.

O SR. FABIANO FAGA PACHECO - Eu lido com questões ligadas à bicicleta há quase dez anos, este ano nós completamos vinte anos de cicloativismo, aqui em Florianópolis, com reflexos no Brasil todo e também na América Latina.

O motivo pelo qual eu estou vindo para cá é diferente do motivo dos moradores que estão aqui. Eu conheço parte da problemática do bairro mas agora eu não vou entrar nela. *[Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos]*

Eu gostaria de solicitar ao Deinfra que mostrasse como seria o perfil da via em relação às questões das ciclovias. Obra após obra estadual e nós temos visto uma certa melhoria em relação aos cruzamentos. Em 2001, nós tivemos os pontos de teletransporte de ciclovias, que terminava do nada e chegava a lugar nenhum. E esse é um problema que afeta bastante quem quer utilizar a bicicleta. Vendo o vídeo eu tive medo de estar pedalando por alguns locais, de estar afastado ou muito próximo de locais indevidos. Então, se possível, eu gostaria que o Deinfra pudesse mostrar o perfil de ciclovias, considerando o primeiro trajeto, que eu acredito que está praticamente

em consenso, que seria o melhor em termos sociais, econômicos e ambientais. Esse é o meu pedido: que o Deinfra pudesse mostrar as intersecções cicloviárias e como ele pretende fazê-las, com enfoque em especial nos cruzamentos. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Eu sugiro, engenheiro Carlos Alberto Ferrari, que combine com o...

(*O engenheiro Carlos Alberto Ferrari manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

Isso. Fabiano, o engenheiro Beto está sugerindo que você passe lá no Deinfra que eles farão a apresentação para você.

(*O senhor Fabiano Faga Pacheco manifesta-se fora do microfone: "Eles podem fazer isso via Associação dos Ciclistas?"*)

Sim.

(*O engenheiro Carlos Alberto Ferrari manifesta-se fora do microfone: "Sim, pode. Você já foi uma vez como Associação, não tem problema nenhum.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - O.k.

Com a palavra o senhor Hélio Leite, gerente de Articulação e Negócio, neste ato representando o senhor Lidomar Antônio Bison, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Florianópolis.

O SR. HÉLIO LEITE - Bom dia a todos. Eu falo em nome da CDL de Florianópolis e em nome do Fórum de Turismo de Florianópolis, do qual a CDL faz parte.

Eu estou vindo aqui para lamentar profundamente - é um lamento das instituições que compõem o Fortur e da própria CDL de Florianópolis, nós acompanhamos os assuntos que dizem respeito ao aeroporto e ao acesso desde o começo, são muitos anos - a ausência da Justiça Federal aqui, do Ibama aqui, do ICMBio aqui, do Ministério Público Federal aqui, da SPU aqui. É inadmissível isso, senhores! É inaceitável não reconhecer que o interesse público possa ser discutido! Esta até é uma oportunidade para o ICMBio e o Ministério Público Federal virem se apresentar aqui e se manifestarem para que a gente tire, eu vou colocar entre aspas, "a impressão" de que eles lutam contra o interesse público aqui na nossa cidade, porque a "impressão" é que esses dois órgãos - todos os órgãos federais que eu mencionei aqui - parecem que lutam contra o interesse público. Então, a presença deles, a manifestação deles aqui seria interessante para ver se a gente tira essa impressão de que realmente esses órgãos trabalham ou não com algum interesse público.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Com a palavra a senhora Laurileda Matos Galvão, secretária da Amosad.

A SRA. LAURILEDA MATOS GALVÃO - Bom dia a todos, é com grande satisfação que eu vejo aqui muitos moradores do nosso loteamento, a quem agradeço por ter vindo, e agradeço a presença de todos que vieram.

Nós somos 1.700 famílias que estão vivendo essa confusão, e nós da Amosad resolvemos nos unir para entender o que está acontecendo com a gente, com as nossas vidas. São vidas, vidas, 1.700 famílias que não estão sendo ouvidas!

Nós estamos fazendo um trabalho técnico em cima de leis, em cima daquilo que todos são capazes de entender. Nós estamos mostrando aqui, gente, que nós somos vidas e não é só a vida humana que está ali dentro, tem toda uma vida ambiental ali dentro. Nós, que moramos ali, estamos preservando o que é possível.

Então, por favor, e é essa a minha fala, rápida, por favor, olhe para a vida antes de olhar para interesses políticos e empresariais. Nós estamos aqui para defender a vida de todos, então, por favor, pensem. É esse o nosso pedido, e que façam encaminhamentos que sejam de acordo com o nosso desejo, da Associação, porque o que nós desejamos para nós, desejamos para o planeta, o bem estar de todos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Com a palavra a senhora presidente do Conselho de Segurança do Bairro Carianos, Jacqueline da Silva Bittencourt.

A SRA. JACQUELINE DA SILVA BITTENCOURT - Bom dia a todos, a minha primeira fala será sobre segurança. Como bem disse o representante do Deinfra, o primeiro traçado, no nosso entendimento, enquanto bairro, é o traçado ideal. Por que, como bem disse uma moradora do bairro, nós temos aquele problema no Trevo da Seta, que foi realmente invadido e continua sendo invadido.

Nós do Carianos estamos sendo afetados há anos com vários tipos de problema, terrenos de marinha, agora o acesso ao aeroporto. Eu, infelizmente, discordo do senhor Salum, lhe assisto muito e vejo que o senhor sempre fala coisas muito importantes e certas, mas nessa de liberar a Base Aérea eu não concordo. Por quê? Vou explicar. Nós não temos acesso nem para os moradores, imagina abrir um único acesso para passar por dentro da Base sem fazer essa via por fora, e como é que nós vamos lidar com os jogos, com todo esse fluxo que vai atingir diretamente o nosso bairro?

A Base Aérea, eu tenho um marido militar, tenho amigos militares, morei dentro da Base Aérea, que no meu olhar nos resguarda e muito. Eu sei que muita gente tem posição contrária, mas para quem é do Carianos a Base Aérea é fundamental, ela nos protege. As invasões estão acontecendo, o Conselho de Segurança está recebendo muita denúncia, o Vereador Maikon Costa, que é o Vereador do nosso bairro, está sabendo, e nós estamos junto com a polícia tentando reverter essa situação. Não está fácil, está bem difícil e a gente, enquanto Conselho de Segurança, fica muito preocupada.

Tudo foi dito com muita propriedade, a última amiga aqui falou sobre isso, sobre as pessoas. Todo mundo está aqui falando dos imóveis, dos traçados, tudo muito material. É importante? É, mas quem resolveu morar no Carianos resolveu morar num bairro que é tranquilo. Quando eu fui comprar a minha casa, eu quis morar ali, apesar dos maruins, porque a gente tinha segurança, tranquilidade, qualidade de vida, e infelizmente nós, no nosso bairro, estamos perdendo a nossa essência. A nossa comunidade é pacata, simples, ainda vive naqueles tempos de trinta anos atrás, quando podíamos deixar as janelas abertas, os portões abertos. Isso hoje não está mais acontecendo. O nosso bairro está sendo invadido e a gente tem que conversar e discutir sobre isso em nível de segurança. O bairro do Carianos está sendo invadido por Uber, e isso pra vocês pode ser bom, e eu vejo que é, claro, mas a gente não sabe quem é quem.

Então, gente, em nível de segurança eu peço, por favor, independente de partido, independente de Vereador, de Deputado, vamos ter um olhar mais caridoso para o nosso bairro, para que a gente que mora ali, que escolheu aquele bairro para morar, possa continuar vivendo com tranquilidade e sem doença, não é, Nair? Porque eu, assim como você, também ando muito estressada. Essa insegurança, tanto jurídica quanto física, realmente está nos ocasionando um estresse muito grande. Então, eu clamo e peço, por favor, que vocês possam realmente dar continuidade e mais do quer dar continuidade, resolução para o nosso problema.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Com a palavra o senhor Vereador Maikon Costa, Presidente da Frente Parlamentar do Sul da Ilha, neste ato representando o Presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, Vereador Guilherme Pereira.

O SR. VEREADOR MAIKON COSTA (Florianópolis/SC) - Deputado Valdir Cobalchini, Deputado João Amin, primeiro, parabenizo os senhores por esta audiência pública. (*Cumprimenta as demais autoridades presentes.*)

Eu fiz uma anotação - o Hélio da CDL saiu - sobre o que é uma federação. Federação é Estados e Municípios. Geralmente quando a gente tem uma audiência pública como a da Alesc, os órgãos de âmbito federal se negam, se furtam a participar dessas discussões. Então o Hélio foi muito cirúrgico nas suas colocações.

Mas não é com base na fala do Hélio que eu queria ter a tônica da minha fala; eu queria ter na fala da Nair, que trouxe aqui com muita propriedade o que a gente sente, e na fala do Ike, que foi meu vice-presidente, e quem acompanhou aquela diretoria sabe quanto eu e o Ike divergíamos, às vezes saia um indignado com o outro.

O Ike fez aquela fala porque ele está cansado disso tudo, ele não direcionou para alguém aqui da mesa, ele direcionou para o momento político que vive o País. Foi para isso que ele direcionou. Porque se nós estivéssemos realmente, Secretário, a fim de resolver isso, isso já tinha sido resolvido há muito tempo.

Infelizmente por muito tempo o Carianos nem no mapa da cidade esteve, não é só a Tapera, Prefeito. E não há nada terreno que seja maior do que a união de uma comunidade, vocês não sabem a força que o Carianos tem, então, ouçam a comunidade do Carianos. A Amosad trouxe que são 1.700 famílias, são 7 mil moradores no Carianos, fora a população volante que trafega para trabalhar no Aeroporto Internacional Hercílio Luz. São 110 mil habitantes no sul da Ilha que estão trancados num congestionamento porque essa via não sai, porque os órgãos federais, estaduais e muitas vezes municipais não se conversam, não dão as mãos para resolver os problemas. É nessa essência que o Ike fez a sua fala, não foi direcionada para alguém aqui. Ele sente a flor da pele. E quando vem alguém aqui apagar fogo, colocando ainda mais combustível numa declaração, eu fico decepcionado porque não sabe, não vive com propriedade o que uma liderança comunitária há sete anos vive.

Eu fiz algumas sugestões de encaminhamento, e eu só queria reafirmar que todas as decisões da Associação dos Moradores são deliberadas em assembleia e constam em ata. O presidente Joaquim Angelo Siqueira da Associação está aqui. Questões do impacto dos caminhões, colocada pela Michele. Nós passamos muito trabalho ao combater essas situações e gostaríamos que isso fosse anotado em negrito e em itálico. Questões de invasão, senhor Prefeito, nós sabemos a quantidade de fiscais que tem o CMDU, não são os fiscais que vão lá tirar as pessoas que invadem o que é nosso, eu não tenho lote lá, mas muita gente tem. Ou seja, nós temos que combater a invasão da nossa propriedade privada, nós mesmos temos que fazer porque o CMDU não faz, não tem efetivo infelizmente, é complicado, a

gente sabe disso, a sociedade tem que ajudar e a Constituição nos permite isso, inclusive. O Cobalchini Junior sabe o quanto a gente trabalha nesse sentido para evitar essas invasões no bairro Carianos porque a falta de ordenamento é talvez um dos maiores males da cidade; envolve questões de segurança, mobilidade urbana, saneamento.

Gostaria de fazer uma colocação sobre a Base Aérea, para ilustrar, hoje a Base Aérea é o único corredor exclusivo de ônibus que Florianópolis tem. O Vice-Prefeito João Batista está aqui, o senhor que foi Secretário de Mobilidade Urbana e com muita vontade tentou implantar as faixas exclusivas de ônibus. Se abrir lá vai piorar a situação. É a única faixa exclusiva de ônibus. Imagina o povo da Tapera ter que pegar uma fila e o ônibus não trafegar por lá.

Os encaminhamentos, Deputado, a minha sugestão é que a gente faça uma audiência no bairro para que vocês possam ouvir mais Ikes lá, ouvir mais Nairs, ouvir mais Gracielas, ouvir mais Marias, mais Pedros, mais Antônios, sentir o que a comunidade passa lá. Sugiro também, Prefeito, que a gente possa junto ao Fórum Parlamentar na Câmara dos Deputados, fazer uma ida ao Ministério do Meio Ambiente. E Deputado João Amin, se o senhor também puder articular isso, o senhor que conhece bem a comunidade. Esses seriam os meus encaminhamentos.

Nós precisamos resolver isso de uma vez por todas e eu acredito que agora com a chegada dos suíços, como disse o Ike, as coisas vão andar. Mas depende um pouco de cada um de nós esquecermos as vaidades, darmos as mãos e trabalharmos juntos para resolvermos esses problemas.

Obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Com a palavra o senhor Prefeito de Florianópolis, Gean Marques Loureiro, que solicitou o uso da palavra, a quem agradeço pela presença.

O SR. PREFEITO GEAN MARQUES LOUREIRO (Florianópolis/SC) - Bom dia a todos, eu quero me justificar. O nosso Vice-Prefeito aqui está e poderá ficar até a parte conclusiva da audiência.

Ontem eu participei da reunião do Conselho de Desenvolvimento do Sul da Ilha e muitos que aqui estão estavam lá presentes. Deveriam estar umas cinquenta entidades representativas do sul da Ilha; o Sérgio, presidente do Conselho, dirigiu a reunião. Essa é a minha característica: estar sempre presente. Eu lá reafirmei a importância, mesmo tendo outro compromisso hoje de manhã, de aqui estar mesmo sendo mais uma audiência pública, porque quando exerci o mandato de Deputado e presidi essa Comissão neste mesmo local, muitas pessoas que aqui estão estavam presentes naquela ocasião e, talvez, estejamos fazendo o mesmo discurso hoje falando sobre esse tema.

Quero aqui tranquilizar a comunidade do Carianos, porque ser Prefeito é saber enfrentar a divergência, ser Prefeito é saber enfrentar talvez até o desespero e o despreparo momentâneo de algumas pessoas que vem para discutir um assunto e divergem para outro, dando a sua opinião política sobre o assunto. Eu não discuto a situação do Carianos perguntando quem votou em quem! Nunca fiz isso!

Quero dizer que nós buscamos resolver o problema da Comcap, que há trinta anos precisava ser enfrentado, e eu ouvi algumas pessoas gritar: "Vota contra porque é Fora Temer!" Eu nunca deixei de enfrentar o problema!

Quero dizer para a comunidade que mesmo que o senhor Ike tenha falado o que falou, fazendo uma crítica direta a minha pessoa, entendeu? Alguns devem pensar: por que o Prefeito não vai embora? Ele está aí há duas horas ouvindo mais uma vez a comunidade, escutando aquilo, a opinião de um assunto que não tem nada a ver com o aeroporto e o acesso ao sul da Ilha, porque isso resolveria o problema. Não resolveria! Talvez o senhor já está há muito tempo, já cansou de tudo isso, mas eu quero dizer que preocupa a comunidade como atitudes como essa possam comprometer a representatividade, comigo não vai representar porque o interesse coletivo está em primeiro lugar para mim. Pense bem, comunidade! Mas não se preocupe, eu não vou mudar em nada a minha defesa por vocês pela atitude que eu considero equivocada desse senhor, e falo educadamente como sempre fiz. Poderia dar uma resposta grosseira, poderia lhe ofender, poderia tomar outras atitudes, talvez isso não fizesse o senhor refletir como a maneira que eu estou fazendo possa fazer. Não sei se o senhor ajudou a comunidade ou teve um momento de alívio, talvez tenha prejudicado. Hoje é o Gean, pode ser outro que diga: "Ah é, a discussão é essa, tchau pra vocês!" Eu quero dizer que eu vou estar sempre aqui ao lado, mesmo com alguns criticando, referendando muito mais a posição da Jaqueline que entende que aqui não tem discussão política e tem discussão do interesse maior do bairro.

E quero dizer pra vocês que vim nessa audiência, Presidente e Deputado Cobalchini, Deputado João Amin, e o nosso Vice-Prefeito, porque nós realizamos uma reunião - o senhor Tobias está representando aqui a Zurich, a responsável pela execução da obra - e antes mesmo da vinda do senhor Tobias a Florianópolis, nos reunimos, junto com os Vereadores, com a empresa Racional, que será a responsável pela execução, a empreiteira responsável, buscando fazer com que a obra possa acontecer com a maior velocidade possível. E lá estava presente o Vice-Governador, Eduardo Pinho Moreira, e nós colocamos de maneira clara que tudo o que for de parte burocrática para a execução da obra, nós temos a convicção que isso vai acontecer, mas é preciso acabar com a discussão jurídica. Essa discussão é jurídica; ela é muito mais de ego de alguns representantes de instituição: porque não gosto desse senhor aqui, não gosto daquele ali, tem ação civil pública contra aquele; então, eu não vou mudar a minha posição senão eu vou ter que ceder naquela ação civil pública que é a minha briga de anos, porque é ilógico pensar em outro traçado que não seja próximo ao limite da Resex, que traz a garantia ambiental de não ter invasão na própria reserva, que permite não ter o custo público das [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz.*] [*Taquígrafa-Leiturista: Dulce M da Costa Faria.*] desapropriações, que permitem mais do que isto, permitem que esta obra seja executada em tempo suficiente para acompanhar a conclusão da nova estrutura do Aeroporto Hercílio Luz, que será construído. E mais do que o Aeroporto Hercílio Luz, pois, em conjunto com o elevado do Rio Tavares, vamos praticamente dar encaminhamento para resolução do problema da falta de mobilidade para o sul da Ilha, na medida em que este acesso é muito mais usado para o sul da Ilha do que para o próprio aeroporto. Não quero com isso diminuir a importância do aeroporto, que é fundamental para o turismo em nossa cidade.

Por isso, Presidente Cobalchini, eu volto a dizer que não adianta a gente fazer mais uma reunião. Vossa excelência foi muito correta e perspicaz na sua afirmação, pois nós temos que sair daqui com a determinação de que o Governador do Estado - e não adianta ser o Prefeito; precisa ser o Governador - procure o Ministério Público Federal, o ICMBio e toda a equipe técnica para uma reunião e não sair da reunião sem ter resolvido esse problema do Estado de Santa Catarina.

O agente desta reunião não poderá ser apenas mais um representante, pois terá que levar toda a Assembleia Legislativa e todos os nossos Deputados Federais deverão estar presentes, todos, Salum. Ou, então, será apenas mais uma reunião marcada sem os agentes necessários.

Eu acredito que os Deputados aqui presentes possuam liderança para poderem fazer isso e poderem fazer a cobrança do resultado. E acho que o Governador deverá estar presente, assim como eu estarei presente no agendamento necessário, junto ao ICMBio e, se o Superintendente de Santa Catarina não puder, nós teremos que procurar a representação nacional do ICMBio, teremos que ir até o Ministro do Meio Ambiente, teremos que ir até o Presidente da República e perguntar, diretamente, se eles pretendem ficar, novamente, somente na discussão, se eles não vão fazer nada.

A preocupação da Fatma, segundo o João Pimenta, é dar a licença sem anuência, fato que pode vir a redundar no que aconteceu com o sistema de tratamento da Casan que, sem a anuência, acabou em embargo judicial e em novo imbróglio.

Por isso, nós temos que chegar a uma definição. O Deinfra... Nós temos aqui o Ferrari, que representa tecnicamente a empresa; mas nós precisamos agora de uma representação política mais forte, pois dos dados técnicos nós já sabemos de cor e salteado. Como diz o Murilo, não precisamos nem ver a apresentação dos dados porque já ouvimos tudo que está mostrado aqui e não precisamos ouvir de novo.

Como sugestão, e lamento não poder avançar mais, acredito que nós temos que solicitar ao Governador que providencie uma reunião com a Superintendência Estadual da ICMBio, se for preciso com o ICMBio nacional e se preciso com o Presidente da República, com a presença da Assembleia, da Prefeitura, da comunidade e demais órgãos, para que se tome uma decisão; e a decisão agora precisa ser política.

Falei antes sobre uma pequena discordância, pois estamos trabalhando com uma empresa estrangeira, a Zürich, que respeita prazos e acho que nós também temos que ser pontuais e também temos que cumprir com os cronogramas. Se temos prazo, vamos cumprir com esse prazo, assumir compromisso. Por acaso, quando a empresa assumiu e venceu o leilão, ela não esperava pelo compromisso? Claro que esperava. Vamos mostrar que podemos ser tão bons ou até melhores que eles em honrar os compromissos.

Para isto, esta Casa cumpre seu papel de representação política forte, pois, às vezes, a gente cobra de um Deputado, mas ele sozinho não consegue resolver sozinho, embora consiga assumir esse papel político, como o Deputado Valdir Cobalchini.

Quero ressaltar aqui o papel do Ministério Público Estadual de Santa Catarina, que mesmo não tendo ação direta no que vem sendo discutido, nunca se omitiu e tem estado sempre presente em todas as nossas reuniões estaduais. Sempre! Temos de reconhecer, que, até mesmo, muitas vezes não concordando, tem tido sempre a coragem de dar seu ponto de vista, de vir aqui para, ao menos, dizer com o que não concorda, para tentarmos entrar em consenso.

Entretanto, sem a presença deles, o que temos é um monólogo, pois temos um discurso de comum acordo entre todos os presentes, mas sem resolução.

O representante do Ministério não vai se negar a receber o Governador, não vai se negar a receber o Presidente da Assembleia, a Comissão de Turismo, a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura da Assembleia, enfim, ele não pode negar esse encontro.

Era esta a mensagem que eu queria passar, desculpem-me pela maneira como coloquei a discordância do nosso representante da entidade e deduzo que ele não representou a vontade de toda a comunidade presente e que são nossos amigos.

Obrigado a todos, contem com ao apoio da Prefeitura, pois nós estaremos sempre prontos para todas as batalhas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Obrigado Prefeito, agradeço não só a sua presença, mas a forma como se coloca a maior autoridade do Município, pois não há como avançarmos com este processo sem haver uma participação decisiva do Prefeito Gean, que, com sua ênfase, fortaleceu bastante a nossa luta. E vamos estabelecer, sim, uma agenda, a partir de agora, com a tua presença, seja aqui em Florianópolis, seja em Brasília. Não tenha dúvidas disso.

O Prefeito Gean está dispensado e convidamos para integrar a mesa o Vice- Prefeito João Batista Nunes. Passo a palavra para o Presidente da Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - (*Cumprimenta os integrantes da mesa e demais presentes*). Acho que o mais importante aqui, embora possa até soar um pouco contraditório, é não gerarmos uma falsa expectativa para a comunidade, mas, ao mesmo tempo, não jogar-lhes um balde de água fria.

Pois, independente das autoridades que estão presentes e do prestígio do Presidente da Comissão de Turismo, o Deputado Cobalchini fez com que o Estado comparecesse a uma audiência pública, onde o assunto nem sempre é muito positivo. Nós vimos fazendo algumas audiências públicas pela Comissão de Transportes, principalmente fora da Assembleia, com a Secretaria de Infraestrutura, o Deinfra e a Secretaria Regional próxima ao Município que acaba não encaminhando um representante... Não quero dizer sem conhecimento técnico, mas sem "caneta" ou voz política para mobilizar. Por exemplo, a 442, que acabava fazendo discussão de dois Municípios, a saber, Urussanga e Lauro Muller.

Mas, voltando ao foco da audiência e pedindo licença às pessoas que continuam aqui até a esta hora, esse assunto tratado hoje aqui, infelizmente, vai se transformar em um documento. Não que ele não seja importante, pois o importante hoje é termos um documento. Porque senão, como disse o representante da Fátima, ano passado houve uma audiência com os mesmos atores, o mesmo endereço e ano que vem é capaz de haver outra audiência, com os mesmos atores, no mesmo endereço. E a gente não vê uma solução definitiva.

Por isso, Deputado Cobalchini, como encaminhamento, primeiramente, sugiro que quem está hoje aqui possa estar juntamente com o Fórum Parlamentar Catarinense, que é presidido pelo Deputado João Paulo Kleinübing e que engloba dezesseis Deputados Federais e três Senadores, para, juntos, irem lá em Brasília cobrar das autoridades responsáveis.

Vereador Celso Sandrini, o senhor é, talvez, um dos que mais tem autoridade aqui, porque mistura representação como Vereador, como funcionário do Deinfra e como morador do sul da Ilha. São três cargos simultâneos. De qual associação de moradores o senhor faz parte? São três cargos: da associação de moradores; como órgão responsável pela obra; e como representante público municipal daquele bairro.

Então, imediatamente após a ata, pois independente do ICMBio não estar aqui, isto é importante. As meninas estão produzindo a ata, que vai ser o documento que levaremos a quem quer que seja. E eu esperei o Maikon voltar para abrir um parêntese nesta discussão. Abrir um parêntese, pois, às vezes, nem um Presidente resolve. E eu vou citar dois exemplos, de assuntos diferentes, mas que tem tudo a ver conosco.

Em maio deste ano, esteve aqui o Ministro do Meio Ambiente, o presidente nacional do ICMBio e três advogados da Presidência da República, para tratar sobre outro assunto. E eles, espontaneamente, falaram de um terceiro assunto. Disseram que estava resolvido o problema das baleias na Praia do Rosa. Mas até agora... E foram eles que puxaram o assunto. E para fechar esse meu parêntese, vou trazer ainda outro assunto.

No dia 12 de junho, o Presidente Michel Temer discutiu sobre terreno de marinha, Maikon. Fizeram parte do encontro Diogo Oliveira, Ministro do Planejamento, Ministro Eliseu Padilha, Ministro Moreira Franco e foi estabelecido pelo Presidente que em um mês se teria a definição sobre os terrenos de marinha. E o Ministro Eliseu Padilha é doutor neste assunto. Ele escreve artigos, é jurista, conhece a área.

Por isto introduzi minha fala alertando para não criarmos uma falsa expectativa, mas, ao tempo, não jogarmos um balde de água fria na comunidade. Cobalchini, vamos nós à Brasília, já que nós não temos a capacidade de dar a nossa palavra para a execução da obra, mas temos a responsabilidade de, ao menos, não nos omitirmos. E vamos levar o Prefeito, que acabou de sair e disse que já foi ao ICMBio uma vez. Provavelmente, depois da audiência citada pelo João Pimenta. Resumindo, não podemos criar uma falsa expectativa, mas também não devemos nos omitir.

Com relação ao Ministério Público Estadual - aqui peço socorro ao doutor Paladino se estiver errado - ao menos que surja algo novo, está tudo ok. Então, vamos à Brasília com o máximo número de presenças possíveis, quiçá com dezesseis Deputados Federais e três Senadores, vamos provocar o Deputado João Paulo Kleinübing, que é o presidente do Fórum, falar com o Superintendente e, se ele prometer algo, que não faça como fez aqui em último maio/junho. Se ele tocar no assunto, que se o resolva, já que é assunto mais da área federal do que estadual.

Porém, como a proponência da audiência foi do Deputado Cobalchini, Presidente da Comissão de Turismo, e minha, como Presidente da Comissão de Transporte, o que não podemos fazer é nos omitirmos e ainda torcer para que em 2018 não aconteça uma nova audiência no mesmo endereço, com os mesmo atores ou outros e que estejamos ainda no mesmo estágio, ou seja, de insegurança de quem vive numa casa que pode ou não ser objeto de um traçado e a não garantia do direito de cidadania de cada um possuir seu endereço. O Carianos é um bairro muito querido.

O fato causa até inveja ao Nado Garofallis, pois, segundo o superintendente da Zürich Airport, temos o único caso do mundo em que um estádio de futebol tem um aeroporto em anexo. E não é no continente, é justamente lá no Carianos.

Um beijo no coração de todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Passo a palavra para o nosso Secretário de Planejamento e coordenador do Pacto por Santa Catarina, Murilo Flores.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO MURILO FLORES (SC) - Obrigado Deputado Valdir Cobalchini. Importante esta audiência pública, inclusive para o governo do Estado.

Aqui em Florianópolis, costuma-se dizer que nada se pode fazer. Eu costumo dizer o contrário. Tudo se pode fazer, "desde que seja irregular" (*ironiza*). O que não se pode fazer é quando se licencia, quando se estuda, daí se esbarra na burocracia. Entretanto, irregularidades fazem-se aos montes. E pode. E ninguém condena estas irregularidades.

O problema da Resex não está ali no Santos Dumont ou no Carianos. O problema da Resex está nas invasões irregulares ao longo da 405; o problema da Resex está nas ocupações irregulares ao longo do Rio Tavares; estes lugares são problemas para a Resex. E são esses problemas que precisam ser combatidos.

Nós tivemos uma reunião no Deinfra com a presença do Beto Ferrari, finda a qual acreditamos que chegaríamos a um entendimento. Eu sugeri fazermos um sobrevôo de helicóptero ao longo da 405, para identificarmos os pontos de alto risco, tomarmos medidas, procurarmos a prefeitura, fazermos uma ação conjunta para começarmos a proteger a reserva onde, de fato, o problema existe e não onde o problema não existe.

Há dois anos eu venho defendendo uma atitude mais agressiva do Governo em relação a esse assunto. Mas o Governo tem optado, sempre, por oferecer uma saída mais negociada. E estamos chegando a um ponto em que está impossível encontrar uma saída negociada. Eu sempre defendi que nós judicializássemos o assunto, que nós exigíssemos o cumprimento do licenciamento já feito pela Fatma e que permite a utilização do melhor traçado.

O Beto foi muito eficaz, as associações também o foram em mostrar, claramente, o problema. Eu fui presidente da Fatma durante quatro anos e não consigo entender qual é o problema ambiental neste projeto. Não consigo entender.

Aqui, se um técnico escreveu seu posicionamento técnico num papel, isso virou lei. A questão não é simplesmente... Há um equívoco na sociedade, e o João Batista sabe, pois quando eu fui candidato a prefeito eu falava em gestão técnica e o pessoal brincava muito comigo sobre isso, mas técnica não é assim... Eu escrevo um parecer e ele se torna definitivo? Não! Não é assim. A ciência muda ao longo do tempo, crenças do passado mudaram, então, vocês acham que um parecer escrito por alguém não pode mais ser mudado? Isso é um equívoco. Não pode continuar desse jeito. O Governador Raimundo Colombo esteve na presidência do Instituto Chico Mendes, em Brasília.

O receio de um dirigente de um órgão ambiental - eu fui, o Gean Loureiro também - é imenso quando um técnico lá embaixo escreve um parecer. Porque esse parecer vai para o Ministério Público e o presidente do órgão vai ser responsabilizado pela ação. Esse é o pânico que está girando em torno da questão ambiental. Nós não podemos continuar com isso e vou apenas sublinhar algumas informações que o Beto Ferrari já falou com muita propriedade.

O governo do Estado não possui recurso no valor R$ 97 milhões, para pagar essas desapropriações. Não possui. Essa desapropriação não ocorrerá com esse valor. Nós estamos, realmente, em um grande impasse. A questão não é se o governo vai gastar noventa e sete ou cinquenta. A questão é que não temos os noventa e sete.

Numa altura dessas, nós, do Pacto por Santa Catarina, estamos nos prazos finais dos contratos, os recursos já foram usados para obras em todo lado. Portanto, não há mais condições de se discutir sobre os R$ 97 milhões para desapropriações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Importante, Secretário Murilo, a sua palavra.

O Murilo coordena o Pacto por Santa Catarina, que é conjunto de obras que estão sendo executadas em todo o Estado. Como coordenador, ele tem sob sua responsabilidade a distribuição dos recursos em cada uma dessas obras. E ele sabe bem, assim como nós, que não há hipótese de que o Estado... Até por que esta não é a vontade de vocês. Ainda que o Estado quisesse, não é o desejo dos moradores que a obra acabe com a própria comunidade.

Mas hoje vamos fixar no traçado, vamos tornar lei para o Estado e os moradores a definição do traçado. No final eu faço os encaminhamentos. Eu gostaria de agradecer imensamente a presença do doutor Daniel, representante do Ministério Público, e em seu nome queremos cumprimentar todo o Ministério Público e oportunizar-lhe espaço na audiência para ouvirmos a sua palavra. Passo a palavra para o senhor Daniel.

O SR. PROMOTOR DANIEL PALADINO - Inicialmente, eu gostaria de agradecer ao Deputado Cobalchini pelo convite formulado ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina e dizer que estou aqui representando o Procurador-Geral de Justiça, o doutor Sandro José Neis, Procurador-Geral de Justiça que, infelizmente, não pode comparecer, devido a compromissos. (*Cumprimenta os integrantes da mesa e demais presentes*).

Embora se trate de uma questão que toque, principalmente, ao Ministério Público Federal, [*Revisora: Cláudia Fernandes de Souza*] [*Leiturista Revisora: Bruna Maria Scalco*] o Ministério Público Estadual, Deputado, jamais poderia se furtar de participar e, principalmente, de contribuir nesse debate tão importante. Tenha certeza, Deputado Cobalchini, que o Ministério Público sempre que for solicitado se fará presente, não apenas nesta solenidade, mas em todas as demais audiências públicas e reuniões, no sentido de contribuir ativamente e não apenas como mero expectador. Nossa missão é poder ouvir para apresentar sugestões, contribuições e de forma alguma criar embaraços ou criar dificuldades. Nessa perspectiva é que gostaria de deixar claro que me sinto muito honrado de poder participar desta discussão e deste debate. Para mim é um assunto novo, sou principiante e não trabalho diretamente nessa área, mas a respeito dos aspectos técnicos - jurídico, humano e social ressaltados aqui - e representando a Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos, não poderia estar ausente nesta oportunidade.

Todas as informações, os testemunhos, os relatos, que foram apresentados no dia de hoje, quero deixar claro, ficaram registrados aqui comigo e serão levados ao conhecimento do Procurador-Geral de Justiça, doutor Sandro José Neis, para que possamos trabalhar em cima de todas essas informações, contribuindo de uma forma muito democrática para que todos possam falar e ser ouvidos, pois acho que esse é o caminho. Todas essas iniciativas serão muito bem-vindas.

Deputado, muito obrigado pelo convite, esteja certo que o Ministério Público Estadual será um parceiro nessa empreitada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Muito obrigado. Ouvir as palavras do representante do Ministério Público realmente nos conforta. Leve ao doutor Sandro também nosso agradecimento, ele realmente tem sido um grande Procurador-Geral de Justiça. Com a palavra o senhor João Batista Nunes, Vice-Prefeito de Florianópolis.

O SR. VICE-PREFEITO JOÃO BATISTA NUNES (Florianópolis/SC) - Obrigado, Deputado Cobalchini, que preside essa audiência pública, ao Secretário doutor Murilo Flores, ao Vereador Maikon Costa que é um defensor e um entusiasta dessa causa, ao doutor Daniel Paladino, que nesse ato representa o Ministério Público e a todos os envolvidos e a comunidade. Hélio em seu nome quero saudar as entidades que se fazem presentes, ao Sérgio do Codesul e as entidades da região do Sul da cidade.

Recordo-me quando fui Vice-Prefeito do Dário e estive em Brasília com o falecido João Nilson Junino, ex-presidente do Avaí para tratar dessas ações. Há mais de oito anos que as Câmaras de Vereadores, a Assembleia Legislativa, a comunidade e as entidades organizadas discutem a ação urgente do poder público em relação ao acesso do sul da Ilha. Tenho falado, Doutor Murilo e Deputado Cobalchini, que ainda a cidade não se deu conta da grande transformação que o novo aeroporto vai trazer para a região de Florianópolis e região metropolitana. Sairemos de uma população de três milhões e meio para uma população com mais de quinze milhões/ano, o que vai trazer um impacto enorme e a Prefeitura já está debatendo a questão de água, luz e esgoto. Creio, Deputado, que essas questões que são competências do Estado devem ser propaladas e defendidas com a comunidade para garantir que essa expansão possa ter a garantia do fornecimento e abastecimento de água, luz, esgoto e lixo.

Estamos olhando só a região lindeira próximo ao aeroporto, porém é uma vergonha ainda termos que diariamente enfrentar as filas da Via Expressa para chegarmos a Florianópolis. Com o novo aeroporto, sabemos que a região se tornará ainda mais referência para que as pessoas queiram se deslocar para vários pontos do Brasil e do mundo. Então que nessa pauta possa ser colocado, Cobalchini, o projeto que já está pronto, pois já estão garantidos os recursos até para a duplicação do anel viário, que está sendo construído na região metropolitana de acesso a Florianópolis. Não adianta fazermos um novo acesso do túnel para o aeroporto, se para chegar em Florianópolis é uma vergonha e as pessoas demoram duas horas, três horas para entrar na capital. Creio que juntos na discussão com o Fórum, doutor Daniel Paladino, não podemos nos esquecer de colocar como prioridade o acesso principal da cidade que é a Via Expressa, para quem pensa o planejamento de Florianópolis. Não adianta resolvermos o aeroporto, se o acesso principal da cidade for totalmente prejudicial ao desenvolvimento da região.

Casam-se os esforços! Vamos unir forças! O Prefeito Gean Loureiro, o Vice-Prefeito e também o Secretário de Mobilidade sabemos da importância que essas obras terão para cidade. O engajamento dos senhores Deputados é importantíssimo, e esperamos doutor Murilo Flores, que o Governador tenha a sensibilidade de colocar isso como uma prioridade do Governo nesses dois anos que faltam para termos a oportunidade de colocar dentro de outro modal, que o senhor defende e eu também defendo que é o BRT ou VLT de uma linha troncal da região metropolitana ao novo aeroporto para dar dinamismo, velocidade, segurança, mobilidade para as pessoas que querem ter acesso a Ilha e ao continente.

É isso, Deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Muito obrigado ao nosso Vice-Prefeito João Batista.

Quero com muita honra convidar a fazer uso da palavra o senhor diretor-geral da Concessionária do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, de Florianópolis, Tobias Markert, acompanhado da tradutora, a senhora Márcia Rolsmann, que manifestou o desejo de fazer uso da palavra, pois está conhecendo melhor o Brasil.

Penso que nos encaminhamentos que fizermos no final, poderemos passar a segurança necessária de que o Brasil é capaz de cumprir prazos pois esse é o nosso compromisso a partir desse momento. Não perder de vista esses prazos e trazer segurança jurídica, é uma das coisas que o Brasil tanto necessita. Ao final farei os encaminhamentos.

O SR. TOBIAS MARKERT - (*Exposição em inglês. Tradução feita pela senhora Márcia Rolsmann.*)

Muito obrigado, eu agradeço a oportunidade de falar a vocês hoje. Ouvi algumas vezes menção ao meu nome e achei que seria um pouco descortês não falar ao público sobre nosso projeto. Aqueles que já me ouviram falar sobre nosso projeto, sabem o quanto empolgados e felizes estamos com todo o projeto de trazer esse aeroporto para a cidade de Florianópolis e para o Estado de Santa Catarina. Acho que é uma grande oportunidade poder ajudar a aumentar a parte comercial de Santa Catarina e de Florianópolis.

Preciso ser bastante honesto com vocês porque depois de ouvi-los nessa reunião durante duas horas, estou saindo dela mais preocupado do que quando cheguei. Não sei o que dizer para nossa empresa, a Zurich, lá na Suíça, sobre esse projeto da via de acesso. Temos o compromisso de entregar o novo terminal até outubro de 2019, e aquele senhor que já se retirou, comentou, será entregue a via de acesso e para nós é crucial.

Embora eu tenha dito que vou sair daqui mais preocupado, por outro lado estou bastante otimista que a obra será concluída. Para finalizar, o que quero fazer é oferecer minha ajuda. Se houver algo que da nossa parte pudermos fazer para apoiar, por favor, nos comuniquem porque estamos aqui para apoiar o projeto.

Obrigado. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) - Obrigado, doutor Tobias. Gostaria, primeiramente, de dizer que essa audiência pública nasceu em função de outra audiência pública que fizemos aqui, onde o doutor Tobias como convidado esteve representando a Zurich, a concessionária do novo terminal de passageiros. Dissemos a eles, naquele dia, que faríamos uma audiência pública para tratar exclusivamente do destravamento das questões que envolvem a construção do acesso, notadamente a questão ambiental e é o que estamos fazendo hoje aqui, dando sequência àquele encontro. Porque cerca de três meses atrás tivemos um período de recesso aqui na Casa e por esse motivo não tivemos a condição de fazê-la anteriormente.

Agradecendo a presença de todos aqui, também quero registrar a presença da OAB, muito obrigado e desculpa por não serem citados antes.

Quando se decide fazer alguma coisa na iniciativa privada, efetivamente acontece, já no serviço público não é bem assim; então se deixarmos que as coisas aconteçam ao sabor do desejo do executor, efetivamente não acontecerá. É necessário um empenho, um envolvimento, um comprometimento pessoal do agente público

responsável diuturnamente para que as coisas aconteçam. Eu tive essa experiência quando fui Secretário de Infraestrutura do Estado. Conseguimos fazer a duplicação da 401 num prazo recorde, mas todos os dias foram trabalhados. Esta obra tem não só a viabilidade, mas ela é nesse momento uma obra viária e segura para atender uma comunidade, para atender o terminal do aeroporto. Eu diria que é a obra mais importante de Santa Catarina nesse momento.

Vamos fazer um documento a partir da ata desta audiência, vamos buscar as assinaturas que precisamos e vamos construir uma agenda com quem devemos falar, seja aqui em Florianópolis ou em Brasília. Mais do que isso, vamos ter um cronograma com as datas e a responsabilidade de cada parte na construção dessa agenda. Não temos mais espaço para que daqui a quinze dias, vinte dias ou um mês se faça uma audiência. O que tem acontecido é que eventualmente se tem uma agenda em Brasília e só depois de um ano que se volta lá. Então hoje, amanhã, sexta-feira, segunda-feira, daqui a quinze dias a nossa insistência vai fazer com que alcancemos o convencimento e a decisão política para definir primeiro quem vai licenciar, se é a Fatma ou se é o ICMBio. Vamos solicitar que a Fatma licencie porque ela está aqui em Florianópolis, seu representante aqui esteve, mas de forma consensual, sem correr nenhum risco de ter que judicializar, porque os prazos vão para o espaço e perdemos a condição de prazo.

Gostaria de dizer a vocês, que em hipótese alguma vamos permitir que isso fique por isso mesmo, não! A partir de hoje vamos envolver os atores que devem necessariamente estar junto. Aprendi a fazer isso enquanto Secretário e conseguimos com que muitas obras avançassem. E está aqui o Murilo Flores, que é o coordenador do Pacto, sabe muito bem como é que as coisas funcionam no serviço público. Vamos então a partir de hoje construir esse documento estabelecendo os passos que serão dados, e em algumas oportunidades vocês serão chamados a acompanhar, se quiserem, aqueles que puderem ir a Brasília ou nos encontros que tivermos aqui. Talvez não damos a publicidade necessária e acho que não há necessidade de darmos, não precisamos disso; precisamos é que efetivamente as coisas aconteçam.

Estou obstinado e obcecado, pois a partir daquela data em que nos foi demonstrada aqui a perspectiva da obra e a seriedade da empresa que nos dá o prazo para a obra, nada irá acontecer mesmo se cruzarmos os braços. Então temos que fazer acontecer porque Santa Catarina não pode pagar este ônus. Santa Catarina é um Estado referência no país em inúmeros setores e só por isso vocês estão aqui. Embora não represente aqui o Poder Executivo, sei que o Governador não irá em nenhum momento deixar de nos acompanhar. Vamos fazer o papel de articuladores junto à Secretaria de Planejamento, à Prefeitura de Florianópolis e outros órgãos para que em curto espaço de tempo possamos lhe tranquilizar, doutor Tobias, em relação àquilo que se busca há algum tempo, pela boa vontade que efetivamente não aconteceu. Então ela precisa ser instigada, precisa ser cobrada e de forma muito mais insistente ou até agressiva. Dessa forma agradeço a presença de todos vocês, temos o registro daqueles que aqui deixaram os seus nomes e as entidades que representam. Podemos prestar contas dos passos que serão dados, se esse for o desejo da comunidade, e isso poderá ser efetuado para que todos possam acompanhar de fato o que está acontecendo. Mas não abrimos mão, a partir de agora, de que o compromisso de Santa Catarina seja cumprido integralmente para que nos prazos estabelecidos essa obra esteja concluída.

De minha parte, quero dizer da importância desta audiência pública, que não deverá ser mais uma audiência pública, e sim a última para tratar disso. A partir de agora temos que caminhar para as soluções.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente audiência pública agradecendo a presença de todos. Tenham um bom-dia. [*Revisora: Ilka Maria Fretta*] [*Leiturista: Sabrina Schmitz.*][*Leiturista-final: Ilka Maria Fretta*].

DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO URBANO

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2017
3º REPUBLICAÇÃO

OBJETO: **AQUISIÇÃO, POR REGISTRO DE PREÇOS, DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE SAÚDE**

DATA: 27/10/2017 - **HORA**: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 27 de outubro de 2017. O Edital poderá ser retirado por processo de descarregamento virtual (*download*) no sítio eletrônico da ALESC www.alesc.sc.gov.br), no *link* *'Consultas - Licitações - Aviso de Licitação'* ou na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º Andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis.

Florianópolis/SC, 17 de outubro de 2017.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações e Contratos

*** X X X ***

EXTRATO

RERRATIFICAÇÃO

Diante de lapso de publicação ao Extrato nº 242/2017, publicado no dia 05/10/2017, no Diário da Assembleia nº 7.181, página 15, **onde se lê**: REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação nº 048/2017 celebrado em 20/09/2017; **leia-se**: REFERENTE: Contrato 089/17 celebrado em 20/09/2017, **onde se lê:** FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização para Processo Licitatório LIC nº 101/2017 e Atos da Mesa 128/2015, 131/2016 e 101/2017; **leia-se:** FUNDAMENTO LEGAL**:** Art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores; Autorização Administrativa através do processo licitatório LIC nº 101/2017; Termo de Inexigibilidade nº 048/2017 e; Atos da Mesa 128/2015, 131/2016e 101/2017.

Florianópolis, 17 de outubro de 2017.
Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor-Geral
Rafael Schmitz - Diretor Administrativo

*** X X X ***

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 938

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar o art. 8º do autógrafo do Projeto de Lei nº 587/2013, que "Disciplina a realização de eventos esportivos em Santa Catarina e adota outras providências", por se inconstitucional, com fundamento no Parecer nº 399/17, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Estabelece o dispositivo vetado:

Art. 8º

"Art. 8º Fica instituída a Delegacia Presente Móvel com o objetivo de agilizar os procedimentos policiais referentes a eventuais crimes cometidos no local ou nos arredores dos eventos esportivos de que trata esta Lei.

Parágrafo único. A Delegacia Presente Móvel é obrigatória nos eventos esportivos de grande porte e facultativa para os eventos de médio e pequeno porte."

O art. 8º do PL nº 587/2013, ao pretender instituir órgão público estadual denominado "Delegacia Presente Móvel", está eivado de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, uma vez que invade competência do Poder Executivo para criar, organizar e executar os serviços de segurança pública, ofendendo, assim, o disposto na alínea "a" do inciso VI do art. 84 da Constituição Federal e na alínea "a" do inciso IV do art. 71 da Constituição do Estado. Nesse sentido, a PGE recomendou vetá-lo, manifestando-se nos seguintes termos:

> [...] o Projeto atribui expressamente à Polícia Militar do Estado e à Secretaria de Estado da Segurança Pública - chegando a instituir uma Delegacia Presente Móvel -, atividades de segurança nos eventos esportivos de que trata.
>
> [...]
>
> 5. - Em situações análogas, de interferência ilegítima do Legislativo na seara das competências do Poder Executivo, tem decidido o STF:
>
> [...]
>
> "É inconstitucional qualquer tentativa do Poder Legislativo de definir previamente conteúdos ou estabelecer prazos parar que o Poder Executivo, em relação às matérias afetas a sua iniciativa, apresente proposições legislativas mesmo em sede da Constituição estadual, porquanto, ofende, na seara administrativa, **a garantia de gestão superior dada ao chefe daquele Poder.** Os dispositivos do ADCT da Constituição gaúcha, ora questionados, exorbitam da autorização constitucional de auto-organização, interferindo indevidamente na necessária independência e na harmonia entre os Poderes, criando, globalmente, na forma nominada pelo autor, verdadeiro plano de governo, tolhendo o campo de discricionariedade e as prerrogativas próprias do Chefe do Poder Executivo, em ofensa aos arts. 2º e 84, II, da Carta

Magna." (**ADI 179**, rel. min. **Dias Toffoli**, julgamento em 19-2-2014, Plenário, DJE de 28-3-2014.)

6. - Ante o exposto, somos de parecer que o presente Projeto de Lei viola o disposto no art. 84, VI, "a", da Constituição Federal, impondo-se seja vetado.

Essa, senhores Deputados, é a razão que me levou a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, a qual submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 10 de outubro de 2017.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 17/10/17

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 587/2013

Disciplina a realização de eventos esportivos em Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A realização de evento esportivo no Estado de Santa Catarina, público e privado, será disciplinada por esta Lei e o que estabelece a Lei federal nº 10.671, de 15 de maio de 2003.

Art. 2º O evento esportivo entendido como um acontecimento que tem capacidade de formar e transformar hábitos e criar atitudes saudáveis por meio do esporte, especialmente em se tratando de eventos de grande participação, podem ser realizados em ambientes abertos (*outdoor*) ou fechados (*indoor*) e configurados como:

I - de grande, médio e pequeno porte;

II - locais, regionais, nacionais ou internacionais.

§ 1º Entende-se por evento esportivo de grande porte o realizado, em ambientes abertos ou fechados, pelo Poder Público, iniciativa privada, confederação ou federação esportiva e que ocorra simultânea em um ou diversos locais e com capacidade de atrair público acima de dez mil pessoas por local.

§ 2º Entende-se por evento esportivo de médio porte o realizado, em ambientes abertos ou fechados, pelo Poder Público, iniciativa privada, confederação ou federação esportiva e que ocorra simultânea em um ou diversos locais e com capacidade de atrair público de cinco mil a dez mil pessoas por local.

§ 3º Entende-se por evento esportivo de pequeno porte o realizado, em ambientes abertos ou fechados, pelo Poder Público, iniciativa privada, confederação ou federação esportiva e que ocorra em local com capacidade de atrair público abaixo de cinco mil pessoas.

§ 4º O evento esportivo local é o realizado com abrangência municipal.

§ 5º O evento esportivo regional é o realizado com abrangência de mais de um Município dentro do Estado.

§ 6º O evento esportivo nacional ou internacional é o realizado no Território nacional em que o realizador configure uma confederação desportiva nacional, entidade nacional e internacional, e, que tenha o Estado local de realização de uma ou mais etapas e jogos.

§ 7º O evento esportivo, por sua característica e capacidade de aglomeração de pessoas, passa a compor atividade passível de preservação da ordem pública e policiamento preventivo ou ostensivo, independentemente do local a ser realizado, necessitando, para sua realização, do Laudo de Ordem Pública da Polícia Militar, expedido por meio da realização de vistoria preventiva.

Art. 3º O órgão responsável pelo evento esportivo financiado com recurso público deve abster-se de executar qualquer medida que configure discriminação ou favoritismo de determinado grupo de usuários do serviço ou de seus agentes em detrimento da coletividade, através da oferta, ainda que a título gratuito, de vantagens como acesso ao evento através de veículo particular, o uso de facilidades, hospitalidades ou camarotes exclusivos.

Art. 4º Conforme o § 5º do art. 144 da Constituição Federal, cabe à Polícia Militar realizar o policiamento ostensivo fardado em todos os eventos esportivos que envolvam demanda de público, na preservação da ordem pública, em toda sua extensão, ou seja, nas áreas internas e externas dos estádios, nos logradouros públicos, trajetos e outros locais de concentração de torcidas, a fim de evitar que haja confrontos entre os torcedores, bem como a danos patrimoniais.

Parágrafo único. A realização de policiamento ostensivo da Polícia Militar a que se refere o *caput* deste artigo, dar-se-á, exclusivamente, mediante obtenção do Laudo de Ordem Pública da Polícia Militar.

Art. 5º As provas ou competições desportivas, inclusive seus ensaios, em via aberta à circulação, só poderão ser realizadas mediante prévia permissão da autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via e dependerão de:

I - autorização expressa da respectiva confederação desportiva ou de entidades estaduais ou municipais a ela filiadas, com sede no Estado de Santa Catarina;

II - caução ou fiança para cobrir possíveis danos materiais à via;

III - contrato de seguro contra riscos e acidentes, em favor de terceiros; e

IV - prévio recolhimento do valor correspondente aos custos operacionais pelos quais o órgão ou entidade permissionária é responsável.

§ 1º Nos eventos de âmbito municipal, poderão ser dispensados os requisitos estabelecidos nos incisos II e III deste artigo.

§ 2º As entidades desportivas sediadas no Estado de Santa Catarina deverão apresentar o Certificado de Registro de Entidade Desportiva (CRED), vigente, expedido pelo Conselho Estadual de Esportes (CED).

Art. 6º A responsabilidade pela segurança em evento esportivo em ambiente aberto (*outdoor*) ou fechado (*indoor*) é da entidade desportiva ou órgão público organizador do evento e de seus dirigentes.

Art. 7º A entidade desportiva ou órgão público organizador de evento pode solicitar à Secretaria de Estado da Segurança Pública, com antecedência de 30 (trinta) dias, a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados ou fardados, responsáveis pela segurança do cidadão dentro e fora dos ambientes fechados e demais locais de realização de eventos esportivos.

Parágrafo único. A presença de agentes públicos de segurança no evento realizado em ambiente fechado será onerosa se houver a cobrança de ingressos, independente se público ou privado, a fim de cobrir todos os custos operacionais apresentados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e de forma antecipada na forma de taxa como estabelece a legislação em vigor.

Art. 8º Fica instituída a Delegacia Presente Móvel com o objetivo de agilizar os procedimentos policiais referentes a eventuais crimes cometidos no local ou nos arredores dos eventos esportivos de que trata esta Lei.

Parágrafo único. A Delegacia Presente Móvel é obrigatória nos eventos esportivos de grande porte e facultativa para os eventos de médio e pequeno porte.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, de setembro de 2017.

Deputado **ALDO SCHNEIDER** - Presidente, e.e.
Deputado Kennedy Nunes - 1º Secretário
Deputada Dirce Heiderscheidt - 2ª Secretária

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 939

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do Projeto de Lei nº 204/2016, que "Dispõe sobre a criação de seção no portal da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil para atendimento de ocorrências envolvendo animais", por ser inconstitucional, com fundamento no Parecer nº 400/17, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), e no Parecer nº 062/PL/2017, da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP).

O PL nº 204/2016, ao determinar que a SSP crie um sítio eletrônico próprio para registro das denúncias de atos ou fatos tipificados como infração penal contra animais, está eivado de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, uma vez que invade competência do Poder Executivo para organizar e regulamentar a atuação da Polícia Civil, ofendendo, assim, o disposto na alínea "a" do inciso VI do art. 84 da Constituição Federal e na alínea "a" do inciso IV do art. 71 da Constituição do Estado. Nesse sentido, a PGE recomendou vetar totalmente o referido PL, manifestando-se nos seguintes termos:

> [...] o Projeto atribui expressamente à Secretaria de Estado da Segurança Pública a criação de "*Delegacia Eletrônica de Proteção Animal de Santa Catarina (DEPASC) -*" destinada ao recebimento de "notícia de ato ou fato tipificado como infração penal envolvendo animais".
>
> [...]
>
> 5. - Em situações análogas, de interferência ilegítima do Legislativo na seara das competências do Poder Executivo, tem decidido o STF:
>
> "A Lei 6.835/2001, de iniciativa da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, **cria nova atribuição à Secretaria de Fazenda Estadual, órgão integrante do Poder Executivo daquele Estado**. À luz do princípio da simetria, são de iniciativa do Chefe do Poder Executivo estadual as leis que versem sobre a organização administrativa do Estado, podendo a questão referente à organização e funcionamento da administração estadual, quando não importar aumento de despesa, ser regulamentada por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo (...). Inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa da lei ora atacada." (**ADI 2.857**, rel. min, **Joaquim Barbosa**, julgamento em 30-08-2007, Plenário *DJ* de 30-11-2007.)
>
> [...]
>
> 6. - Ante o exposto, somos de parecer que o presente Projeto de Lei viola o disposto no art. 84, VI, "a", da Constituição Federal, impondo-se seja vetado.

Por sua vez, a SSP, por meio de sua Consultoria Jurídica, consultada a respeito do autógrafo em análise, também se posicionou contrariamente à aprovação do PL pela seguinte razão:

> Com efeito, como bem discorreu a Gerência de Inteligência da Polícia Civil, não é necessário criar uma seção no "Portal da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil para atendimento das

ocorrências envolvendo animais", visto que basta apenas a inserção das infrações penais previstas no art. 32 da Lei nº 9.605, de 1998 e art. 64 do Decreto-Lei n. 3.688 de 1941, na Delegacia de Polícia Virtual.

Ademais, as tipificações de Maus-tratos contra animais já existem no rol dos registros policiais civis, sendo feitas presencialmente em qualquer Delegacia de Polícia do Estado de Santa Catarina, e lembrando que está disponível pela internet para registro qualquer denúncia, inclusive "maus-tratos aos animais", no item "denuncia anônima", a qual é encaminhada para a Delegacia da respectiva área e lá devidamente é apurada (conforme a tipificação ou não), sem, portanto, a necessidade de criar uma nova unidade policial para essa finalidade.

Ou seja, além dessas duas possibilidades: registro presencial na respectiva Delegacia de Polícia, e do registro na Delegacia Virtual no item "denúncia anônima" em que o comunicante é identificado, há também uma terceira opção que a Polícia Civil disponibiliza que é o Disque Denúncia 181, através do qual o cidadão que não precisa se identificar pode fazer atualmente qualquer denúncia, inclusive relacionada a infrações penais envolvendo animais.

Em suma, a Polícia Civil já disponibiliza sim o acesso ao cidadão para efetuar o registro de ocorrências envolvendo maus-tratos aos animais, sendo **desnecessária saturar com a criação de um "novo" instrumento denominado de "Seção no Portal da Delegacia Eletrônica".**

Fato este que não impede, aliás, recomenda-se que a Polícia Civil possa dentro do próprio site eletrônico da "Delegacia de Polícia Virtual" insira o item específico "Registre aqui sua ocorrência" o item específico "Maus-tratos aos animais".

Essas, senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 10 de outubro de 2017.

João Raimundo Colombo
Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 17/10/17

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 204/2016

Dispõe sobre a criação de seção no portal da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil para atendimento de ocorrências envolvendo animais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A Secretaria de Estado da Segurança Pública deve criar seção no portal da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil, denominada Delegacia Eletrônica de Proteção Animal de Santa Catarina (DEPASC), para apresentação de notícia de ato ou fato tipificado como infração penal envolvendo animais.

Parágrafo único. A DEPASC contará com *links* nos portais eletrônicos das Polícias Civil e Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Na apresentação da notícia do ato ou fato de que trata esta Lei, o noticiante deve fornecer seus dados pessoais, facultada a opção pelo sigilo.

Parágrafo único. A notícia deve ser circunstanciada e conter:

I - a data do ato ou fato e a hora aproximada;

II - o endereço, contendo o nome da rua, número, município, ponto de referência do local do ato ou fato tipificado como crime;

III - o nome ou apelido do responsável pelo ato ou fato tipificado como crime;

IV - a especificação do animal;

V - um breve relato dos fatos denunciados;

VI - dispositivo para anexar fotos ou vídeos; e

VII - o endereço da página da internet, caso o próprio autor do crime faça a divulgação do ato ou fato por tal mídia.

Art. 3º A Secretaria de Estado da Segurança Pública comunicará ao noticiante, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o registro da ocorrência e, quando for o caso, indicará a Delegacia de Polícia que promoverá a apuração do fato.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, de setembro de 2017.

Deputado **SILVIO DREVECK** - Presidente
Deputado Kennedy Nunes - 1º Secretário
Deputada Dirce Heiderscheidt - 2ª Secretária
Deputada Ana Paula Lima - 3ª Secretária

*** X X X ***

PARECER

Projeto de Lei nº PL/0371.3/2017
Origem: Governamental
Assunto: "Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 16.859, de 2015"
Relator: Deputado Marcos Vieira

PARECER PRELIMINAR

Senhores Deputados,
Senhoras Deputadas

1 - RELATÓRIO

Usando das prerrogativas regimentais que nos concede o art. 128, inciso VI, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, AVOCAMOS o Projeto de Lei nº 0371.3/2017 que "**Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei nº 16.859, de 2015",** encaminhado a este Poder pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, cuja Mensagem nº 904, se faz acompanhada da Exposição de Motivos - EM nº 199/2017 da Secretaria de Estado da Fazenda.

O Projeto ora em análise foi elaborado em consonância com as normas e princípios constitucionais que disciplinam o Plano Plurianual - PPA, com a Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e Lei nº 17.219/2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO,.

A revisão do Plano Plurianual está embasada na Constituição Federal de 1988, referendada no Art. 120 da Constituição Estadual de 1989, possuindo em alguns aspectos, regulamentação, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e Lei nº 17.219/2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Configurando-se como medida de grande importância não apenas para o processo de planejamento e implementação das ações governamentais, adaptando-se ao novo modelo de gestão, recentemente implantado no âmbito do governo estadual.

Introduzido no Sistema Orçamentário pela Constituição Federal de 1988 e adotado pela Carta Estadual, substituiu o Plano Plurianual de Investimento previsto pela Constituição de 1967, alterada pela Emenda Constitucional nº 01/1969.

Os artigos 165 e 166 da Constituição Federal adotam as Leis Orçamentárias como instrumentos do Planejamento Governamental, estabelecendo uma hierarquia e conexão entre o PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual. A efetividade do sistema de planejamento e orçamento depende, portanto, da integração dessas três leis na formulação adequada dos programas e ações governamentais a serem implementados em determinado período de tempo, do estabelecimento de metas e prioridades e da fixação da despesa anual.

O Plano Plurianual - PPA é um instrumento de planejamento governamental estratégico, não se constituindo uma peça imutável e estática de médio prazo que, de forma ordenada e regionalizada, expressa as ações que o governo pretende desenvolver para atingir os objetivos e metas nos quatro anos seguintes à sua aprovação. Ao contrário, faz parte de sua dinâmica o processo de revisão anual que possibilita a realização de ajustes no que tange às decisões governamentais frente ao cenário internacional, nacional e estadual que fatalmente, interfere na capacitação de ação/reação do Estado, na vida da sociedade.

O Plano Plurianual - PPA determina que as diretrizes, os objetivos e metas da administração pública sejam regionalizadas e tenham o alcance de quatro anos, cabendo aos Orçamentos anuais a função de reduzir as desigualdades entre as regiões.

A revisão anual do PPA é necessária para o seu aperfeiçoamento, que ocorre por meio da atualização dos programas e ações que o constitui, de modo a refletir as demandas da sociedade.

Ao traçar a estratégia de desenvolvimento de longo prazo, o Governo do Estado pretende atender a orientação que inspirou os preceitos da Carta Magna.

Cumpre-se desta forma, os fundamentos da gestão fiscal responsável, exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101/2000, promovendo o "Planejamento e Transparência".

Devido ao fraco desempenho econômico dos últimos anos, o Estado convive com um cenário onde, de um lado, a demanda social por bens e serviços crescem exponencialmente e, por outro lado, sua capacidade de resposta foi reduzida. Diante desse cenário, cortar despesas e impedir o crescimento desproporcional da realidade econômica do Estado, passou a ser o grande objetivo do Projeto que estamos relatando .

Segundo a Secretaria de Estado da Fazenda, o Plano revisado não prevê incremento no seu valor global. As funções de Educação, Saúde e Segurança Pública foram preservadas e ampliadas em mais R$ 600 milhões até 2019, demonstrando o compromisso do Governo do Estado, mesmo em momentos de crise com a educação e a segurança dos catarinenses, mantendo a meta global do Plano em relação a programação para o período de 2016 - 2019, aprovada pela Lei nº 16.859 de 18 de dezembro de 2015, em R$ 136.777.502.024 (cento e trinta e seis bilhões, setecentos e setenta e sete milhões, quinhentos e dois mil e vinte e quatro reais).

A Secretaria de Estado da Fazenda, na Exposição de Motivos nº 199/2017, não informa a esta Casa Legislativa as inclusões e exclusões de subacões constantes da Lei 16.859, de 2015 - PPA 2016-2019, bem como suas descrições e programas às quais pertencem.

Com referência ao Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual, o Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento, por meio do Módulo de Acompanhamento Físico do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/SC, atualizará, durante cada exercício financeiro, os dados da execução físico e financeira dos programas. O processo de monitoramento físico-financeiro dos programas de governo, previstos no PPA- 2016-2019, tem como objetivo principal divulgar as informações a respeito da execução dos mesmos para a sociedade catarinense. Além desse objetivo, procura-se atender outro, previsto no Art. 62, Inciso I, da Constituição Estadual, que trata do monitoramento e avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual.

2 - C O N C L U S Ã O

Após as observações já discorridas, concluímos que foram preenchidos os requisitos legais para sua tramitação, deixando para o relatório final a análise mais aprofundada dos itens que compõem o corpo do presente Projeto de Lei, bem como a manifestação global acerca das emendas e alterações propostas.

São estas, Senhores Deputados, as nossas considerações preliminares ao Projeto de Lei nº PL/0371.3/2017, que "altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio de 2016-2019, aprovado pela Lei nº 16.859, de 2015.

Finalmente, apresentamos aos nobres pares o Cronograma de Tramitação do Projeto de Lei nº 0371.3/2017, de acordo com os artigos 278 a 301 do Regimento Interno desta Casa.

3 - CRONOGRAMA DE TRAMITAÇÃO DO PL 0371.3/2017 - REVISÃO DO PPA 2016-2019

DATA	TRÂMITE
18/10/2017	Apresentação do Parecer Preliminar
19/10/2017	Publicação do Parecer Preliminar
19/10 a 06/11/2017	Prazo para apresentação de emendas Parlamentares
22/11/2017	Relator apresenta o Parecer Conclusivo
24/11/2017	Publicação do Parecer Conclusivo
28/11/2017	Votação do Projeto em Plenário
30/11/2017	O Projeto retorna à Comissão de Finanças e Tributação para elaboração da Redação Final
05/12/2017	Votação em Plenário da Redação Final
06/12/2017	Publicação da redação Final
12/12/2017	Mesa encaminha autógrafo ao Governador para sanção

3-1 DA APRESENTAÇÃO DE EMENDAS AO PL nº 0371.3/2017

As Emendas ao PL nº 0371.3/2017 serão elaboradas através do site da Assembleia Legislativa, =>Orçamento Estadual=> Sistema do Orçamento Estadual - SOE, que deverão ser enviadas, impressas em três vias e protocoladas na Comissão de Finanças e Tributação.

É o parecer.

Florianópolis, 18 de outubro de 2017.

Deputado Marcos Vieira
Relator

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1816, de 17 de outubro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora CARMEN ROSA JAGNOW, matrícula nº 5583, de PL/GAB-68 para o PL/GAB-78, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 17 de Outubro de 2017 (Gab Dep Gelson Merisio)

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1817, de 17 de outubro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º, 11º e 92 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ELDIMAR CLAUDIO JAGNOW, matrícula nº 3365, de PL/GAB-91 para o PL/GAB-100, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 17 de Outubro de 2017 (Gab Dep Gelson Merisio)

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1818, de 17 de outubro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016 e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor PAULO ROBERTO VARELA, matrícula nº 5983, de PL/GAB-75 para o PL/GAB-79, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 17 de Outubro de 2017 (Gab Dep Gelson Merisio)

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1819, de 18 de outubro de 2017

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 1812/2017, de 17 de outubro de 2017.

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1820, de 18 de outubro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

CONSIDERAR LOTADA a servidora **RUBIA CARINE ESBROLIO,** matrícula nº 4343, na DL - CAP - Gerência de Sessões Solenes e Especiais, a contar de 12 de julho de 2017.

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1821, de 18 de outubro de 2017

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

LOTAR na DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência **GIOVANA GOMES RIBEIRO,** Médico, matrícula nº 22417-0, servidora da Prefeitura Municipal de Florianópolis, colocada à disposição na Assembleia Legislativa pela Portaria nº 02343/2017, de 20 de setembro de 2017, sob a égide do Termo de Convênio nº 006/2017, a contar de 16 de outubro de 2017.

Carlos Antonio Blosfeld
Diretor de Recursos Humanos

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1822, de 18 de outubro de 2017

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 024/2017 - **3ª Republicação**

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	Pregoeiro
1039	VICTOR INÁCIO KIST	Pregoeiro substituto
2096	JOHNI LUCAS DA SILVA	Equipe de apoio
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCÃO VIANNA	
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	
2016	CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***